



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Centro Histórico de Viseu Reabilitação de Edifício na Rua do Comércio

Patrícia Pereira de Jesus

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutora Susana Henriques

Covilhã, Outubro de 2015

Agradecimentos

O espaço limitado desta secção de agradecimentos não permite agradecer, como devia, a todas as pessoas que ao longo deste meu percurso no curso de Arquitetura me ajudaram, direta ou indiretamente, a cumprir os meus objetivos e a realizar mais esta etapa. Desta forma, deixo apenas algumas palavras, com um profundo sentimento de agradecimento.

Á minha orientadora Prof. Dra. Susana Henriques, pela sua orientação, apoio, disponibilidade, pelo conhecimento que transmitiu, pelas opiniões e críticas, tal colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho e por todas as palavras de incentivo.

Ao meu namorado António Magalhães, pela forma que me acompanhou e apoiou ao longo desta árdua e custosa caminhada. Sempre que necessário soube aconselhar, criticar e ajudar. Pelas palavras doces, pela transmissão de confiança e força em todos os momentos.

Aos meus pais, Manuela Pereira e José Jesus, por tudo que fizeram por mim, pelos ensinamentos de vida, por acreditarem e apoiarem-me sempre durante todo tempo. Pelo apoio indeterminável, pela paciência, pelas palavras de carinho e confiança e essencialmente pelo amor incondicional que sempre me deram.

Ao meu irmão pelo apoio e força prestados e claro por estar sempre a torcer por mim.

Á minha restante família que esteve sempre presente e apoiou-me durante todo o percurso.

Aos meus amigos, em especial à Tânia Ramalho e à Cátia Oliveira que estiveram sempre ao meu lado, pelo seu companheirismo, pelas conversas indetermináveis, pela partilha de bons e maus momentos. Pela amizade, apoio, confiança e afeto.

Ao Viseu Novo SRU e à Câmara Municipal de Viseu por toda a disponibilidade e pela informação disponibilizada.

A todos um grande obrigado!

Resumo

A cidade de Viseu tem um importante núcleo antigo e histórico, que faz parte da sua identidade e é reconhecido como património de referência. Por essa razão o centro histórico sempre foi considerado como área especial no planeamento urbanístico. O centro histórico está implantado numa elevação rochosa, coroada pela Sé Catedral, pelo Palácio dos Três Escalões (hoje o Museu Grão Vasco), e pela Igreja da Misericórdia.

Na atualidade observa-se uma enorme degradação do edificado, onde as fachadas apresentam uma conservação razoável, mas o interior encontra-se em plena decadência, estando isto, relacionado com a fuga da população para a periferia pois perdeu-se a sua manutenção. Existe também uma notória decaída nas atividades, sendo esta abalada pela concorrência das grandes superfícies. É uma zona pouco vivida, a população residente é envelhecida, e a escassa atividade é dos turistas que frequentam os locais mais emblemáticos.

Considerou-se então que a reabilitação de um edifício do centro histórico é um dos passos a dar para valorizar esta zona da cidade dando-lhe um novo cariz arquitetónico e promovendo espaços que o tornem mais dinâmico e atrativo.

O edifício que se propõem reabilitar é o edifício números 92 a 106 situado na rua Dr. Luís Ferreira, mais conhecida como rua do Comércio. Esta é rasgada nos finais do século XIX, ligando a Praça da Cidade à rua Cimo de Vila, dando-nos também acesso ao antigo mercado. Esta rua como o próprio nome nos indica, deveria ter bastante comércio, atrações que promovessem a atividade humana, no entanto é uma rua com escasso aproveitamento, em que devido à falta de estacionamento e à degradação dos edifícios é apenas uma rua de passagem e não um local de passeio ou de permanência da população.

Deste modo, o objetivo da dissertação é, através da reabilitação deste edifício, promover esta área dando-lhe uma nova caracterização mas mantendo os valores presentes (história, memória da cidade, vivência).

Palavras-chave

Viseu, Centro Histórico, Rua do Comércio, Reabilitação, Arquitetura.

Abstract

The city of Viseu has an important old and historical core, which is part of its identity and is recognized as the reference heritage. Therefore the historical center has always been considered as a special area in urban planning. The historic center is set in a rocky elevation, crowned by the Cathedral, the Palace of the Three Classes (now the Museum Gão Vasco), and the Church of Mercy.

At the present time there has been a huge degradation of the building where facades present a reasonable conservation, but the interior is in full decay, this being related to the escape of the population to the periphery because they lost their maintenance. There is also a notorious fallen in the activities, which is shaken by competition from supermarkets. It's a little lived zone, the resident population is aging, and the scant activity is the tourists who frequent the most emblematic places.

It was felt then that the rehabilitation of a historic downtown building is one of the steps to be taken to enhance this area of the city giving you a new nature and promoting architectural spaces that make it more dynamic and attractive.

The building that is proposed to rehabilitate the building numbers 92-106 situated at Dr. Luis Ferreira, better known as the street of Commerce. This is torn in the late nineteenth century, linking the Town Square to the streets of Cimo Vila also giving us access to the old market. This street as its name tells us, should have plenty of shops, attractions that promote human activity, however it is a street with little use, where due to lack of parking and the degradation of buildings is only one street crossing and not A promenade or population of permanence.

Thus, the aim of the dissertation is, through the rehabilitation of this building, to promote this area giving it a new characterization but keeping the present values (history, city of memory, experience).

Keywords

Viseu, Historic Center, Trade Street, Rehabilitation, Architecture.

Índice

Capítulo 1 - Introdução	1
1.1 Justificação do Trabalho	1
1.2 Introdução à Temática de Estudo	2
1.3 Metodologia	2
1.4 Objetivos	3
1.5 Organização do Trabalho	3
Capítulo 2 - Centro Histórico de Viseu: Evolução Histórica	5
2.1 Introdução	5
2.2 Origens da Cidade de Viseu	6
2.2.1 Pré-História	6
2.2.2 Proto-História	6
2.2.3 Idade Antiga	10
2.2.4 Idade Média	12
2.2.5 Idade Moderna	15
2.2.6 Idade Contemporânea	18
2.3 Morfologia Urbana	22
2.3.1 Malha Urbana	22
2.3.1.1 Ruas Principais e Ruas Secundárias	22
2.3.1.2 Praças, Rossios e Adros	28
2.3.2 Edifícios Público	36
2.3.2.1 Religiosos	36
2.3.2.2 Civis	45
2.3.3 Edifícios de Habitação	47
2.3.3.1 Casa Nobre	47
2.3.3.2 Casa Corrente	50
2.4 Técnicas e Materiais de Construção	53
Capítulo 3 - Centro Histórico de Viseu: Atualidade	57
3.1 Introdução	57
3.2 Uso e Função	57
3.3 Acessibilidade e Mobilidade	58
3.4 Circulação Automóvel e Estacionamento	60
3.5 Estado de Conservação do Edificado	62
3.6 Espaço Público	64

Capítulo 4 - Rua do Comércio e Edifício nº 92 a 106	67
4.1 Introdução	67
4.2 Rua do Comércio	67
4.2.1 Enquadramento Histórico	67
4.2.2 Morfologia Urbana	69
4.2.3 Principais Atividades	72
4.3 Edifício nº 92 a 106	73
4.3.1 Enquadramento Histórico	73
4.3.2 Principais Características	74
4.3.3 Análise da Organização Espacial	76
4.3.4 Materiais existentes	82
Capítulo 5 - Proposta de Reabilitação do Edifício nº 92 a 106 na Rua do Comércio	89
5.1 Introdução	89
5.2 Proposta	89
5.3 Conceito	90
5.4 Programa	92
5.5 Estratégia de Reabilitação Funcional	93
5.6 Descrição do Projeto	93
5.7 Soluções Construtivas	96
5.7.1 Estrutura	96
5.7.2 Paredes Exteriores	98
5.7.3 Paredes Interiores	98
4.7.4 Pavimento	99
4.7.5 Cobertura	99
4.7.6 Acessos Verticais	100
4.7.7 Melhorias das Condições Térmicas e Acústicas	101
4.7.8 Risco Contra Incêndios	103
4.7.9 Portas e Janelas	103
Desenhos Técnicos	105
Conclusão	143
Bibliografia	145

Lista de Figuras

Fig. 1 Esquema dos povoados altos: Almeida, Formolo, Santos, Lourenço, 2010: 5	6
Fig.2 Planta da casa redonda da Idade do Ferro: VAZ, 2009:156	7
Fig.3 Localização de vestígios Proto-Históricos, 1989: VAZ, 2009:155	8
Fig.4 Casa redonda do Castro de Castelo de Mouros, Vila chã de Sá: VAZ, 2009:157	9
Fig.5 Planta de Viseu romano: VAZ, 2009:161	10
Fig.6 Mapa da convergência das estradas romanas ao centro de Viseu: Almeida, Formolo, Santos, Lourenço, 2010: 6	10
Fig.7 Cava do Viriato: TUDELLA, 1988: 153	13
Fig.8 Vista aérea da Cava do Viriato: TUDELLA, 1988: 157	13
Fig.9 Traçado das sucessivas cinturas de defesa do aglomerado populacional: TUDELLA, 1988: 155	15
Fig.10 Inscrição da Porta do Soar: Patrícia Jesus, 2015	16
Fig.11 Santo protetor da Porta dos Cavaleiros: Patrícia Jesus, 2015	16
Fig.12 Primeiro levantamento urbanístico da cidade: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	17
Fig.13 Esquema do crescimento do aglomerado urbano: Almeida, Formolo, Santos, Lourenço, 2010: 7	18
Fig.14 Esquema do crescimento do aglomerado urbano para fora da muralha: Almeida, Formolo, Santos, Lourenço, 2010: 7	18
Fig.15 Esquema dos novos arruamentos: Almeida, Formolo, Santos, Lourenço, 2010: 8	19
Fig.16 Cruzamento da Rua Formosa com a Rua do Comércio, 1951: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	20

Fig.17 Mercado 2 de Maio: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	20
Fig.18 Rossio de Massorim: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	20
Fig.19 Porta dos Cavaleiros: Patrícia Jesus, 2015	21
Fig.20 Porta do Soar: Patrícia Jesus, 2015	21
Fig.21 Pórtico do Fontelo: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	21
Fig.22 Rua Direita: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	23
Fig. 23 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua Direita: Patrícia Jesus, 2015	24
Fig.24 Rua Direita atualmente: Patrícia Jesus, 2015	24
Fig.25 Antigo quartel dos bombeiros, Rua D. Duarte: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	25
Fig.26 Rua D. Duarte, ligação com a Praça D. Duarte: Patrícia Jesus, 2015	25
Fig.27 Rua D. Duarte, ligação com a Rua Direita: Patrícia Jesus, 2015	25
Fig.28 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua da Cadeia: Patrícia Jesus, 2015	26
Fig.29 Rua Cimo de Vila: Patrícia Jesus, 2015	27
Fig.30 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua do Cimo de Vila: Patrícia Jesus, 2015	28
Fig.31 Praça Camões, atual Praça D. Duarte, 1955: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	29
Fig.32 Feira Semanal, Praça D. Duarte: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	29
Fig.33 Praça D. Duarte: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acessido em: 26 de Agosto de 2015	31

Fig.34 Praça D. Duarte, atualmente: Patrícia Jesus, 2015	31
Fig.35 Adro da Sé, atualmente: Patrícia Jesus, 2015	32
Fig.36 Rossio de Maçorim: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	32
Fig.37 Praça da Republica, Paços do Concelho, Igreja de Ordem terceira de São Francisco e Quartel de Regimento de Infantaria 14: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	33
Fig.38 Rossio, atualmente: Patrícia Jesus, 2015	36
Fig.39 Fachada principal da Sé: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	37
Fig.40 Fachada posterior da Sé: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	37
Fig.41 Fachada principal da Sé, atualmente: Patrícia Jesus, 2015	38
Fig.42 Fachada posterior da Sé, atualmente: Patrícia Jesus, 2015	38
Fig.43 Planta da Sé: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	40
Fig.44 Interior da Sé: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	40
Fig.45 Capela Batismal: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	41
Fig.46 Claustro da Sé: Patrícia Jesus, 2015	42
Fig.47 Corredor do Claustro da Sé: Patrícia Jesus, 2015	43
Fig.48 Igreja da Misericórdia: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	44
Fig.49 Igreja da Misericórdia, atualmente: Patrícia Jesus, 2015	45
Fig.50 Casa do Miradouro: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	48

Fig.51 Casa do Miradouro atualmente: Patrícia Jesus, 2015	49
Fig.52 Janela Manuelina da Casa Torre: Patrícia Jesus, 2015	50
Fig.53 Mapa de usos: Patrícia Jesus, 2015	58
Fig.54 Eixo viário principal: Patrícia Jesus, 2015	58
Fig.55 Funicular: Patrícia Jesus, 2015	59
Fig.56 Vias de circulação automóvel: Patrícia Jesus, 2015	60
Fig.57 Vias de circulação automóvel, pedonal e condicionadas: Patrícia Jesus, 2015	61
Fig.58 Estacionamento Praça D. Duarte: Patrícia Jesus, 2015	61
Fig.59 Estacionamento Adro da Sé: Patrícia Jesus, 2015	61
Fig.60 Estacionamento no Largo da Misericórdia: Patrícia Jesus, 2015	61
Fig.61 Estacionamento no Adro Sé: Patrícia Jesus, 2015	61
Fig.62 Estacionamento na parte posterior da Sé: Patrícia Jesus, 2015	62
Fig.63 Estacionamento na Rua D. Duarte: Patrícia Jesus, 2015	62
Fig.64 Imagem Arquitetónica, Largo da Misericórdia: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	62
Fig.65 Estado de conservação: Patrícia Jesus, 2015	63
Fig.66 Número de pisos: Patrícia Jesus, 2015	64
Fig.67 Conflito do mobiliário urbano na imagem urbana, Largo da Misericórdia: Patrícia Jesus, 2015	64
Fig.68 Diferentes pavimentos: Patrícia Jesus, 2015	64
Fig.69 Espaços verdes, Largo do Miradouro: Patrícia Jesus, 2015	65
Fig.70 Falta de tratamento no espaço público, Praça D. Duarte: Patrícia Jesus, 2015	65
Fig.71 Circulação pedonal, Rua Direita: Patrícia Jesus, 2015	65

Fig.72 Rua do Comércio, cruzamento com a Rua Formosa: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	68
Fig.73 Rua do Comércio, cruzamento com a Rua Formosa: Disponível em: www.facebook.com/viseucomz , acedido em: 26 de Agosto de 2015	69
Fig.74 Estacionamento inapropriado na Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	70
Fig.75 Imagem urbana da Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	70
Fig.76 Rua do Comércio, cruzamento com a Rua Chão de Mestre: Patrícia Jesus, 2015	70
Fig.77 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	71
Fig.78 Mapa do número de pisos da Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	71
Fig.79 Edifício do Mercado 2 de Maio que desvincula da Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	72
Fig.80 Atividades principais da Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	72
Fig.81 Mapa de funções: Patrícia Jesus, 2015	72
Fig.82 Atividades na Rua do Comércio: Patrícia Jesus, 2015	73
Fig.83 Principais características do edifício nº 92 a 106: Patrícia Jesus, 2015	74
Fig.84 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho: Patrícia Jesus, 2015	75
Fig.85 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho: Patrícia Jesus, 2015	75
Fig.86 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho: Disponível em: www.casadesonhoblog.tumblr.com , acedido em: 20 de Julho de 2015	75
Fig.87 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho: Disponível em: www.casadesonhoblog.tumblr.com , acedido em: 20 de Julho de 2015	76
Fig.88 Fachada principal: Patrícia Jesus, 2015	77
Fig.89 Fachada posterior: Patrícia Jesus, 2015	77
Fig.90 Painéis de azulejos na Fachada Principal: Patrícia Jesus, 2015	77

Fig.91 Escadas principais: Patrícia Jesus, 2015	78
Fig.92 Cozinha - Piso 1: Patrícia Jesus, 2015	79
Fig.93 Salas principais - Piso 1: Patrícia Jesus, 2015	79
Fig.94 Corredor - Piso 2: Patrícia Jesus, 2015	80
Fig.95 Sala secundária - Piso 2: Patrícia Jesus, 2015	80
Fig.96 Cozinha - Piso 2: Patrícia Jesus, 2015	80
Fig.97 Sala secundária - Piso 2: Patrícia Jesus, 2015	80
Fig.98 Acesso Vertical; Corredor; Sala - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	81
Fig.99 Corredor - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	81
Fig.100 Sala - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	81
Fig.101 Janela; Instalação Sanitária - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	81
Fig.102 Instalação Sanitária - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	81
Fig.103 Mobiliário - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	81
Fig.104 Esquema do apoio da viga de madeira na parede de alvenaria de pedra: Appleton, 2011:3	82
Fig.105 Esquema estrutural de um pavimento em madeira: Appleton, 2011:36	82
Fig.106 Esquema de pavimento de vãos múltiplos com vigas de madeira: Appleton, 2011:37	83
Fig.107 Esquema da composição da estrutura da cobertura: Appleton, 2011:352	83
Fig.108 Esquema da composição do telhado em zona trapeira: Appleton, 2011:342	83
Fig.109 Esquema do pormenor da estrutura da escada e detalhe do degrau: Appleton, 2011:51/351	84
Fig.110 Estrutura da cobertura e do pavimento: Patrícia Jesus, 2015	84
Fig.111 Pormenor dos painéis de azulejos na fachada principal: Patrícia Jesus, 2015	85

Fig.112 Esquema da parede em tabique de prancha ao alto, usando peças costaneiras com reboco sobre fasquiado ou ripado de madeira: Appleton, 2011:346	86
Fig.113 Esquema de representação de pavimento com vigas de madeira revestidas superiormente com soalho de madeira pregado e teto com reboco sobre fasquio igualmente pregado às vigas: Appleton, 2011:349	86
Fig.114 Pormenor construtivo das paredes interiores: Patrícia Jesus, 2015	86
Fig.115 Revestimento da parede interior da sala principal do piso 1 e do teto da sala principal adjacente: Patrícia Jesus, 2015	87
Fig.116 Estrutura e revestimento da cobertura: Patrícia Jesus, 2015	87
Fig.117 Pormenor dos materiais utilizados nas escadas: Patrícia Jesus, 2015	88
Fig.118 Pormenor das portas e janelas: Patrícia Jesus, 2015	88
Fig.119 Quadro inspirador para o conceito de Piet Mondrian: Disponível em: www.piet-mondrian.org , acedido em: 17 de Setembro de 2015	90
Fig.120 Esquema de fluxos: Patrícia Jesus, 2015	91
Fig.121 Esquema de observação dos fluxos: Patrícia Jesus, 2015	91
Fig.122 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 0: Patrícia Jesus, 2015	91
Fig.123 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 1: Patrícia Jesus, 2015	92
Fig.124 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 2: Patrícia Jesus, 2015	92
Fig.125 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 3: Patrícia Jesus, 2015	92
Fig.126 Esquema dos acessos verticais: Patrícia Jesus, 2015	94
Fig.127 Esquema da ligação da Rua do Comércio com a Rua D. Duarte: Patrícia Jesus, 2015	94
Fig.128 Esquema funcional da proposta: Patrícia Jesus, 2015	96
Fig.129 Esquema de reforço de resistência de pavimento com novas vigas de madeira: Appleton, 2011:216	97
Fig.130 Esquema de substituição do troço de viga de madeira de um pavimento: Appleton, 2011:218	97

- Fig.131** Esquema de reforço de isolamento térmico de coberturas ao nível dos forros: Appleton, 2011:257 98
- Fig.132** Esquema de substituição do apoio da asna de madeira: Appleton, 2011:225 98
- Fig.133** Esquema do elevador com sistema Gen2® Flex: Disponível em: <http://www.otis.com/site/pt/pages/Gen2Flex1.aspx?menuID=2>, acessado em: 14 de Julho de 2015 100
- Fig.134** Representação da inclusão de absorvente acústico e térmico, sequentemente a aplicação de gesso cartonado: Appleton, 2011:262 101
- Fig.135** Representação da inclusão de absorvente acústico e térmico entre as vigas de madeira da cobertura: Appleton, 2011:259 102
- Fig.136** Representação da inclusão de absorvente acústico e térmico entre as vigas de madeira do pavimento: Appleton, 2011:261 102
- Fig.137** Representação da aplicação de teto falso suspenso: Appleton, 2011:261 103

Capítulo 1 - Introdução

1.1 Justificação do trabalho

Propõe-se abordar a temática da reabilitação de edifícios antigos, sendo o estudo desta especialidade uma oportunidade de recuperar e preservar, devolvendo ao edifício a vida, o dinamismo e a vitalidade que outrora teve, mantendo a sua identidade, história e principais características.

Nos dias de hoje, vão surgindo cada vez mais intervenções no património, vão emergindo um pouco por todo o país, afirmando-se cada vez mais como uma alternativa à construção nova. Durante vários anos não se deu a devida atenção à degradação que se instalou nos centros históricos, o que levou a um abandono da parte da população e uma desertificação dos centros históricos das cidades. Atualmente em Portugal, o tema reabilitação urbana dos centros históricos tem vindo a ganhar projeção e já existe uma maior preocupação na resolução deste problema. Num momento em que a economia mundial encontra-se fragilizada, revela-se necessário para evidenciar as melhores práticas, ponderando necessariamente os valores arquitetónicos e sociais das intervenções.

Propõem-se a reabilitação de um edifício no centro histórico de Viseu. A escolha da cidade de Viseu surge devido ao conhecimento prévio do local, às memórias existentes e também pelas características que apresenta. Devido especialmente da degradação que o centro histórico sofreu ao longo dos anos, merecendo uma especial atenção, com uma tentativa de propor um programa que dinamize o local.

A escolha do edifício parte da sua localização, pois situa-se numa das principais vias de acesso ao centro histórico, este tem uma forte carga simbólica, relacionada com a identidade da própria cidade, tornando-se assim como um ponto de referência; pela sua imponência, com uma fachada exuberante, com ritmo, ilustre e bastante notória; e pela sua dimensão.

O presente trabalho será mais um contributo para o estudo da reabilitação dos centros históricos, especialmente o de Viseu, com uma proposta que trará movimento, vida e dinamismo não só ao próprio edifício como ao centro histórico.

1.2 Introdução à temática em estudo

O centro histórico coincide com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiam outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valor. Esta área tem uma forte carga simbólica, relacionando-se com a identidade da própria cidade, no entanto acaba por se tornar um ponto de referência para o desconhecido.

Um espaço onde abundam ruas, praças, variados imóveis e construções com um passado extenso, prolongado e encantador, factos que passam ao lado da correria desenfreada do dia-a-dia de muitos indivíduos. No entanto tudo acaba por ter um encanto especial, os movimentos, a harmonia, a homofonia diversa, as fachadas, as calçadas os pavimentos,... uma “*montanha russa de sensações*” (ALVES, 2007: 5)

O centro histórico é então um facto notável, uma construção a que a história atribui um determinado significado, encarna assim uma variedade de pretensões significativas, vaidades e desejos, do ponto de vista coletivo. Desta maneira, é relativamente acessível perceber a vontade da generalidade dos indivíduos, em harmonia com a vontade política dos demais na sua reabilitação arquitetónica.

A reabilitação é um conceito que emerge em grande medida como reação às operações de renovação urbana, após a segunda guerra mundial e até ao fim dos anos 60. É um processo demorado, complexo, vasto e alargado, e nos dias de hoje tornou-se uma prática corrente. A reabilitação constitui uma política de intervenção inovadora e bastante recente, sendo os centros históricos uma questão prioritária. Esta contribui para uma salvaguarda da imagem urbana e rural das nossas heranças culturais.

1.3 Metodologia

A metodologia da presente dissertação segue várias fases, nas quais captar e analisar todos os métodos utilizados.

Inicialmente começou-se com uma revisão bibliográfica, onde foi recolhido todo o material teórico, desde documentos escritos, visitas ao centro histórico de Viseu, fazendo o levantamento, análise e avaliação do mesmo. Realizou-se um reconhecimento de toda a área do centro histórico e ao mesmo tempo foram registadas imagens que mostram o seu estado atual, o que nos ajuda a perceber o que levou a este estado de degradação e por consequente à desertificação.

Foram realizadas visitas à Câmara Municipal de Viseu, à Biblioteca Municipal, ao Arquivo Distrital de Viseu e à Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, onde foram recolhidas

informações, documentos escritos sobre a origem e evolução da cidade de Viseu, sobre a origem da Rua do Comércio e sobre o edifício nº 96 a 106. Foram também realizadas visitas ao edifício nº 96 a 106.

Seguidamente foram feitos levantamentos e análises do edifício onde foram descritas todas as características referentes ao mesmo.

Após o tratamento de toda a informação passou-se a realização da proposta, onde através dos conhecimentos adquiridos anteriormente se realizou a melhor proposta, tanto programática como arquitetónica.

1.4 Objetivos

O objetivo desta dissertação é avaliar as condições e o estado de conservação do Centro Histórico de Viseu, abordando a sua evolução histórica, as intervenções realizadas, analisando o processo de atuação da Câmara Municipal.

Mostrar como é que a manutenção e conservação promovem, de uma forma preventiva a salvaguarda de edifícios antigos, prolongando o seu tempo de vida útil. Compreender a utilização dos diferentes espaços, bem como as técnicas e materiais utilizados para este tipo de construção. Clarificar e compreender as ideias no meio de um projeto de reabilitação, assim como a aplicação de um movimento que, apesar da mocidade, promete ser peça fundamental no futuro da arquitetura.

Pretende-se que com a análise do Centro Histórico de Viseu, se reflita sobre os fatores que influenciaram a sua degradação, acentuando a tendência para a desertificação, aumentando os problemas sociais e falta de condições de habitabilidade para tal.

Pretende-se assim com a proposta de reabilitação reverter esta situação, propondo um programa e métodos construtivos que deem continuidade à salvaguarda deste património.

1.5 Organização do Trabalho

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, que associam a temática estudada e refletem o respetivo processo de elaboração, tendo a sua subdivisão respeitado a coesão do conteúdo.

No primeiro capítulo faz-se a introdução da presente dissertação, justificando a escolha do tema, introduzindo-o à temática em estudo. Estabelecendo objetivos, este capítulo dá-nos o panorama global do que será abordado posteriormente.

No segundo capítulo pretende-se expor, de uma forma clara e sintética, o desenvolvimento da cidade de Viseu, toda a sua evolução desde do início da sua existência até ao que conhecemos atualmente. Como forma de entender como se gerou a cidade, com as pessoas habitaram o espaço durante toda a sua existência, e qual a sua relação com o local. Houve especial atenção nos séculos XVI, XVII e XVIII pois, estes foram decisivos para a fisionomia do atual centro histórico de Viseu.

No terceiro capítulo apresenta-se as análises e conclusões tiradas do que é atualmente o centro histórico, quais os seus pontos fortes e pontos fracos, de que maneira se habita o espaço e qual a relação entre Homem/Centro Histórico.

No quarto capítulo apresenta-se as análises e conclusões retiradas do estudo mais pormenorizado do edifício e da rua onde está localizado, de modo a perceber qual a situação na sua área envolvente, e toda a sua organização espacial e materiais utilizados.

No quinto capítulo apresenta-se a proposta de reabilitação, onde se desmembram todos os diferentes princípios pensados e metodologias aplicadas até o resultado final. Baseada evidentemente em todas as considerações teóricas abordadas durante os capítulos anteriores, de maneira a criar uma proposta coerente e dinâmica tanto para esta zona da cidade como para a população.

Estão também incorporados todos os desenhos técnicos que complementam todo o estudo. São apresentados desenhos técnicos do centro histórico, do edifício existente e por fim da proposta de reabilitação.

Para finalizar elabora-se uma análise global do que foi realizado, assim como uma reflexão do que aqui foi estudado.

Capítulo 2 - Centro Histórico de Viseu:

Evolução Histórica

2.1 Introdução

O espaço de Viseu começou a ser ocupado na pré-história, numa ligação do homem com a natureza através dos abrigos que as rochas proporcionavam. Estes abrigos foram evoluindo para cabanas feitas de ramagens e materiais vegetais, progredindo depois para casas redondas de pedra, sendo nesta altura que o povoado é cercado por uma muralha com fosso, mantendo-se na parte mais alta do morro da Sé. Posteriormente chegaram os romanos que reformularam a cidade, urbanizando-a e fortificando-a, construindo na parte alta os edifícios para os Deuses e administração pública, reservando as partes baixas da cidade para os homens. Já perto da decadência, os romanos, encolheram a cidade, fazendo uma nova muralha onde muitos edifícios foram destruídos e abandonados, arranjando as necrópoles para delas retirarem pedras para a nova muralha. Foi invadida pelos Suevos e de outros povos, sendo a pacificação imposta pelos visigodos.

Os limites do atual centro histórico ficaram definidos com a construção da muralha afonsina no século XVI. Nesse século e nos seguintes definiram-se os contornos do que hoje ainda encontramos. Demoliram-se os restos da antiga fortaleza definindo-se assim o Adro da Sé que a construção da Igreja da Misericórdia e o Paço dos Três Escalões consolidaram.

Construíram-se o Paços do Concelho delimitando a Praça do Concelho, onde se ergueu a vida da comunidade até o incêndio em 1746 ter destruído completamente o edifício. Ficava aqui definido o duplo centro civil e religioso da cidade.

Para a concretização deste capítulo foi realizado um estudo mais alargado de todo o centro histórico, onde foram analisadas, além das apresentadas, diversas ruas, praças, rossios e edifícios religiosos, civis e nobres. Dentro das ruas foram analisadas a Rua Nova, a Rua das Estalagens, a Rua escura, Rua do Arco, Rua da Regueira, Rua das Olarias, Rua da Torre do Relógio, Rua Gonçalinho e a Rua da Prebenda. No caso das praças e rossios foram ainda estudadas a Praça Erva, o Rossio de Santa Cristina, o Rossio da Ribeira e o Largo do Miradouro. No edificado, foi estudado, no caso dos edifícios religiosos, o Mosteiro de Jesus, a Capela da Nossa Senhora da Conceição da Ribeira, a Capela da Nossa Senhora da Vitória, a Capela de Santo António, a Capela da Nossa Senhora dos Remédios, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo e a Igreja de Ordem Terceira da São Francisco, no caso dos edifícios civis, o Açougue e o Aljube Eclesiástico, e no caso dos edifícios nobres, a Casa de Pedro Visçoso, a Casa de D. Luiza de Figueiredo e a Casa de Maria Amaral. Este estudo apesar de não ser diretamente relevante na

concretização da dissertação foi importante, de modo a dar-nos a conhecer a origem e a evolução deste espaço e de que modo influenciou o modo de vida da população desde da época em análise até atualmente.

2.2 Origens da Cidade de Viseu

2.2.1 Pré-História

Nada se sabe com certeza sobre o espaço de Viseu na pré-história, presume-se que, *“sendo este um sítio alto, rodeado por água abundante de todos os lados, (...) é natural que os homens o ocupassem desde muito cedo.”* (VAZ, 2009:152) Com uma localização vantajosa e privilegiada no topo da colina, ocupava uma posição estratégica em que teria todos os penedos ao descoberto e dali se continha uma vasta paisagem em todo o seu redor. Alguns destes penedos ainda nos dias de hoje são visíveis, nomeadamente no largo de S. Teotónio, localizado atrás da Sé e também na base do Museu Grão Vasco.

Na época, os abrigos seriam essencialmente naturais, construídos nos penedos e o seu aspeto urbano seria de um cerro com matos e penedos onde os homens se recolhiam. As descobertas feitas até os dias de hoje apontam para a possibilidade de uma ocupação no alto da Sé ser muito primitiva. Pode-se dizer que *“ a primeira ocupação do morro onde hoje se encontra a parte mais antiga da cidade de Viseu remontará talvez ao Calcolítico (finais do IV.^a a finais do III^o milénio a.C.) ”* (CARVALHO e VALINHO *apud* VAZ, 2009:153).

2.2.2 Proto-História

Na proto-história dá-se o início da utilização dos metais, especialmente do bronze e do ferro. A sua maior característica eram os povoados altos, fortificados com muralhas e casas redondas ou retangulares, conhecidas como castros.



Fig. 1 Esquema dos povoados altos

As descobertas arqueológicas realizadas graças às obras que têm sido feitas na cidade, comprovam que existiu um povoado proto-histórico. Este tratava-se “*de um aglomerado populacional proto-urbano, sem arruamentos, que aproveitava os afloramentos graníticos e a própria topografia do terreno para dispor os espaços domésticos e áreas funcionais.*” (VAZ, 2009:155)

Através destas descobertas percebe-se que “*os espaços domésticos coexistiam com as áreas funcionais ou produtivas*” (VAZ, 2009:155). As descobertas foram de um pão de cozer e de uma estrutura de combustão relacionada com a torrefação de cereais, no pátio do museu Grão Vasco e no local onde se encontra o funicular respetivamente. Ambas encontravam-se próximas de “*piso de argila de estruturas domésticas de planta circular*” (VAZ, 2009:156), construídas com materiais efêmeros, possivelmente ramagens de arbustos e árvores. Aparece também outro tipo de casa no pátio do museu Grão Vasco, de planta redonda, alicerce de pedra, o que nos leva a concluir que na época do ferro o povoado evoluiu, adaptando-se à nova forma de construir. Estes espaços multifuncionais exibiam estruturas de silagem, no espaço da estação do funicular foram identificados trinta e quatro silos, onde se destacaram alguns pela sua dimensão, sendo por essa razão que se tornaram únicos e excecionais.

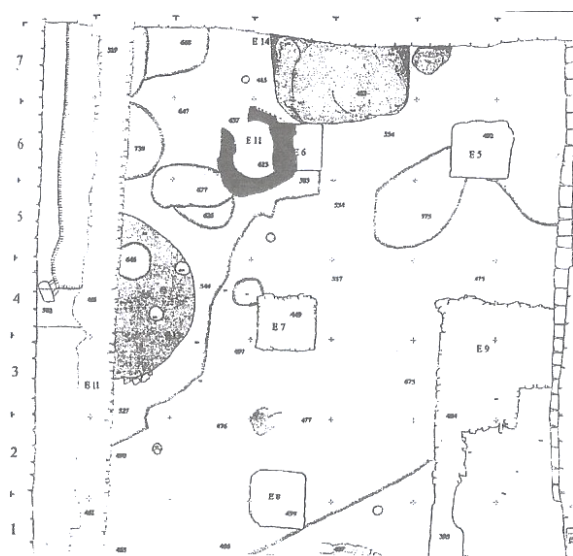


Fig.2 Planta da casa redonda da Idade do Ferro¹

As escavações efetuadas revelaram um sistema defensivo da época. Este era “*composto por uma ou mais linhas de fossos escavados no solo, com paredes em terra, oblíquas, às vezes quase verticais, apresentando uma profundidade máxima de três metros e um e noventa metros de largura.*” (VAZ, 2009: 158) Dois dos tramos dos fossos descobertos a norte, no largo Mousinho de Albuquerque, e a sudoeste, na rua D. Duarte, indicam dois dos limites para o castro. Juntamente com estes limites, a dispersão das descobertas dos vestígios da idade do

¹ Esta planta surge derivado às escavações realizadas no pátio do Museu Grão Vasco.

ferro, pensa-se que este povoado comparece numa área de aproximadamente seis hectares, que se prolongava desde o ponto mais alto até ao meio das ruas do Comércio, encosta do mercado 2 de Maio, D. Duarte e Gonçalinho até ao largo Mousinho de Albuquerque. Seria “*um aglomerado populacional urbano, sem arruamentos, que aproveitava os afloramentos graníticos e a própria topografia do terreno para dispor os espaços domésticos e áreas funcionais.*” (VAZ e SOBRAL, 2009: 34).

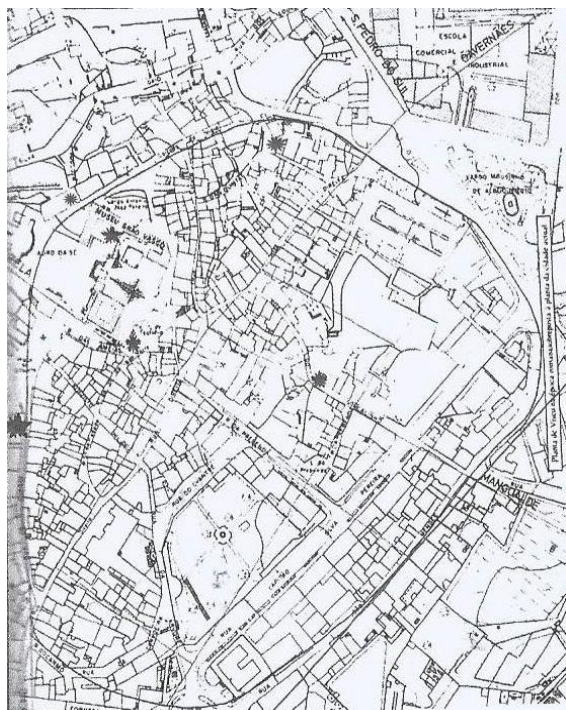


Fig.3 Localização de vestígios Proto-Históricos, 1989

Estes fossos mostram uma preocupação defensiva com o povoado e um cuidado posto na sua defesa. Relacionando estes fossos com a quantidade de silos existentes, pode-se dizer que os habitantes estariam preparados para resistir a um cerco imposto por outros povos. “*Estes mesmos elementos permitem estabelecer uma cronologia (...) deste povoado para os séculos IV e III a.C., antecedendo a chegada dos romanos.*” (VAZ, 2009:158)

Durante esta época as elites locais possuíam poder e autoridade, que lhes eram concebidos através do controlo das rotas comerciais. Devida a isso existia uma grande instabilidade entre as comunidades vizinhas, pois da mesma maneira procuravam ocupar o seu lugar na política e na economia, sobretudo o povoado de Santa Luzia. “*(...) o castro do Cabeço de Castro de S. Romão (Seia), (...) o castro da Senhora da Guia (S. Pedro do Sul), (...) e depois o castro Cárcoda (S. Pedro do Sul), (...) fechavam este diagrama comunicativo.*” (VAZ, 2009:159)

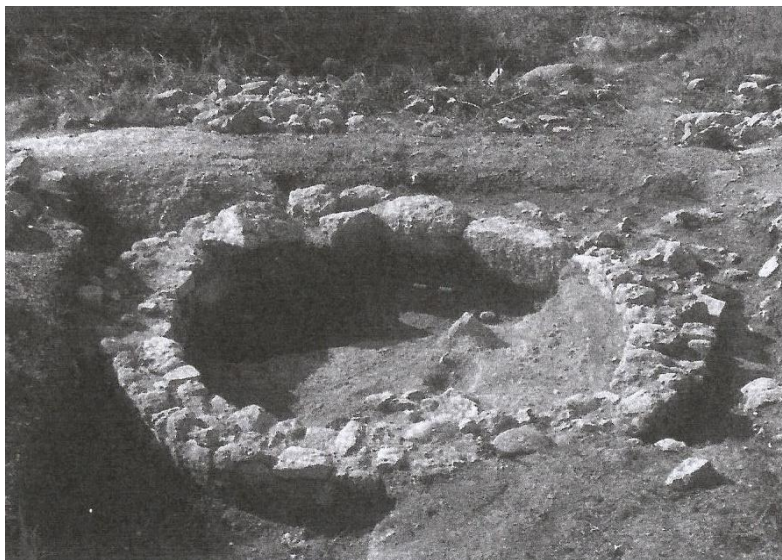


Fig.4 Casa redonda do Castelo de Castelo de Mouros, Vila chã de Sá²

“ A ascensão do castro de Viseu, que terá ocupado um papel fundamental no hinterland³ regional, poderá ter substituído Santa Luzia (...)” (VAZ, 2009, 159) Isto devido à abundância de água que rodeava Viseu, pelos lados norte e ocidental e que escasseava em Santa Luzia. Esta substituição sucedeu na transição da época do bronze para a época do ferro, período que antecedeu à chegada dos romanos.

“Viseu ocupou sempre uma posição estratégica fundamental para a região, pois “é o centro natural de um vasto planalto entre as serras do Caramulo, Montemuro e Nave e um paralelo de alturas que passa entre Fornos de Algodres e Trancoso” (VAZ apud VAZ, 2009: 160) e a cidade propriamente dita localiza-se num cabeço com altitude máxima de quatrocentos e oitenta e três metros, cujas encostas são bastantes suaves e de fácil acesso.” (VAZ, 2009:160)

Foi esta posição estratégica que os ocupantes da idade do ferro avistaram há praticamente dois milénios e meio, reconstruindo uma área que até aos dias de hoje tem sido reformulada e numa abandonada.

² Esta casa do Castelo de Castelo de Mouros é semelhante às que existiam no Castelo de Viseu.

³ Esta é uma palavra alemã que significa “a terra para trás”. É um termo que se refere ao interior de uma área atrás de costa de um rio. Este termo também é utilizado para se referir a uma área em torno de uma cidade ou vila.

2.2.3 Idade Antiga

Com a chegada dos romanos, as alterações foram radicais, adaptando-o às normas do urbanismo ortogonal romano e formando um espaço estruturalmente urbano, designando-a capital de uma civitas, “Viseu, na perspetiva da governação imperial, deveria ser capital de uma das novas unidade político- administrativas criadas, designadas de civitas.” (MARQUES, 2013: 68)

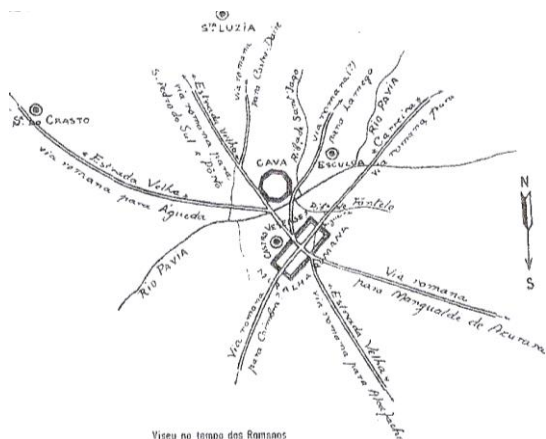


Fig.5 Planta de Viseu romano

Nos finais do século I a.C. e nos inícios do I d.C., a acrópole continuou a ser habitada, mas houve uma expansão da área para oriente e sul. Nos lados ocidentais e norte os limites continuaram a definir-se pela muralha, que passaria no cimo da encosta (decalcando as defesas da idade do ferro).

“A Viseu romana, com cerca de catorze hectares, incluía a área do centro histórico, prolongando-se do lado sudoeste até à rua João Mendes. Fora de portas, como era habitual, tinha as suas necrópoles que se localizavam em quatro pontos: avenida Emídio Navarro, rua Silva Gaio, S. Miguel de Fetal/ Via Sacra e Sta. Cristina/ Cimo de Vila.” (MARQUES, 2013: 68)

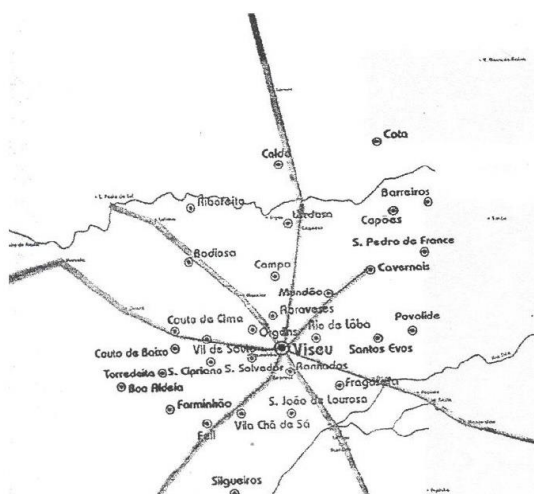


Fig.6 Mapa da convergência das estradas romanas ao centro de Viseu

No século I a muralha seria mais simbólica que defensiva e marcava as ruas nas novas áreas ocupadas de acordo com os seus critérios ortogonais universais. Esta era rasgada por portas que localizavam os extremos principais do cardo e decumanos. O cardo e decumanos era a base do urbanismo romano no século da refundação da cidade. Estes eram a existência de dois eixos, em que o cardo é no sentido norte-sul e o decumanos no sentido este-oeste. “*O cardo maximus teria assim maios ou menos o traçado da rua Direita e o decumanos maximus coincidiria com a rua Gonçálinho.*” (CASTILHO, 2004: 313) Todas as outras ruas denominadas de cardines menores e decumani menores, eram definidos em relação a estes dois eixos estruturantes.

À semelhança de outras cidades romanas, a muralha permaneceu sem alterações nos três primeiros séculos, no entanto, com a chegada de povos invasores, os habitantes reduziram o espaço para que se pudessem defender melhor. Para tal, construíram uma nova muralha nos finais do século III e inícios do século IV. Esta “*segunda muralha com cerca de vinte metros de comprimento e dois metros e quarenta centímetros de largura (...)*” (MARQUES, 2013:68) reduz a área urbana do lado oriental e norte e mantendo o limite ocidental mais íngreme para mais facilidade na defesa da cidade. Esta é uma muralha forte e possante e o seu aspeto arquitetónico mais interessante é “*(...)o seu torreão semicircular com quatro metros e setenta e cinco centímetros de diâmetros.*” (MARQUES, 2013: 68) Estes foram construídos, pois vivia-se “um período de profunda instabilidade política interna, acrescida de ameaças de invasões por parte de povos que se encontravam para além das fronteiras do império romano.” (MARQUES, 2013: 68)

Outro ponto fundamental de qualquer cidade romana era o fórum, centro político, religioso, administrativo e social. O fórum da cidade romana de Viseu localizava-se “*no topo do morro da Sé, ocupando a plataforma onde se erguem, imponentes, a Sé de Viseu e o Museu Grão Vasco.*” (VAZ, 2009:185) “*Haveria uma praça central, elevada e ladrilhada, com um templo a norte, distribuindo-se os restantes edifícios públicos pelo remanescente patamar artificial elevado.*” (VAZ, 2009: 185) Sendo esta configuração não muito diferentes do atual adro da Sé. O pavimento do fórum era uma base de lajes de granito, onde ainda existem vestígios numa cripta existente sob a capela-mor da Sé de Viseu. Todo este complexo assentava, sobre uma plataforma que em alguns pontos teve de ser suportada por fortes muros de contenção. Ainda são visíveis vestígios nas traseiras da Sé, na parede virada para o lado de S. Teotónio.

Durante as obras de reabilitação do museu Grão Vasco foram descobertas várias colunas do templo. Estas seriam de ordem jónica e tinham setenta e cinco centímetros de diâmetro, o que faria dele um templo grandioso com colunas de sete metros de altura. A este pertenciam as colunas e a base que estão na Quinta da Carreira.

2.2.4 Idade Média

A cidade romana sofreu o embate dos povos invasores nos inícios do século V e a partir daí muitos outros terão seguido “*até à paz imposta pelos visigodos em 575, quando anexaram os Suevos e pacificaram toda a Península, unificando-a também no aspeto religioso, sob a bandeira do Cristianismo.*” (VAZ, 2009: 189;190)

As alterações na cidade nesta época são pouco conhecidas. “ (...) *houve uma grande remodelação do alto da cidade que poderá ter abrangido o próprio fórum.*” (VAZ, 2009: 190) Estas remodelações ocorreram devido à redução da área da cidade e com a entrada do cristianismo.

No gaveto da praça D. Duarte com a rua das Ameias descobriu-se um pavimento em *opus signinum*⁴ onde se localizava a basílica. Neste encontrava-se uma moeda de Constantino I, sendo esta uma datação da primeira pedra da construção. Este novo templo veio substituir o templo pagão que se localizava mesmo em frente da nova construção, no lago sul do antigo fórum romano. A basílica tinha “ (...) *uma iconóstase tripartida, quase fechada ao público e com frescos que decoravam as paredes e possivelmente a abóbada (...)*” (VAZ, 2009: 193). Esta é a primeira basílica cristã de Viseu, datada na segunda metade do século V.

“*Em 711 iniciou-se a conquista muçulmana da península ibérica*”, (MARQUES, 2013: 68) após a conquista criaram unidades político-administrativas denominadas de *kura*⁵. Viseu foi uma destas novas jurisdições que mantiveram as áreas diocesanas suevo-visigóticas, em termos territoriais. Em 713 destruíram a basílica paleocristã e sobre ela e com as suas pedras construíram uma mesquita, em sua orientação sudoeste indicava Meca, segundo as regras muçulmanas. Estruturalmente, a cidade manteve-se como no final do império romano, quando encolheu e se fixou dentro dos novos muros, estreitando as ruas, arrasando o fórum e a parte alta da cidade. Contudo a posição estratégica da cidade levou a que a posse da cidade vira-se entre os suevos e visigodos, o que levou a que houvesse destruições sucessivas.

Durante o reinado de Afonso III das Astúrias (866-910), o processo de reconquista cristã acumulou sucessivas vitórias, sendo a cidade de Viseu reconquistada neste processo por um sobrinho do rei asturiano, D. Sebastián. Para além das vitórias militares, instauraram-se grande unidade político-administrativas com cariz militar, designadas de civitates, comandadas por um conde a partir de um castelo.

⁴ Material de construção feito de telhas partidas em pedaços pequenos, misturados com argamassa e batido em seguida com um pilão.

⁵ Designação para as demarcações territoriais nas quais ficava dividido a al-Ándalus, a antiga península Ibérica Islâmica, durante o emirado e o califado de Córdoba.

“Após a morte de Afonso III, o reino asturiano, que tinha crescido consideravelmente, foi dividido pelos seus três filhos: Garcia I, Ordonho II e Fruela II. O primeiro ficou com o reino de Leão, o segundo com o reino da Galiza e o terceiro com o reino das Astúrias.” (MARQUES, 2013: 70) A morte prematura de Garcia e de Ordonho permitiu que se reunificassem os três reinos sob a égide de Fruela, esta durou apenas dois anos, de 923 a 925, devido à morte do rei. Formou-se então uma guerra civil entre Afonso Froilaz, filho de Fruela, Sancho, Afonso e Ramiro, filhos de Ordonho. Depois de ser coroado D. Afonso IV (925-931), derrotando tanto o primo como o irmão, entregou o governo da Galiza ao irmão D. Sancho e o governo do condado portugalense ao irmão D. Ramiro, que se estabeleceu em Viseu entre 926 a 930. Este ainda foi coroado rei após a abdicação de D. Afonso para se tornar monge. Posteriormente à sua morte em 951, Ordonho III vencia o seu irmão numa nova disputa sobre, no entanto, o seu reinado durou apenas cinco anos (951-956) dando o seu lugar ao Sancho, o Gordo. Este vinha a falecer em Viseu em 958.

Entre 972 e 1002 foram protagonizadas campanhas militares por Almansor. Na sua passagem por Viseu durante a expedição que realizava a Santiago de Compostela, o chefe muçulmano concentrou na cidade um enorme número guerreiros. “Este acontecimento (...) dá uma perspectiva diferente e mais complexa do processo de reconquista (...) entre cristãos, dum lado, e muçulmanos, do outro.” (MARQUES, 2013: 71)

Seria nesta altura que se construiu a Cava do Viriato. “Este enorme acampamento militar do período califal, tem planta octogonal, com taludes e fossos exteriores a delimita-lo.” (MARQUES, 2013: 71)



Fig.7 Cava do Viriato



Fig.8 Vista aérea da Cava do Viriato

Em 1002, Almansor faleceu sucedendo-lhe o filho Abdalmalik que deu continuidade à sua política. Após a sua morte em 1008, o califado desintegrou-se em pequenos reinos de Taifas, que combateram entre si no que se pode considerar uma guerra civil.

“O território visiense integrou nos inícios do século XI a Taifa de Badajoz, cuja superfície coincidia em grande parte com a província da Lusitânia. É neste contexto histórico que se devem integrar dois acontecimentos militares: a campanha de Abul-L-Qasin (..) no ano de 1020 e em 1028 o cerco do castelo de Viseu por Afonso V” (MARQUES, 2013:72)

No primeiro caso refere-se a

“um episódio da guerra civil muçulmana em que Qasin conquista dois castelos em Lafões, uma das regiões mais islamizadas do centro/norte do território português; no segundo caso estamos perante mais uma incursão cristã a sul do Douro, cujo objetivo era reconquistar a cidade de Viseu. Tal não foi conseguido e o monarca acabaria mesmo por ser morto no cerco ou castelo.” (MARQUES, 2013: 72 e 73)

A cidade continuou muçulmana e terá sido neste período que se realizaram obras no castelo de Viseu, onde ainda persistem alguns vestígios proto românicos, quer na parede voltada para a praça D. Duarte, quer na parede voltada para o Adro da Sé.

“A debilidade do domínio muçulmano em virtude da guerra entre os diversos reinos de Taifas, proporcionou ao monarca leonês Fernando Magno empreender a partir de 1037 campanhas militares sistemáticas a sul do rio Douro, numa nova e decisiva fase da reconquista.” (MARQUES, 2013: 73)

Viseu foi reconquistado em 1058. Fernando Magno, após a conquista de um vasto território reorganizou-o política e militarmente, *“substituindo as vastas civitates afonsinas governadas por condes, por territórios consideravelmente mais pequenos, designados de terras, cuja administração era entregue a tenentes.” (MARQUES, 2013: 73)* Esta nova organização permitia um controlo mais eficaz do território.

Durante esta época a cidade vai-se desenvolvendo à sombra do poder eclesiástico, estendendo-se pelo morro da catedral, com poucas casas entre largas fatias de campo sem qualquer tipo de muralha. O alcácer onde se situava a Sé era a única defesa que a cidade tinha por esta altura.

“D. João I reúne corte em Viseu em 1391e no ano seguinte, por carta de mercê concede à cidade Feira Franca anual com duração de um mês.” (CASTILHO, 2004:317)

2.2.5 Idade Moderna

A instabilidade vivida durante as guerras até à paz definitiva celebrada em 1400 colocaram em evidência a vulnerabilidade defensiva da cidade de Viseu, sem qualquer cerca e com a catedral a exercer uma função de proteção fundamental, visto que o castelo medieval foi mandado derrubar pelo rei D. Fernando. Os saques e os incêndios foram também destrutivos para o tecido urbano da cidade, determinando a construção de um novo pano de muralhas e profundas alterações urbanísticas. A reedificação da malha urbana foi acompanhada pela construção de uma nova muralha, iniciada no reinado de D. João I.

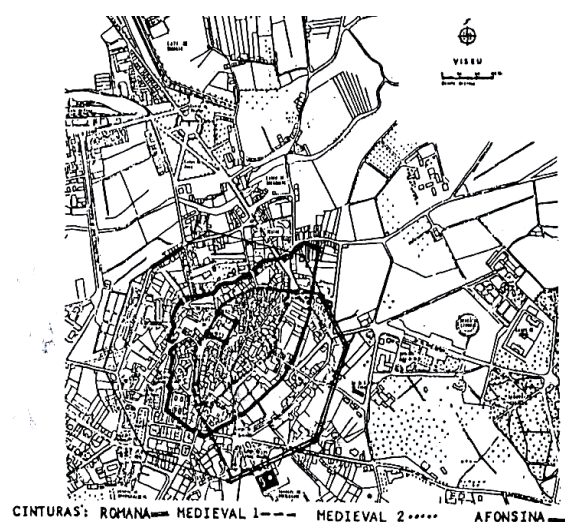


Fig.9 Traçado das sucessivas cinturas de defesa do aglomerado populacional

Em 1415, depois da tomada de Ceuta, D. João I presenteou o seu filho D. Henriques com o título de Duque de Viseu e defensor de toda a Beira, instituindo assim o senhorio de Viseu.

A construção da muralha continuou no reinado de D. Afonso V, que em 1465 determina “*que se mandasse acabar a cêrca da cidade, que já estava começada, ou ao menos se lhe mandasse pôr um peitoril deante da dita cerca para amparo da cidade, que já duas ou três vezes tinha sido queimada pelos corredores de Castella.*” (ARAGÃO apud CASTILHO, 2004: 317 e 317) Esta foi concluída em 1472 data em que D. Afonso manda gravar uma inscrição na Porta do Solar, “*D. Affonso o Quinto Rey de Portugal e dos Algarves da quem e da lem mar em Africa, mandou cercar esta nobre cidade de Viseu assi por nobreza, e defendam della com prol comum de seu Reymos (parte ilegível) 1472.*” (PEREIRA apud CASTILHO, 2004: 318)



Fig.10 Inscrição da Porta do Soar

A cerca era composta por panos de muralhas unidos por sete portas: do Solar; de Cimo de Vila; de Santa Cristina; da Regueira; do Arco; do Postigo; e de São Sebastião. Cada porta teria um ou dois santos protetores, um no interior e outro no exterior, em que alguns destes deram os nomes às portas. Cada porta teria ainda um guarda-mor

“(...) encarregado de a defender mão só em caso de investida militar mas também como medida de sanidade pública, encerrando a cidade em caso de peste, como aconteceu em 1577, de modo a impedir contatos com o exterior que podiam resultar em contaminação.” (CASTILHO, 2004:326)



Fig.11 Santo protetor da Porta dos Cavaleiros

A muralha foi-se degradando, perdendo o papel defensivo e em 1814 a câmara decidiu demolir vários arcos das muralhas que ameaçavam ruir. Para tal, foram chamados dois pedreiros, que depois de as analisar defenderam a manutenção de dois arcos e o desmantelamento dos restantes. A Porta do Solar e a dos Cavaleiros, que ainda hoje existem, foram mantidas pois

alguns casos de poder económico. Estas habitações dificilmente saem das muralhas ou eram construídas o mais possível das portas. Haveria ainda grandes espaços para amplos jardins, onde ainda existem alguns troços. “As ordens terceiras vão ocupar os rossios extramuros. Os terreiros medievais mantêm-se iguais em número e localização até ao século XVIII, data em que aí se constroem várias igrejas.” (CASTILHO, 2004: 321) Definiam-se aqui as linhas de crescimento da cidade que, só no século XIX as ultrapassa, abrindo a rua do Comércio, ligando a parte alta da cidade aos baixos de Cimo de Vila e a rua Formosa ligando o Rossio de Mançorim ao Terreiro de Santa Cristina.

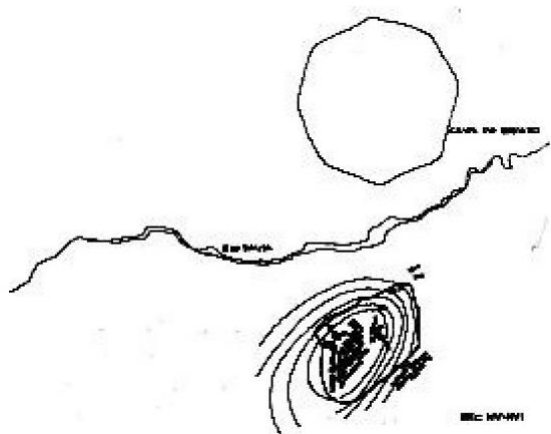


Fig.13 Esquema do crescimento do aglomerado urbano

2.2.6 Idade Contemporânea

Em 1814 é o ano em que a configuração do centro histórico, anteriormente delimitado por diversos panos de muralhas e respetivas portas, começa a mudar.

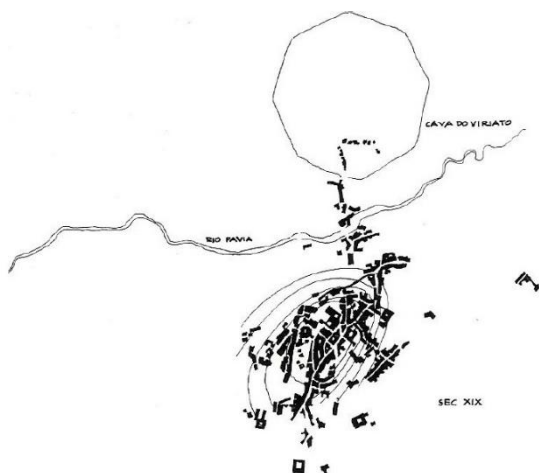


Fig.14 Esquema do crescimento do aglomerado urbano para fora da muralha

Durante o século XIX, Viseu vai criando condições que alteram consideravelmente esta imagem da urbe. Em inícios do século XIX, a cidade ocupa-se dos estragos causados pelas operações militares durante as invasões francesas, obras de reparação de edifícios arruinados pelos incêndios em pleno centro histórico.

Nestes primeiros anos dá-se prioridade à renovação da atual Praça D. Duarte, iniciadas com a demolição do edifício da cadeia em ruínas pelo incêndio da Câmara em 1796 e a construção da nova cadeia.

Após 1835, ultrapassado o período de instabilidade verificado durante as lutas liberais, Viseu conhece uma série de melhoramentos urbanos, assumido paulatinamente a sua condição de capital de distrito. Na 2ª metade do século XIX, a cidade ganha ligeireza, com novas áreas de expansão e uma maior racionalização do espaço urbano. Surgem pouco a pouco novos arruamentos e novas centralidades, ganhando assim a cidade consciência da sua própria topografia e áreas de expansão.

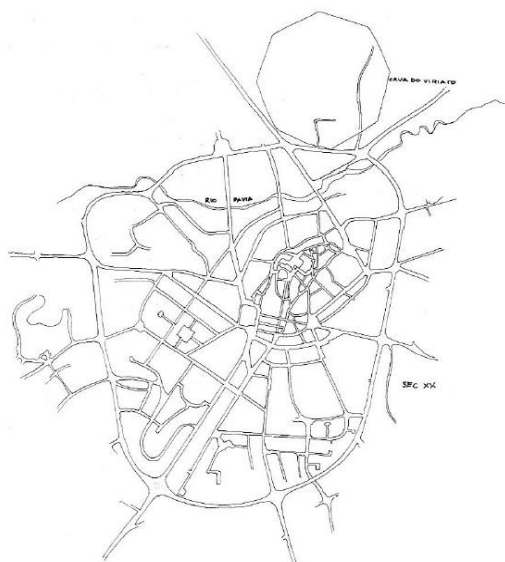


Fig. 15 Esquema dos novos arruamentos

Entre a década de 50 do século XIX e a viragem do século, surgem novas artérias estruturantes da vivência urbana e o centro histórico alarga-se. A atual rua Formosa é iniciada em 1859, e a rua do Comércio faz também a sua aparição, afirmando a centralidade comercial da área e uma ligação à Praça D. Duarte. Junto ao Adro da Sé, consegue-se uma ligação ao campo da feira através da abertura da Calçada de Viriato em 1858. Paralelamente, surge a atual rua Maximiano Aragão. Em algumas das ruas já existentes são feitos melhoramentos, como no caso da rua da Regueira que é alinhada e alargada em 1867 e a rua Direita que é calçeteada em 1871.



Fig.16 Cruzamento da Rua Formosa com a Rua do Comércio, 1951

Surgem também diversos equipamentos estruturantes, como a construção do novo mercado 2 de Maio em 1880.

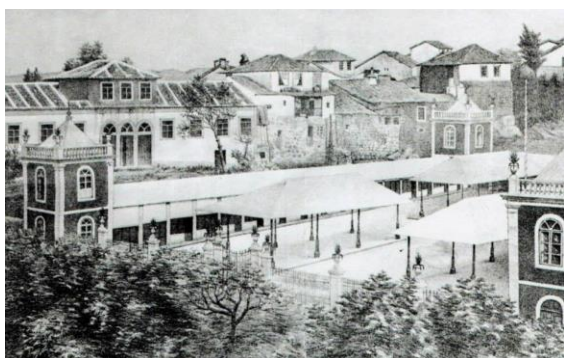


Fig.17 Mercado 2 de Maio

Numa outra fase desta fase destaca-se o aformoseamento do Largo de Santa Cristina em 1867, altura em que também é aberta a ligação a Mangualde. Em 1877 é aprovado o projeto do novo edifício do Paços do Concelho, onde o coração administrativo da cidade transfere-se definitivamente para o Rossio de Massorim, a atual Praça da Republica. Nos inícios da centúria seguinte, realiza-se o alargamento do núcleo urbano para a Quinta de Massorim.



Fig.18 Rossio de Massorim

A posição estratégica da cidade, a sua expansão urbana, a recuperação da Feira de S. Mateus e a criação do Museu Grão Vasco, em 1914, tornavam Viseu num novo Centro de Turismo. Neste contexto, dá-se importância ao centro histórico como ponto de interesse turístico e ao seu património. A Sé e o Museu Grão Vasco tornaram-se importantes atrações turísticas. A Porta dos Cavaleiros e a Porta do Soar foram declaradas como monumento nacional e constituíram juntamente com os anteriores, motivo de atração de visitantes.



Fig. 19 Porta dos Cavaleiros



Fig. 20 Porta do Soar

Viseu é também promovida como cidade jardim. Sendo nesta época, o espaço do Fontelo alvo de vários melhoramentos. Em 1926, a mata e o jardim do Fontelo passam a ser propriedade da Câmara Municipal de Viseu, sendo estes destinados à construção de um estádio. Em 1928, este foi inaugurado e no início dos anos 30 estavam em curso obras de renovação do espaço como hoje o conhecemos.

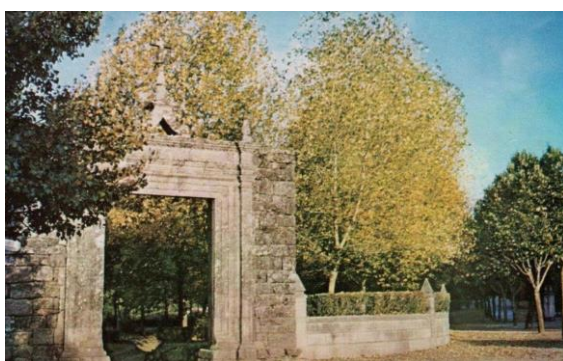


Fig. 21 Pórtico do Fontelo

Nestes anos, as alterações concentram-se mais em intervenções pontuais do que em mudanças estruturais a fundo.

2.3 Morfologia Urbana

A cidade de Viseu, independentemente da cronologia em que decidamos iniciar o estudo sobre a mesma, não é o resultado de um projeto urbano prévio, ou de um traçado regular, mas antes de um crescimento orgânico, de formação medieval, que respondeu de uma forma pragmática e natural às carências da população. A urbe com que nos deparamos no século XVI concentra-se ainda no interior das muralhas afonsinas e hesita na expansão.

As profundas transformações que a cidade vai conhecer no século XVI mas principalmente nos séculos XVII e XVIII, juntamente com as novas formas de pensar e de conceptualizar o espaço habitacional, marcaram a nova urbe. A utilização de esquemas clássicos na organização do espaço e o cuidado pela imagem da cidade são vivíveis na cidade de Viseu.

2.3.1 Malha Urbana

Exibindo um ambiente peculiar, repleto de assimetrias, desníveis e múltiplas sobreposições, a cidade de Viseu apresenta uma malha muito densa, apertada e orgânica. Como eixo estruturante do traçado urbano da cidade, temos a muralha, já descrita anteriormente, que define o espaço urbano em si mesmo, a partir deste limite estabelecem-se vários eixos que cruzam-se, criando outros ritmos de circulação e permanência, que geram praças e rossios.

2.3.1.1 Ruas Principais e Secundárias

Rua Direita

A rua Direita era a principal artéria da cidade, sendo um facto que ainda nos dias de hoje se verifica. Sendo esta uma *“rua bastante torta e sinuosa insere-se na tradição portuguesa de chamar rua Direita à ligação entre duas portas da muralha, neste caso a Porta dos Cavaleiros ou do Arco e a de S. José ou Cimo de Vila.”* (CASTILHO, 2009:101) No entanto, a largura desta artéria é reduzida, tendo entre quatro a cinco metros, impossibilitando o cruzamento de dois carros. Sendo esta uma rua antiga de génese medieval, a sua implantação não permitiria qualquer tentativa de ampliação. *“Aparece referida na documentação medieval e ainda no século XVI e, esporadicamente, no século XVII, como “rua das tendas” fazendo adivinhas a sua remota função comercial”* (CASTILHO, 2012: 46 e 48) Apesar de ter uma malha social heterógena, esta era composta pela elite social, política ou económica da cidade havendo uma predominio de elementos da nobreza, do alto clero e da administração civil. Também em número notável haviam os almocreves e mercadores e alguns metres, como por exemplo os sapateiros, que teriam uma presença assinalável nesta rua.

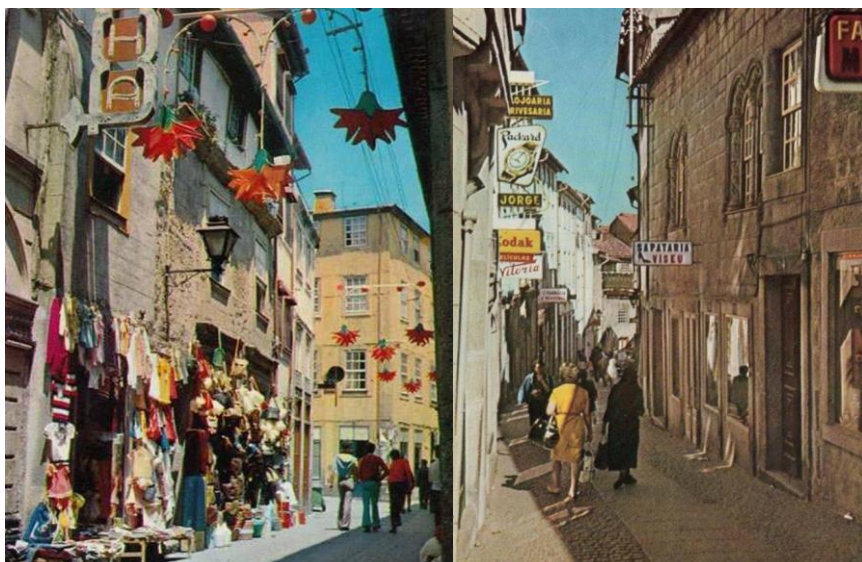


Fig.22 Rua Direita

Sendo esta, uma rua com bastante nobilitação, o preço do solo era elevado, o que estimulou à construção em altura.

“ No século XVI as casas de dois pisos [...], “casas sobradas” são as mais abundantes atingindo 51% do total, seguindo-se as casas de dois sobrados, três pisos, com 41%.

No Século XVII verifica-se claramente uma expansão das habitações em altura representando as casas de dois pisos apenas 6,25%, posição claramente minoritárias face aos 87,5% das casas de três pisos. Nesta centúria surgem ainda pela primeira vez nesta artéria casa de quatro pisos, três sobrados, representando 6,25% do total.

No século XVIII verifica-se um aumento das habitações de quatro pisos, passando a representar 33,3% do tecido habitacional em detrimento de casas de dois sobrados que diminuem para 50%, o que confirma a tese do crescimento em altura como forma de rentabilização do espaço urbano. [...] Verifica-se igualmente um aumento das habitações de dois pisos, um sobrado, que crescem nesta centúria para 16,6%” (CASTILHO, 2012: 47)

Existiam ainda soluções de meios sobrados, como podemos verificar na seguinte descrição: “as quais sam sobradas e tem duas logeas tem per cima três casas salla cozinha e camara e sobre a camara outra casa” (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2009: 102)

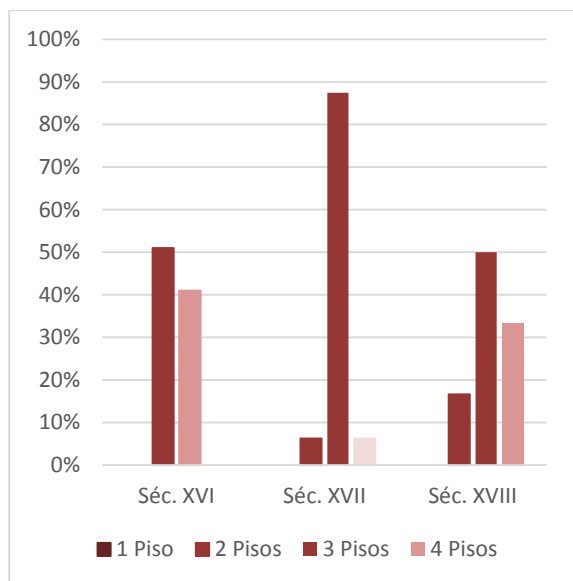


Fig. 23 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua Direita.



Fig.24 Rua Direita atualmente

Rua da Cadeia

Hoje com o nome de rua D. Duarte, foi até aos finais do século XIX denominada de rua da Cadeia devido à sua ligação com o Rossio do Concelho, onde se no piso inferior do edifício da câmara se localizava a cadeia civil. *“Divulgada no século XIX a tradição, baseada num erro heráldico, de que D. Duarte tinha nascido na casa/torre de janela manuelina que ai se encontra, logo o rei, defunto de séculos, passou a dar nome não só à rua como também, mais recentemente, à praça em que desemboca.”* (CASTILHO, 2012: 51)

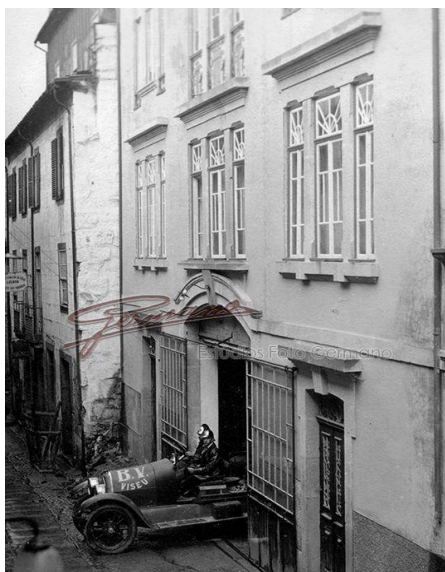


Fig.25 Antigo quartel dos bombeiros, Rua D. Duarte

Esta institui uma importante ligação entre Praça do Concelho e a rua do Direita, vendo o seu tecido social ser alterado entre o início do século XVI e o final XVIII. No século XVI era uma rua com uma ocupação divergente, residindo cidadão, religiosos e mestres. A representatividade dos últimos cresce ao longo do século XVII tornando-se dominante. Já no século XVIII a tendência inverte-se, havendo um domínio de membros do clero e da administração civil, em casas com dimensões consideráveis.



Fig.26 Rua D. Duarte, ligação com a Praça D. Duarte



Fig.27 Rua D. Duarte, ligação com a Rua Direita

Sendo esta uma rua de menor importância, não correspondendo a uma rua de acesso à cidade, a ocupação do solo é menos densa.

“No século XVI o número de habitações com dois pisos, um sobrado, era de 42,8% e com três pisos de 57,1% não se registando qualquer casa térrea ou quintal à face da rua, sendo estes remetidos sistematicamente para as traseiras do lote.

No século XVII o número de habitações de dois pisos vai decair para os 16,7% aumentando o número de casas de três pisos para os 66,7% e representando já habitações com quatro pisos, três sobrados, 16,7% do total. Esta maior exploração do espaço em altura resulta em lotes e fachadas de menores dimensões e com foros mais reduzidos.

No século XVIII inverte-se esta tendência e observa-se um novo aumento das habitações de apenas dois pisos, que passam a corresponder a 50% do total. Acompanhando a alteração do tecido social da artéria estas habitações correspondem geralmente a lotes de maiores dimensões e fachadas mais extensas ao nível da rua. Os edifícios de três pisos diminuem para o 16,7% mas observa-se um aumento das habitações com quatro pisos, três sobrados, que passam a representar 33,3% do total.” (CASTILHO, 2012: 52)

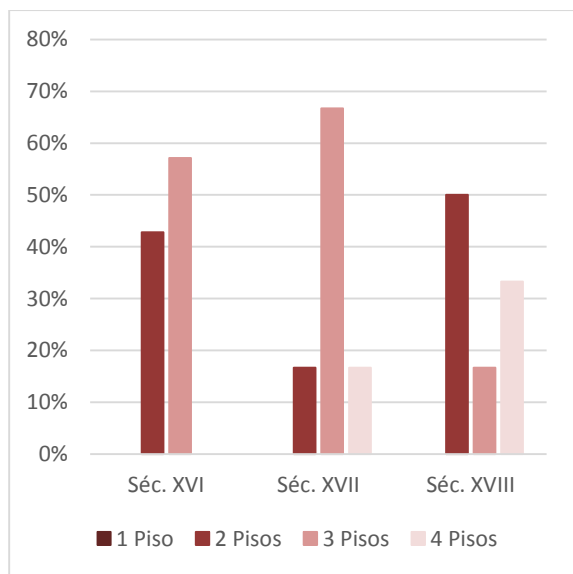


Fig.28 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua da Cadeia

Rua do Cimo de Vila

Atualmente ainda com a mesma denominação, esta situava-se fora de muros e conduzia a porta de S. José ao arrabalde de Cima de Vila. Era uma rua relativamente importante pois era um dos principais pontos de acesso à cidade. Devido a estas características a sua ocupação do solo é bastante densa, sendo que as propriedades emprazadas pertenciam na sua maioria ao cabido, surgindo também, principalmente no século XVIII, várias propriedades na posse de particulares.



Fig.29 Rua Cimo de Vila

“No século XVI a maior parte das construções aí existentes são de dois pisos, representando 55,6% do total, contra os 22,2% das habitações de três pisos, dois sobrados. Surgem também casas térreas à face da rua constituindo 22,2% do total e denotando já um decréscimo da pressão construtiva verificada dentro das muralhas confirmada igualmente pela existência de quintais à face da rua.

No século XVII verifica-se um ligeiro aumento da ocupação do espaço em altura diminuindo as casas térreas para os 14,3% do total e atingindo as habitações de dois e três pisos com a mesma representatividade, 42,8%. No século XVIII a totalidade das habitações referenciadas têm três pisos, dois sobrados [...]” (CASTILHO, 2012:66)

Como podemos verificar esta rua sofreu imensas alterações ao longo dos séculos, principalmente na altura do seu edificado. Houve, essencialmente no século XVIII, uma necessidade de se construir em altura, uniformizando a imagem da rua. Foram então, acrescentando pisos nos edifícios que anteriormente teriam 1 ou 2 pisos, acabando estes por se extinguirem, passando todo o edificado desta a rua ter 3 pisos.

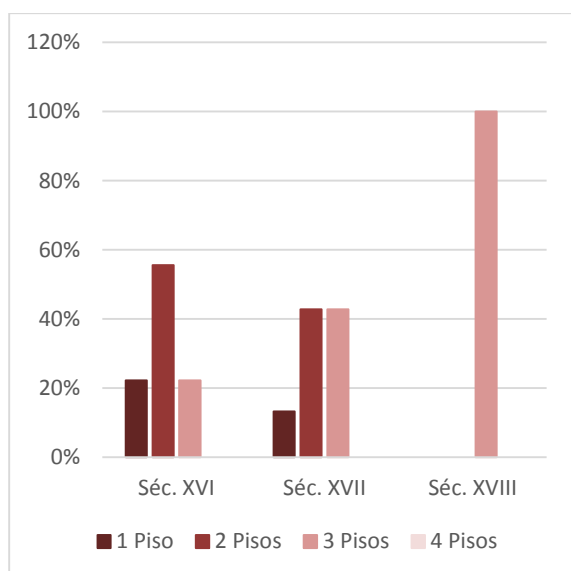


Fig.30 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua do Cimo de Vila

2.3.1.2 Praças Rossios e Adros

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, não houve criação de nenhuma praça ou rossio de raiz, nem houve intenções ou planos de reorganização do tecido urbano da cidade. A malha urbana da cidade de Viseu “foi-se desenvolvendo de forma espontânea e gradual ultrapassando lentamente os condicionalismos da muralha, acompanhando os principais caminhos de ligação ao exterior.” (CASTILHO, 2012: 23)

Neste período, mais do que espaços novos, verifica-se novas maneiras de utilização dos espaços já existentes e novas hierarquias entre os mesmos.

Praça do Concelho

“Por praça se entende, segundo Bluteau, um lugar público, plano e espaçoso nas cidades e vilas para feiras e jogos públicos. Define-se assim praça na sua dupla caracterização, local físico e claramente demarcado na malha urbana da cidade, e local socialmente simbólico com funções que lhe são adstritas. Herdeira morfológica e funcional da ágora e do fórum do mundo grego e romano, a praça está intrinsecamente ligada ao exercício da cidadania, com a moderação com que o termo pode ser aplicado à época em questão, e à afirmação de poder da sociedade civil, orquestrada pelos representantes do Concelho.” (CASTILHO, 2012: 24)

A Praça surge assim como um espaço vazio no interior da malha urbana, com um traçado regularizado, rodeado por fachadas, públicas ou privadas. A praça do Concelho existia de forma praticamente inalterável, na cidade de Viseu, pelo menos desde o século XVI, mantendo o mesmo traçado e as mesmas funcionalidades durante toda a época moderna. Atualmente designada por praça D. Duarte, foi até aos finais do século XVIII, nomeada por praça ou rossio do Concelho e, no século XIX, por Largo do Mercado.



Fig.31 Praça Camões, atual Praça D. Duarte, 1955

A praça tem um traçado retangular, e encontrava-se no século XVI demarcada pelo edifício dos Paços do Concelho e pelo Aljube eclesiástico ligado à Sé. Unia a proximidade do poder civil e religioso, a sua natural função comercial, sendo nesta realizada durante séculos a feira da primeira terça-feira do mês, para além das vendas diárias. Também a justiça tinha um símbolo por excelência, o pelourinho, ainda existente no século XVIII e cujo seu destino se desconhece. Os outros lados do quadrilátero eram ocupadas por edifícios de habitação nos pisos superiores e comerciais nos pisos térreos.



Fig.32 Feira Semanal, Praça D. Duarte

Um auto, de 1724, descreve-a pormenorizadamente:

“Primeiramente achou elle senhor Juiz de Fora que junto da ditta cadeia estava a Praça publica desta dita cidade de Viseu a qual medindo a eles louvados da grade da

Torre que serve de prisão dos Eclesiásticos ate a quinta da cadeia publica do nascente para poente tem cincoenta varas e meia e do norte e sul, mediada da rua Nova ate a quina da rua da Estalagem tem dezassete varas e três quartas.

Item mais a dita Praça uma chave desde a quina da dita Torre ate ao muro das ameias da Sé aonde vendem as piscateiras o peixe, a qual chave desde a quina da Torre ate ao canto do dito muro tem de comprido oito varas e desde o mesmo canto ate ao Pelourinho tem treze varas e três quartos.

Item mais o Pelourinho que está no vão da Obra Nova ao pé da praça que tem quatro degraus de pedra lavrada e Pelourinho redondo com seu remate no cimo lavrado.

Item mais esta Praça um pedaço de terra que esta junto a mesma praça e Pelourinho da Cidade a que chamam Obra Nova que medida desde o Pelourinho até às escadas que descem para a rua que é do poente e para nascente tem viste e nove varas e três dedos e de largo do norte para o sul oito varas.

Item esta terra que chamam nova tem para a parte da rua da Torre do Relógio uma frontaria muito boa cantaria do dito cumprimento de cinte e nove varas e três dedos, e no principio desta frontaria tem uma pirâmide sobre um pilar com uma bola redonda, tudo de pedra de cantaria com umas Armas Reais para a Praça e no fim outras do mesmo feitio e nela junto às escadas que descem para a rua do Relógio está na pedra do dito pilar esculpido um letreiro que diz o seguinte: Esta obra se fez por mandado del Rey Ano de 1617. E as escadas teem dezassete degraus, e em toda a obra no cumprimento dela há assentos de pedra assim ao longo do muro da Sé como de frontaria que tem para a rua e Torre do Relógio” (VALE apud CASTILHO, 2009: 118 e 119)

A exposição que obtemos da praça refere-se ao século XVIII, no entanto, os seus elementos, bem como as suas dimensões gerias correspondem aos do século XVI.

Esta funcionava também como centro comercial, sendo muitos os produtos e os momentos de venda a ela designados. Nos pisos que a rodeavam era comum, o uso do piso térreo para atividades comerciais e artesanais. Nos séculos XVII e XVIII houve uma maior especificação na utilização do espaço, sendo habitual a existência de duas portas para a rua, uma de cariz público e outra de cariz privado.

No período da época moderna, foram realizadas algumas tentativas para a organização da praça, de modo a tornar os pontos de venda permanentes. Nas obras de renovação de D. Miguel da Silva, no século XVI, estava inserido um plano para a construção de uns alpendres para as vendeiras ao longo do muro que ligava o aljube eclesiástico da Sé:

“em o lugar onde estão, dê o canto da dita torre ao longo do muro da Crasta, e se fizerem alguns alpendres para as vendeiras, as doto e faço mercê dellas ao Bispo da mesma cidade, pêra as derribar e a sua custa fazer huma varanda ao longo do muro da Castra, e por baixo huns alpendres que ficarão communs a cidade e altos terão os Bispos”” (P. LEORNADO DE SOUSA apud CASTILHO, 2009: 119)



Fig. 33 Praça D. Duarte

No entanto, no século XVIII houve uma progressiva preocupação na organização dos vendedores por produtos, de modo a que a circulação pedonal e de carros não fosse prejudicada:

“Que por serem informados que as ragateiras que costumão vender sardinhas nesta cidade não costumam ter lugar certo na Praça em que as vendessem e humas vezes ocupavão o meio da praça, outras se devediam por varias partes della ocupando assim lugares que podiam acomodar outros gêneros de comercio, e acarretando pedras para se assentarem deixandoas pelo meio da mesma praça causando por isso prejuizo a passagem de carroagens e do mais povo principalmente em as notes de escuro, lhe destinaram o lugar da esquina da Torre para dentro athe o Peleirinho e foi sempre costume estarem semelhantes molheres e que todas fossem notificadas para tomar este lugar e não poderem vender meio da prasa ou em outra qualquer parte com pena de quinhentos reis e outo dias de cadeia”” (B.M.V.L.A.C apud CASTILHO, 2012:28)



Fig. 34 Praça D. Duarte, atualmente

Adro da Sé

“Se o termo Praça nos remete para um contexto civil, Adro, remete-nos claramente para um contexto religioso, [...] Se a Praça é um espaço amplo e plano no seu interior da malha urbana essa mesma descrição, pelo menos no caso de Viseu, poderia ser aplicada ao Adro. A distinção é então funcional e simbólica mais do que funcional.” (CASTILHO, 2012: 30)

No caso da cidade de Viseu, este termo, surge apenas para designar o espaço existente entre a Sé e a Igreja da Misericórdia, sendo de utilização religiosa e sem qualquer tipo de habitação na sua envolvente.



Fig.35 Adro da Sé, atualmente

Este é um espaço amplo, retangular definido pela Sé a nascente, pela Misericórdia a poente, pelo Aljube Eclesiástico a sul e pelo Seminário a norte. Permanece durante toda a época moderna inalterado, dado que a atual igreja da Misericórdia ocupa o lugar da anterior quinhentista.

Rossio de Maçorim

Nomeado atualmente apenas de Rossio, é a praça central da cidade onde no seu redor se estruturaram as grandes expansões do século XIX, e onde neste mesmo século se contruiu o novo Paços do Concelho.



Fig.36 Rossio de Maçorim

“A muralha da cidade, vinda da Porta do Soar descia o morro até este local infletindo depois na direção a Santa Cristina [...]” (CASTILHO, 2012: 31) No século XVI, este é ainda um espaço rural, estando apenas parcialmente urbanizado devido à sua localização privilegiada, visto várias vias de acesso à cidade aqui desembocavam e era passagem obrigatória para quem entrasse pela Porta do Soar.

“ por lhes ser requerido foram fazer as vedorias seguintes. Ao sitio de Masorim hua parede para hua casa que fazie Manuel João e que diziam que estava fora das outras casas suas vizinhas e a acharam recolhida e medida a cordel com ellas e de hy forão loguo abaixo ao caminho que vai do dito resio da villa de maynhos ho acharão muito desfeito e os barros caídos de que so podiam com trabalho caminhar por eles bestas e carros e por ser hua das serventias principais da dita cidade e porque vinha delle a mayor de todas as cousas necessárias como de moendas e lenha e peixe e pam ordenaram que o dito camynho se concertase de maneira que ouvesse por elle serventia necessarya para que se passou mando para que todos os lugares do termo desta cydade que se por elle serviam para que todas as pessoas tuvessem bois dos ditos lugares trouxesse cada hua três carros de pedra para se fazer o dito camynho de calçada e quefose pedra grossa e que se nam alagase com a chuvia a qual traziam loguo como se fossem notificados para se concertar o dito camynho e por acharem que a causa do dito camynho tamto se damficar era que algumas pesoas tiram saibro nelle junto mandaram que qualquer pesoa que fosse achada a tirar o dito saibro pagasse cinco tostões cada hum por cada vez que for achado a tirar o dito saibro.”
(B.M.V.L.A.C apud CASTILHO, 2009: 122)

No início do século XVII inicia-se o longo processo que culminará no século XIX a transformação de Rossio de Maçorim de arrabalde para um novo centro urbano da cidade.

Em 1605, com a construção da Capela da Nossa Senhora da vitória, o espaço ganha novas funções religiosas que contribuíram para a sacralização do espaço e de civis. Nesse mesmo ano a feira das primeiras terças-feiras do mês passam a ser realizadas no Rossio de Mançorim em vez da Praça da cidade. Em 1635, este espaço destaca-se ainda mais com a construção do convento franciscano de S. António.



Fig. 37 Praça da Republica, Paços do Concelho, Igreja de Ordem terceira de São Francisco e Quartel de Regimento de Infantaria 14

A ligação deste espaço com a vida pública da cidade foi realçada com a nova feira pecuária concedida pelo rei em 1712:

“ E outro sim por Sua Magestade que Deos guarde ter comsedido por (?) seu a esta Camera e cidade em cada hua das tersas feiras do anno se fizesse nella feira de porcos bois e gados de lã e cabelo e bestas maiores e menores a qual mandarão se registasse e que por verdade della se introduzisse e principiasse a dita feira em sitio de Russio de MAnsorim ficando a feira dos mais géneros athe a porta do muro do Soar como athe que ora era.” (B.M.V.L.A.C. apud CASTILHO, 2012: 33)

No século XVIII, o Rossio de Maçorim deixa de ser um espaço baldio de acesso à cidade e torna-se um espaço público de excelência, com funções próprias e incontornáveis na vida da população. A reconstrução do chafariz de Maçorim, em 1723, viria a reforçar o papel não só funcional mas também cénico e urbanístico do Rossio, organizando-se no seu entorno, protegidos por arvoredos tornando-o num espaço de sociabilização que ainda hoje o é.

Segue-se a descrição deste espaço, presente no Tombo dos Baldios da Câmara, datado de 20 de Setembro de 1724:

“Primeiramente declararam eles louvados que principiando a medição na presença dele doutor Juiz de Fora, da quina da parede da quinta do António de Figueiredo Morais, ao pé do caminho que vem de Marzovelos por baixo das escadas do Convento dos Religiosos de Santo António medidas do poente para o nascente e a quina do quintal das casas que de presente possuía José Abreu e Melo tem cincoenta varas menos um plamo.

Item medido este Rexio de comprimento do norte para o sul desde as escadas de Nossa Senhora da Vitória que está junto às escadas do mesmo Convento de Santo António té a esquina das casas de Fradique Lopes de Sousa tem do diro comprimento cento e noventa varas da craveira medidas pela cord que neste tombo fica declarado.

Item este reixo medido da quina do forno de Luisa de Almeida da quina ate a parede das casas de Manuel Saldanha escrivam da procuradoria do norte para o sul tem trinta e oito varas.

Item medido este reixo da porta das casas do doutor Manuel Ferrez que bota para o rocio até a esquina das casas de Teresa da Silva forneira tem do norte para o sul quarenta e uma varas e daí se segue e a quelha e serventia que vai para Vila de Moinhos por onde é serventia publica.

Item medido este reixo da esquina das casas de Manuel Fernandes alfaiate até a porta e quina das casas de Maria de Almeida e Bárbara padeira do norte para o sul tem cincoenta e três varas.

Item medido este reixo da porta das casas de Diogo Lopes ate a carvalha que está em baixo junto aos açougues tem do norte para o sul 85 varas.

Item ahi a dita carvalha que he muito grande e boa que tem por o Redol seu poual de peda.

Item medido o mesmo rocio da quina debaixo das mesmas casas do dito Manuel Fernandes alfaiate ate a quina da casa de Lourenço de Melo Soares de Tavares, do norte para o sul tem 22,5 varas.

Item medida [...] do poial da dita carvalha the as casas donde mora Manuel de Barros que sam terreiras do mesmo Lourenço de Melo Soares tem quarenta e uma varas.

Item medido a dita rechave de largo do nascente para poente desde a dita porta the a quina das casas de Mariana de São José filha da Robalinha tem quatorze varas e meia e dahy sobe a quelha para o simo de REXIO.

Item medido este REXIO de largura desde a porta do quintal das casas de Lourenço de Melo Soares the o penedo que está na quina do cham do mesmo Lourenço Soares ao pé do caminho que vai para a rua de Simo de Villa ao pé da quelha do Gata do poente para o nascente setenta e seis varas e para baixo está huma carvalha junto do caminho que vai para o chafariz.

Item medido este REXIO de nascente para poente na mais estreitura do REXIO desde o cham que segue Manuel Gonçalves [...] que é do dito Lourenço de Melo the a parede da quinta de António de Figueiredo Morais tem vinte e seis varas e ao pé do cham mandou elle dito Doutor Juiz do Tombo meter hum marquo de pedra grande ao pé da parede do dito cham do [...] que é de meias,

Item mais o REXIO hum chafariz grande e bom com dois canos de metal amarello por onde vem a agua o qual he de pedra labrada e boa e o nascente da agua que tem esta quinta que hoje possui António de Figueiredo Morais.

Serventias do REXIO

Item o dito REXIO serve de logradouro desta cidade as terças-feiras de cada mês e tem as serventias seguintes:

A rua do REXIO de baico que vai para Villa de Moinhos e mais partes

A rua do Soar que vai para toda a cidade

A rua do Soar de Sima

A quelha que vai ao Redol das casas de Diodo Lopes de Sousa que vay pella quelha da gata pera a rua de Simo de Villa

A rua de Simo de Villa

O caminho que vem de Marzuvellos para esta cidade por o pé das casas da Quinta de António de Figueiredo Morais.” (Tombo dos Baldios da Câmara Municipal de Viseu apud CASTILHO, 2012: 34 a 36)

Definidas as suas funções no século XVIII, com a construção do novo Paços do Concelho neste espaço no século XIX, torna-se a nova Praça da cidade por excelência, assumindo muitas das funções anteriormente consignadas à Praça do Concelho.



Fig.38 Rossio, atualmente

2.3.2 Edifícios Públicos

“Portadores de vestígios materiais mais marcantes e, diretamente relacionáveis com os quadros mentais e políticos do período em que se inserem, são normalmente os edifícios mais conhecidos do ponto de vista documental e mais ricos do ponto de vista material.” (CASTILHO, 2012: 109)

A cidade de Viseu não é exceção, pois na renovação da cidade antiga, os novos bairros estruturaram-se em redor dos edifícios âncora, públicos, que introduzem novas linguagens arquitetónicas e criavam novos pontos de fuga na malha pré existente. Existe uma distinção clara da arquitetura religiosa, igrejas, capelas e conventos, e da arquitetura civil, construções ligadas à autoridade.

2.3.2.1 Religiosos

Devido às condições económicas e políticas mais favoráveis, os séculos XVII e XVIII destacaram-se pelo aumento de atividade construtiva inserida neste contexto, quer se tratando de novas construções ou de obras de renovação. Existem em Viseu, nesta época, catorze espaços religiosos e, apenas três, a Capela de Santa Cristina, a Capela de São Lázaro e a Capela da Nossa Senhora do Pranto, não sofreram alterações arquitetónicas. Em 1605, é contruída de raiz a capela de Nossa Senhora da Vitória, e um pouco mais tarde, numa localização próxima o convento franciscano de Santo António, ambos no Rossio de Massorim.

No século XVIII as grandes edificações vão-se situar nos Rossios da cidade, ultrapassando os limites da cerca medieval e criando novos eixos. *“A cidade medieval vai assim transformar-se na cidade barroca através da decoração exuberante das fachadas dos edifícios religiosos [...]” (CASTILHO, 2012: 111)*

A sé

Dentro dos edifícios religiosos, o mais importante é sem dúvida nenhuma a catedral viseense. Sede do bispado constituía o pólo dinamizador da vida religiosa não só da cidade mas como de toda a diocese.

As origens do edifício remontam ao século XIII e ao episcopado de D. Egas, no entanto dessa época pouco resta além de uma das torres da fachada e alguns pilares que sustentam a abóbada manuelina.

As profundas intervenções que a Sé sofreu no século XVI definiram a maioria da sua traça. Nos dias de hoje ainda é visível principalmente ao nível do interior, uma vez que a fachada manuelina de D. Diogo Ortiz de Vilhegas ruiu no século XVII, e na época que transformaram a catedral por completo, tenha sido substituída pela atual.

A Fachada

A atual fachada da Sé teve início da sua construção em 1635, após um temporal que provocou a derrocada da torre dos sinos e destruir toda a fachada da Catedral. Após este temporal as obras iniciaram imediatamente, não só para evitar o risco de ruína das restantes estruturas da Sé, particularmente as abóbadas manuelinas fragilizadas pela perda de parte da sua estrutura de apoio, como para se retomar o mais depressa possível o uso da catedral. Esta teve as obras concluídas em 1648.



Fig. 39 Fachada principal da Sé



Fig. 40 Fachada posterior da Sé

“A fachada da Catedral, de linguagem claramente maneirista, apresenta formalmente uma composição retabular organizada em três registos sobrepostos divididos horizontalmente por arquitrave e cornija. No primeiro, através de um amplo vão de arco abatido, acede-se ao nártex, de função vestibular, com dois bancos laterais e coberto por uma abóbada de aresta abatida. O portal de acesso à Catedral é igualmente de arca abatido, coroado por frontão curvo interrompido e ladeado por pilastras.”

Ladeando o vão central dois pares de pilastras enquadrando os nichos onde se encontraram as imagens de dois Evangelistas, S. Marcos do lado do Evangelho e S. Lucas do lado da Epístola.

No segundo registo surge ao centro, em nicho próprio, ladeado por pilares e rematado por cornija triangular, a imagem de São Teotónio, padroeiro da Catedral, vestido como cônego regante de Santo Agostinho, empunhando na mão direita o báculo enquanto a mitra jaz a seus pés. Lateralmente duas pilastras enquadram os nichos como imagens dos restantes Evangelistas, repetindo o módulo inferior, neste caso S. João do lado do Evangelho e S. Mateus no lado da Epístola. Este registo apresenta ainda um óculo central de forma ovalada, sobreposto à imagem de S. Teotónio, e dois janelões retilíneos ladeando-a em plano ligeiramente elevado. Embora tudo faça supor que o óculo pertence à traça original de João Moreno os dois janelões foram acrescentados durante as amplas obras de renovação da Catedral ocorridas na Sede Vacante de 1721-1738.

No terceiro registo surge a imagem da Nossa Senhora da Assunção inserida num nicho enquadrado por pilastras e rematado por frontão semicircular. Fazendo ligação entre estas pilastras e a cornija inferior encontram-se duas aletas rematadas por pináculos. O módulo repete-se no próprio corpo deste registo, com pilastras, aletas e pináculo, mas o coroamento da fachada é feito por um frontão triangular sobrepujado por cruz no vértice e por remates boleados nos ângulos.

Esta estrutura central é flanqueada por duas torres sineiras, cegas, de planta quadrada, com ventanas, rematadas exteriormente por cornija sobre a qual corre balaustrada com pináculos boleados nos ângulos e coroadas por zimbórios. Embora uma leitura meramente formal nos aponte para uma fachada maneirista ladeada por duas torres medievais, com atualizações nos remates, apenas uma pertence a essa cronologia. A chamada torre dos sinos, que se encontra anexa ao atual Museu Grão Vasco, foi refeita desde a base na sequência da derrocada de 1635 conservando da origem medieva poucos vestígios. Pelo contrário a torre do cartório ou do relógio, apenas sofreu modificações nas ventanas e no remate.” (CASTILHO, 2012: 120 e 121)



Fig.41 Fachada principal da Sé, atualmente



Fig.42 Fachada posterior da Sé, atualmente

O corpo da Igreja

De igual modo sobre a égide de D. Diogo Ortiz de Vilhegas foram contruídas as abóbadas da Sé de Viseu, que ainda nos dias de hoje permanecem. Antes da intervenção a cobertura seria de madeira e telha, assente sobre alguns pilares góticos que viriam a sustentar a abóbada manuelina.

Atualmente a organização interior da Sé é

“uma igreja de três naves, divididas em três tramos, e um transepto, de igual altura, data desta campanha de obras. Estruturalmente estamos perante uma igreja de três naves, dividida em três arcos assenes em grossos pilares góticos, formados por feixes de doze colunelos, no entanto, visualmente «, a cobertura em abóbadas de cruzaria de ogivas de igual altura em todo o corpo da igreja, remete-nos já para a espacialidade de uma igreja salão. Em cada tramo, as nervuras secundárias foram transmutadas em calabres, cada um com um expressivo nó a meio, de função meramente decorativa. A sua mestria técnica, especialmente se atendermos ao facto que o material utilizado é o granito, ainda no século XVII causava espanto [...].

O conjunto é enriquecido, como é comum no manuelino, com recurso a chaves com decoração heráldica “propagandística” representando as armas de D. Diogo Ortiz de Vilhegas (oito) e da Família Real, a saber: no transepto, da esquerda para a direita, o da rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, o de D. Manuel e a Esfera Armilar; no topo da nave lateral, da parte do Evangelho, a divisa da rainha D. Maria, três pés de boninas (margaridas selvagens) com suas raízes, atadas por um laço, com nove flores; na nave central, figura o Pelicano de D. João II, o Rodízio de D. Afonso V. é ainda visível o brasão de D. Jorge da Costa, datável não da obra inicial mas certamente implantado por ocasião da reconstrução seiscentista da frontaria da igreja.

A abóbada de arco abatido que suporta o coro alto, certamente datada da mesma campanha de obras, é formada por três tramos decorados com nervuras de cambados de obras, é formada por três tramos decorados com nervuras de cambados e chaves policromas. Sob a longa balaustrada, a decoração que acompanha a curva do arco abatido do tramo central é composta por ramagem de acanto povoada de animais e figuras humanas em curiosas posições. Nas cantoneiras do arco vêem-se dois escudos de armas de D. Diogo Ortiz Vilhegas, douradas e policromados.” (CASTILHO, 2009: 126 e 127)

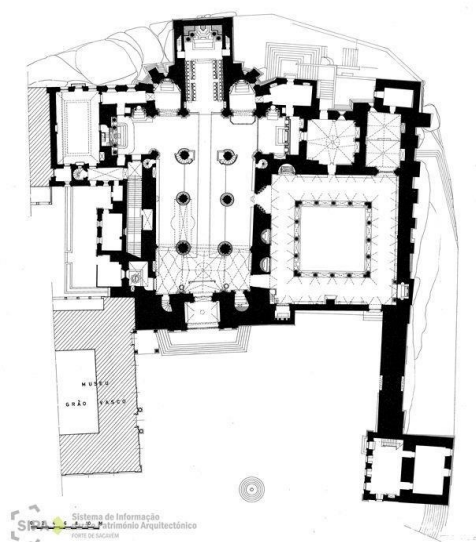


Fig.43 Planta da Sé

O interior da catedral resulta assim num amplo espaço pético, em que o olhar é conduzido através dos elementos arquitetónicos para o alto, perdendo-se na cobertura abobadada e para os diferentes altares. A pouca iluminação e a utilização de velas contribuíram para o sentimento maravilhoso e apara a condução do crente para a divindade.

Contrastando com a nudez do granito, as várias capelas do corpo da igreja atraíam o olhar do crente através do colorido expressionista das telas, sendo a grande maioria destas de Grão Vasco ou da sua escola, atingindo o seu auge no conjunto retabular da capela-mor.

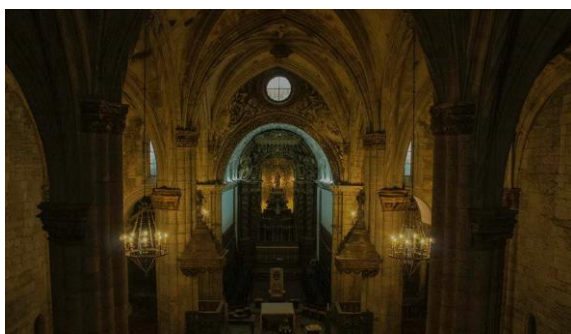


Fig.44 Interior da Sé

“Logo à entrada, do lado da Epístola, ocupando o vão de uma das torres, situar-se-ia a Capela das Chagas, atualmente do Senhor dos Passos. Não se conhece ao certo a data da sua construção, mas trata-se sem dúvida de uma obra já da segunda metade do século XVI uma vez que, situada sob o coro alto, preenche o espaço ocupado no tempo de D. Diogo Ortiz de Vilhegas pela escadaria de acesso ao mesmo. [...]

Esta capela de linguagem renascentista apresenta um portal de arco abatido entre duas colunas compósitas de fustes canelados e é rematada por um frontão triangular exibindo no vértice o escudo de armas de Lemos. O intradorso do arco é decorado por rosas em relevo. A sua cobertura faz-se por uma abóbada semiesférica de seis gomos tendo como fecho o brasão policromado dos Lemos.

Do lado da Epístola, mas já na parede lateral do corpo da igreja é visível o portal de arco de volta perfeita que dá acesso ao claustro de D. Miguel da Silva e que substituiu funcionalmente, certamente aquando da construção do mesmo, o portal românico/gótico, situado a meio da nave, que dava acesso ao claustro primitivo e que foi entaipado.” (CASTILHO, 2009: 130 e 131)

Até ao século XVIII, a Sé não usufruía de uma capela batismal, situando-se a pia logo à entrada da Sé no lado esquerdo. Atualmente a capela batismal é antiga capela quinhentista de D. João Vicente que se localizava no topo do braço do transepto do lado da Epístola. No braço do transepto do lado Evangelho situava-se a capela do Espírito Santo, atualmente esta é o Altar do Sagrado Coração de Jesus.

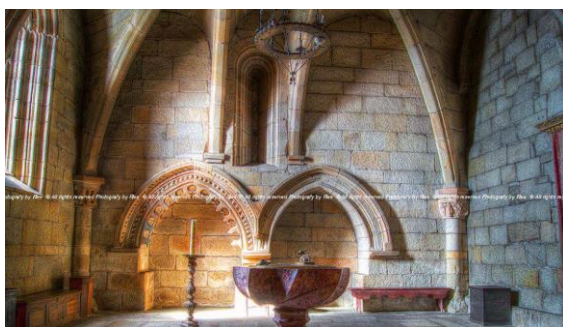


Fig.45 Capela Batismal

A cabeceira da igreja foi, no século XVIII, totalmente reformulada, sobre o argumento que era demasiado pequena em relação ao corpo da igreja e mal se podia receber os capitulares com decência e honestidade.

“Com a ampliação, e elevação da cabeceira, as capelas colaterais existentes, tornaram-se por sua vez desproporcionadas tendo sido substituídas no século XVIII pelas atualmente existentes. Desconhecendo-se a data da construção das primitivas capelas, ou a sua feição, sabe-se no entanto que já existiam sob a invocação atual, S. Pedro do lado da Epístola e S. João do lado do Evangelho, no século XVI, [...]

Se aquando da construção do coro por D. Diogo o acesso ao mesmo, [...], se fazia por uma escadaria situada sob o mesmo, no episcopado de D. Gonçalo Pinheiro foi construída uma nova escadaria para o coro alto, de três lanços, com acesso pela sacristia e pelo braço do transepto do lado do Evangelho.” (CASTILHO, 2009: 133)

A Sacristia

A sacristia foi mandada fazer em 1574 por D. Jorge de Ataíde, segundo a legenda ainda visível sobre a porta: “*D. Jorge de Ataíde, bispo de Viseu, a mandou fazer no ano de 1574*”. (CASTILHO, 2009, 134) Tem uma planta retangular e de amplas dimensões, com uma decoração pictórica e azulejar. Aqui também se situava a casa do sacristão.

O Claustro

“*O século XVI foi rico para Viseu em prelados ilustres e dinâmicos que nos legaram obras de grande qualidade*” (CASTILHO, 2009: 136) o que ainda hoje podemos ver o claustro da Sé. Construído sobre o claustro gótico de D. Egas. Este foi inspirado no palácio Ducal de Urbino, “*é quadrangular apresentando em cada ala arcos de volta perfeita, assentes em colunas jónicas, com colarinho, sobre murete e cobertura em abóbadas de arestas decoradas com bocetes com as armas de D. Miguel.*” (CASTILHO, 2009: 137)



Fig.46 Claustro da Sé

A sua construção encontra-se entre 1526, data da tomada de posse da cadeira episcopal por D. Miguel da Silva e 1534 “*data de um alvará régio que refere “ o muro da parede da crasta nova que o dito Bispo agora fez”.*” (P. LEONARDO apud CASTILHO, 2029, 137)

O claustro da Sé de Viseu, encontrava-se rodeado por oito capelas, contruídas ao longo do século XVI:

“Tem esta mesma Sé hum grande claustro com oito altares: “o primeiro hé o do Senhor dos Passos, com hum retabolo de pedra fingida, e a três de Mayo, dia de Santa Crux, faz a irmandade ao esmo Senhor festa, imagem taobem digna de toda a veneração por se não diferenciaram seos olhos da carne: e no mesmo altar faz a irmandade dos clérigos pobres desta à Senhora da Assumção no seu oitaco dia; o segundo hé o senhor da Agonia; o terceiro, de Santo António, onde se venera a sua imagem; e neste fazem todos os annos os mordomos huma grande festa com trezena, e de grande custo e despesa; o coarto, do Senhor Morto; o quinto, de Nossa Senhora de Assumpção; o sexto, do Archanjo S. Miguel; o sétimo, de S. José; e o outavo, da Senhora do Castro, [...]” (OLIVEIRA apud CASTILHO, 2009: 139)



Fig.47 Corredor do Claustro da Sé

Das oito, apenas quatro chegaram até os dias de hoje. Uma delas foi a capela da Senhora da Piedade, que é na verdade um arco capela, onde sobre uma mesa de granito assenta um retábulo de pedra Ançã. Representa a piedade nem quadro composto por seis figuras: a Virgem, Salomé, Madalena, Nicodemo, José de Arimateia e Cristo, tendo como fundo Jerusalém. A segunda capela é a capela de S. Sebastião, esta tem um arco de volta perfeita, que dá entrada para a capela, de grande profundidade, está coberta por uma abóbada de nervuras de dois tramos cujos fechos apresentam as armas de D. Gonçalo Pinheiro. A terceira é a capela do Senhor da Agonia. Esta foi mandada fazer em 1562, pelo cónego Jorge Henriques. A esta acede-se por um arco de volta perfeita, flanqueando por duas colunas coríntias estriadas verticalmente. As pirâmides arredondadas prolongavam as linhas das colunas para além da arquitrave que expõe a meio uma cartela oval entre volutas mostrando uma Cruz por uma do santo Sepulcro policromada. O altar é em granito, coberto por uma abóbada de berço decorada com caixotões pétreos. Entre a capela da Senhora da Piedade e da Senhora da Assumpção situar-se-ia a capela do Arcanjo S. Miguel, fundada no século XVI, ao mesmo tempo que a capela da Senhora da Piedade. Esta capela já não existe, no entanto o retábulo, de calcário policromado, representando o Arcanjo S. Miguel, encontra-se no Museu da Catedral.

A Misericórdia

O primitivo edifício da Misericórdia de Viseu datava de 1560 e de acordo com as Memórias Paroquiais, foi mandado construir pelo Bispo D. Jorge de Ataíde:

“Defronte do soberbo frontispício da Cathdral [...] está a igreja da misericórdia, que nam obstante ser antiga, porque mandada fazer no anno de mil e quinhentos e sessenta pelo provedor que entam era desta Sancta Casa, o Excellentissimo e Reverendissimo Sr. Domde Atayde, bispo deste Bispado, não deixa de ser agradável à vista. A igreja, que tem seo coro, com duas janelas rasgadas, que lançam sobre o adro, tem a grandeza necessária que pede huma perfeita simetria e he de hum só nave. [...] Tem mais da parte do evangelho, no vam que vae para hum boa sacristia, que guarda preciosos ornamentos [...] hum altar dedicado a Conceyçam Puríssima da Senhora e da parte da epistolla em outro vam correspondente, que vai para a casa do despacho, outro altar [...] A casa do despacho he formosa e alegre. Tem sua casa de espera e por baixo outra que serve para vários ministérios, com porta para o adro, que tem humas Formosas escadas e he todo guarnecido de bem engraçadas grades de pedra, e no mesmo adro, em correspondência da porta por que se entra para a casa do despacho, tem outra porta que dá entrada para a

botica, da qual se dam os medicamentos necessários para os pobres, cadeas e hospital. ”
(OLIVEIRA *apud* CASTILHO, 2012: 136)



Fig.48 Igreja da Misericórdia

Esta igreja era de uma só nave, apresentando no coro duas janelas para o adro. A porta situado do lado do Evangelho dava acesso à sacristia, e do lado da Epístola, a porta dava acesso À Casa do Despacho. Do lado oposto, mas também com porta para o adro, situava-se a botica, onde se distribuíam medicamentos necessários para os pobres, cadeias e hospitais. No centro situavam-se as escadas de acesso ao piso superior.

A igreja propriamente dita, situa-se num patamar superior, ao qual se acediam por uma escadaria. A igreja encontrava-se ladeada pelas zonas de serviço, algumas das quais com acesso pelo piso térreo.

“No início do século XVIII o edifício sofreu um vasto processo de renovação. [...] Estas obras incluíam a construção de uma varanda “correspondente a outra assim no feitio como na pedra que fica debaixo do peitoral da frontaria”, da parede necessária para a sustentar, da mudança de localização de um portal velho e da construção de um novo.” (A.D.V.F.N *apud* CASTILHO, 2012: 137)

A fachada atual data de 1775 e foi mandada construir pelo provedor Bernardo de Nápoles Telo de Meneses.



Fig.49 Igreja da Misericórdia, atualmente

2.3.2.2 Cíveis

No que diz respeito à arquitetura civil houve uma maior contenção na construção. As principais infraestruturas foram construídas no século XVI, sendo nos séculos seguintes apenas realizadas renovações, as poucas construções devem-se a questões práticas, ligadas ao abastecimento da cidade e a questões de ordem estética e urbanística visando promover os espaços recém-valorizados da cidade, como os rossios extramuros.

Casa da Câmara

Esta situava-se na Praça da cidade, no enfiamento da atual rua do Comércio, tendo sido destruída num incêndio nos finais do século XVIII. Neste mesmo edifício funcionavam a cadeia civil e o açougue público da cidade.

“Primeiramente tem esta cidade de Viseu umas casa de Concelho e Câmara em que fazem as audiências publicas, as quaes casas tem sua serventia por uma escada de pedra muito boa com seu alpendre telhado e tem as escadas vinte degraus de pedra com três colunas de pedra lavrada muito boa, as quaes casas onde se faz a audiência é uma sala grande que tem de comprimento três varas e meia e de largura sete varas e meia a qual casa é forrada tem sua grade de pau e para dentro tem uma seda onde está um painel de justiça pintado, e para a banda esquerda está uma janela grande rasgada para a rua da Cadeia e aí principiam os assentos dos advogados, no meio tem a mesa onde escrevem os tabeliães e para a banda direita estão os assentos dos homens nobres, e ao pé da porta está uma mesa pequena donde os distribuidores distribuem, no corpo da casa no redondo estão os assentos para as partes, e no mesmo tem a mesma casa duas janelas rasgadas para a Praça desta cidade grandes e outras para a mesma rua da cadeia.

Tem mais outra sala muito grande que tem de comprimento medido pelos ditos louvados sete varas e meia de largo as mesmas sete varas e meia; a qual casa tem cinco janelas uma tem a

vista para a quelha da cadeia que é rasgada e grande outra para a quelha da Estalagem da Papoila, e três botam a vista para a Praça, e todas são rasgadas a qual casa tem uma secreta necessária.

Item a mesma câmara uma casa donde se fazem os despachos da Câmara a qual tem de comprimento seis varas e de largo cinco varas e meia e tem uma janela rasgada que bota vista para a quelha e casas de José da Costa Boticário e tem uma mesa do senado com oito cadeiras de sola lavrada, e duas estão por donde estão alfabetadas as provisões que S. magestade que Deus guarde fez mercê ao dito Senado da Câmara, e a mesa dele tem seu pano de veludo vermelho com suas franjas.

Item da mesma câmara ao pe da mesma casa um recebimento tem de comprida vara e tres quartas e de largo o mesmo.

[...]

Item achou elle doutor juiz de Fora louvados deste tombo que medindo a orla que ocupavam todas as ditas casas da câmara, Açougue e cadeia, principaiando na porta da Cadeia na esquina do Açougue em redondo toda a dita área tinha sessenta e oito varas entrando a testada da porta da cadeia junto ao balcão. [...]

Item mais a dita casa do Senado da Câmara um sino que se tange para as audiências da republica e governos della que é muito bom e tem uma cadeia de fero.” (VALE apud CASTILHO, 2012: 180 e 181)

Devido à sua destruição por um incêndio, como já foi referido anteriormente, em 1799 optou-se pela construção do novo edifício no Rossio de Maçorim, marcando uma nova centralidade.

Cadeia

A cadeia situava-se no piso térreo do edifício do Paços do Concelho, dividida por uma série de salas com utilizações específicas. Obtemos uma descrição mais completa do Tombo dos Baldios da Câmara, datado de 1724:

“Item a dita casa da Câmara por baixo da casa da audiência uma sala de cadeia donde são presos os homens nobres, a qual tem de comprido sete varas e de largo quatro varas e tem uma grade para a Rua da Cadeia.

Item mais para a banda da direita a Cadeia e casa dos presos que tem de cumprimento sete varas e de largo quatro varas; tem esta casa da cadeia uma grade para as escadas que sobem para a audiência; tem outra grade para a Praça; tem outra grade para a rua da Cadeia.

Item mais para a banda esquerda a cadeia e casa dos presos a qual tem uma grade para a rua e uma fresta; e outra fresta para a quelha da cadeia.

Item mais nas casas da dita câmara, a casa donde assiste o carcereiro que é boa e tem uma fresta para a mesma quelha da cadeia. [...]

Item mais junto ao mesmo açougue uma casa pequena e terreira que tem de nela morar a mulher que serve os presos. [...]

Item mais a casa da Câmara uma enxovia dos presos de menos esfera donde se lançam os de maior crime e Capital, a primeira está por debaixo da esquina da Praça e tem um grade de ferro para a rua.

Item mais outra enxovia pegada e de cima para baixo onde se metiam semelhantes presos e que também tinha uma grade para a rua e para ambas estas enxovias se lançavam os presos por um alçapão que está com seu ferrolho de ferro na cadeia e casa dos homens nobres.” (VALE apud CASTILHO: 184)

Através desta descrição percebe-se a diferença de condições das salas destinadas aos presos, essa diferença é devido à condição social ou ao tipo de crime. Em 1791 são acrescentados novos espaços para servirem a enfermaria.

Em 1799, começa a construir um novo edifício numa outra localização.

2.3.3 Edifícios de Habitação

A materialidade da casa é o reflexo da realidade social de quem a habita. A casa quinhentista é, no seguimento das construções medievais, uma unidade orgânica que vai sendo acrescentada à medida das necessidades, daí a designação de “casa” para a totalidade do edifício, que era visto não como um todo planeado e construído obedecendo a um plano prévio ou a uma abstração, mas a uma sucessão de divisões multifuncionais.

A utilização na sua maioria de materiais pobres, bem como as alterações das necessidades habitacionais ao longo dos séculos fez com que poucos exemplares deste tipo de arquitetura chegassem aos dias de hoje. Os que chegaram são a exceção, pois eram edifícios de melhor qualidade, normalmente feitos em pedra, e com um elevado reconhecimento social.

Entender a casa é entender o Homem, a família, a profissão. A casa é o reflexo das atividades quotidianas, do esforço individual ou familiar e não do poder político ou religioso.

2.3.3.1 Casa Nobre

Sob esta designação pertencem as casas pertencentes a figuras da nobreza, que através da sua própria nobilitação lhe conferem esse estatuto e os edifícios que devido à sua grandiosidade e ao investimento material.

Casa do Miradouro

A casa do Miradouro é o edifício do século XVI mais impressionante da cidade de Viseu, não só devido às suas dimensões e ao seu estado de conservação, mas especialmente devido erudição da sua traça.

Esta foi mandada construir pelo chantre Fernão Ortiz de Vilhegas, por volta de 1520, numa linguagem de transição entre o manuelino e o renascimento. Localiza-se junto ao largo do Miradouro, o atual Largo António José Pereira. O documento do seu emprazamento é particularmente relevante para nos apresentar a descrição do imóvel e as suas dimensões, que correspondem praticamente sem alterações às dimensões do atual:

“ Nesta cidade de Viseu onde chamão o miradouro estão huas grandes casas dum sobrado as quais se podem dividir. Uma parte que esta contra o poente tem por cima hua sala grande que ao longo da frontaria da rua tem nove varas de medir de vão e pegadas a largura da sala estão duas câmaras forradas com genelas de cantaria, e o longo da parede do quintal estão outras duas câmaras forradas e também com genelas de cantaria. Tem mais estão parte das casas por baixo outras tantas lojas da cumprirão e largura das casas de cima por que as paredes vão dalto a baixo. E tem mais hum quintal que do nascente começa no cunhal da câmara das grades e corre ao longo do muro da cidade e vai entestar do poente nas casas se Sancho do Toar e torna de sul ao longo da rua correndo ate o cunhal da sala.

A outra parte destas casas que fica da banda do nascente são quatro casas nas qoais entra que agora tem a sirvintia a escada, que se há de mudar para as casas e salas das casas do poente acima ditas com o portal da rua e o que esta sobre ele e a escada que tudo ficara as casas de cima. Tem estas quatro casas ao longo da rua de vão dez varas e meia. He somente forrada a casa em que agora esta escada que se há de tirar, e tem por baixo outras tantas casas porque tudo são paredes dalto abaixo. Tem mais esta parte hum pequeno quintal que do poente para com a quina da câmara das grades e vem direito a parede da câmara das casas de cima. E fica as casas de cima hum pateo e tavoleiro em triangulo para sirvintia das portas das logeas que tem. E do nascente para este pequeno quintal e assi as casas com as casas e quintal do Cabido que ora traz Maria Machada molher do Licenciado Manuel de Figueiredo.” (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2012: 215 e 216)



Fig.50 Casa do Miradouro

Este documento descreve-nos um edifício nobre, de grandes dimensões e arquitetura cuidada.

“No primeiro piso encontra-se o portal de entrada de arco de volta perfeita ladeado por pilastras de caneluras rematadas por capitéis decorados com uma roseta entre volutas nos quais se apoia a arquitrave interrompida pelo escudo de armas dos Ortizes. Ladeando o arco sob a arquitrave encontram-se duas rosetas. No segundo piso apoia-se sobre este conjunto um idêntico, de menores dimensões, com janela geminada, de arcos de volta perfeita, dividida por colunelo, sobre a qual se apresenta um embalamo com um escudete. No primeiro piso encontramos do lado esquerdo do portal um óculo quadrilobado e do lado direito um janelão retangular gradeado. No segundo piso à esquerda da janela central já descrita encontram-se duas janelas geminadas de arcos de volta perfeita que se cruzam sobre o colunelo central. Estes são emoldurados exteriormente por uma espécie de estreitas colunas cuja base é inferior ao arranque da janela e cujo capitel é decorado por rosetas. Interiormente são decorados por um cordão de motivos vegetalistas estilizados e por um pequeno colunelo. As janelas são emolduradas superiormente por um friso com bolas que se prolonga até ao arranque dos arcos. Do lado direito encontram-se duas janelas de segmento de arco abatido emolduradas. A fachada é rematada por uma cornija decorada com motivos semicirculares salientes terminando com duas gárgulas em forma de canhão sobre cunhais.

Na fachada posterior é visível ao nível do piso superior uma loggia com colunas que percorre todo o alçado sendo sustentada, ao nível do primeiro piso, por pilares. Em plano avançado encontra-se uma torre que apresenta um único vão de moldura de decoração manuelina.”
(CASTILHO, 2009: 178)

Estamos na presença de um edifício misto, como já foi referido anteriormente, aliando motivos decorativos e tipologias de vão tipicamente manuelinos a outros de linguagem já renascentista.

As únicas alterações a destacar são a transformação da varanda existente no último piso da torre em câmara, em 1648, ampliado o espaço residencial. Na centúria de setecentos a modernização da linguagem decorativa de alguns dos seus vãos, adequando-os ao barroco, e a inserção de um escudo de armas sobre o portal de entrada.



Fig.51 Casa do Miradouro atualmente

Casa Torre da Rua D. Duarte

Situada na antiga rua da Cadeia, a casa de D. Duarte é a mais emblemática da cidade de Viseu. É uma casa/torre medieval, com vãos de decoração manuelina onde a tradição fez nascer D. Duarte, sendo esta Monumento Nacional desde 1910.

“ A fachada apresenta três pisos, sendo o primeiro cego. No segundo piso encontra-se uma janela geminada ou de arco duplo de moldura recolhida, talhada em chanfro, constituída por três séries de toros, os dois de extra e intradorso, de torçal, o do meio ornado de rosetas, todos a rematar inferiormente em bases individuais ornamentadas. O mesmo emoldurado das ombreiras prossegue e reveste o lintel, constituído por dois arcos iguais cujo saímel assente sobre o pilarete cilíndrico, liso e desprovido de qualquer lavor que divide o vão. No topo do conjunto, flanqueado por dois ornatos vegetalistas, encontra-se um escudete simples, sem elmo, com esquartelado de Abreu e Albergaria. O terceiro piso apresenta duas janelas de moldura polilobada.” (CASTILHO, 2004: 342 e 343)

A fachada posterior deste edifício é do século XIX e dá para a rua do Comércio, artéria aberta neste século.



Fig.52 Janela Manuelina da Casa Torre

2.3.3.2 Casa Corrente

Esta designação pretende agrupar diversas realidades habitacionais, abrangendo todas as habitações que não pertençam a nobres, que não sejam grandiosas e se perdem no vasto campo do anonimato. A casa corrente, como o próprio nome indica, era a norma.

É o local de residência, no entanto, é também muitas vezes o local de exercício de atividades comerciais. A arquitetura doméstica é o reflexo da realidade social do seu ocupante. Moldada pelas mudanças do paradigma social, de forma mais lenta e menos profundos nos extratos inferiores da sociedade.

Formalmente caracterizadas pelas suas pequenas dimensões, pela fraca qualidade dos materiais e maior expressão em altura.

O Lote

O lote permanece estável ao longo do tempo, ao contrário das casas, chegando muitas vezes até aos dias de hoje. Com uma forma geralmente alongada e mais estreita na parte virada para a rua, este procura rentabilizar o espaço urbano. Em relação à largura do lote, geralmente corresponde à largura da casa, já não se verificando isso no comprimento, estando normalmente a parte posterior ocupada por quintais.

O custo elevado dos lotes provoca uma evolução das habitações em altura, como forma de rentabilizar o espaço interior do lote.

“Esta realidade não é no entanto uniforme e tende, acima de tudo, adaptar-se às possibilidades de implantação no terreno, nesse sentido, se há casos em que a área do lote é até seis vezes superior à área de implantação da casa, noutros exemplos o espaço ocupado pelo quintal é inferior ao da habitação.” (CASTILHO, 2012: 236)

O mais frequente é aquele em que o quintal ocupa mais do dobro da área de implantação da habitação.

Entre os séculos XVI e XVIII as dimensões dos quintais tendem a diminuir, aumentando a área ocupada pela habitação. Esta nova realidade, aumenta a pressão no setor imobiliário nas zonas mais desejáveis da cidade, e por outro lado, crescem as necessidades em termos habitacionais.

A Casa

Esta é condicionada pelo lote em que se insere, tendo tendência para ser alongada e de largura reduzida na sua fachada. No caso das casas se localizarem na convergência de duas ruas, estas tem um formato mais retangular.

Na cidade de Viseu, a largura média das fachadas é de quatro metros e meio, abrangido uma área média de setenta e três metros quadrados, ao nível de ocupação do solo, tendo esta área diminuído nas áreas mais centrais e aumentado nas periféricas. Esta reduzida área, era no entanto, aumentada pela sobreposição de pisos. Esta foi a solução principal encontrada para aumentar o espaço habitacional disponível ao longo da idade moderna.

O acrescento de um andar superior significava uma projeção sobre a rua através de sacadas e balcões, apoiadas em estruturas de madeira fijas à parede do edifício ou em esteios. Esta solução resultava assim na ligação do espaço público do privado.

As suas dimensões variam, no entanto a mais frequente é aquela em que acompanha a totalidade da largura da fachada, e a profundidade varia entre meia vara a uma vara, no caso das sacadas, no casos dos balcões varia entre uma vara e vara e meia.

A casa corrente da época moderna surge-nos, ao nível do exterior regularizada, face à rua mas com alguns ressaltos e projeções sobre a mesma prolongando no tempo alçados de caráter medieval. A maior alteração verificada nesta época foi o número de vãos que cada imóvel possui.

“No século XVI a porta é normalmente a única abertura do andar inferior, surgindo no entanto já, por vezes, a solução de existir mais do que uma porta, quando na loja dianteira é exercida uma atividade profissional. Esta solução vai-se multiplicar ao longo do século XVII para se tornar absoluta já no século XVIII. O aumento da noção de privacidade e a separação entre o espaço profissional, tendencialmente masculino, do espaço doméstico, feminino, vai obrigar a uma demarcação, clara e pragmática, entre estes dois domínios.” (CASTILHO, 2012: 243)

O acesso às lojas traseiras, e aos pisos superiores, espaços privados, passa assim a ser feito de forma independente, de dimensões inferiores e que dava acesso direto às escadas de acesso ao sobrado.

As janelas no século XVI são unicamente nos pisos superiores e limitadas ao mínimo indispensável como forma de controlar a temperatura e por questões de segurança. Nos seguintes séculos estas vão aumentar em número, estendendo-se ao piso térreo. As janelas passam a ser não só elementos estruturais que permitem iluminação e arejamento das habitações, mas igualmente espaços de contemplação do exterior e lazer a partir do interior da habitação. A utilização do vidro no século XVI era um luxo reservados a poucos, por se tratar de um material dispendioso e de aplicação especializada. Os vãos eram assim tapados com recurso a portadas de madeira ou em alguns casos em tecido, papel, pergaminho, ou simplesmente cortinas. Nos séculos XVII e XVIII a utilização do vidro vai aumentar, ainda que não deixassem de ser considerado um material de luxo e não estaria ao alcance de todos.

As necessidades de conforto que ditaram o aumento do número de vãos vão de igual modo impor a multiplicação de divisões no interior das habitações e a sua função. A organização interior vai manter uma forma orgânica, de raiz medieval, em que os espaços vão surgindo de forma não planeada como resposta às necessidades abrigo, armazenamento ou atividade comercial, de acordo com as possibilidades económicas dos seus habitantes.

“No caso de habitações com vários pisos, [...] o andar inferior era sempre, ocupado por lojas podendo ser composto por uma só loja ou, mais frequentemente, dividido em vários espaços sendo comum o modelo de loja dianteira e loja traseira. Estes espaços estavam normalmente ligados ao armazenamento, podendo esse armazenamento [...]” (CASTILHO, 2012: 246)

Nos pisos superiores as divisões mais frequentes são as salas, cozinhas e câmaras, esta é a divisão comum a toda a época moderna, verificando-se nos séculos XVII e XVIII um aumento do número de divisões por habitação, particularmente no número de câmaras e de divisões que correspondiam a novas noções de habitar.

Nos edifícios de dois pisos, sendo o inferior ocupado por lojas, a cozinha é na grande maioria dos casos a divisão do meio do piso superior, a sala a divisão que confronta com a rua e as câmaras localizam-se na parte mais reservada na casa, junto ao quintal. Nas habitações de três ou mais pisos a cozinha situa-se no último piso, para facilitar a saída de fumos e o risco de incêndios.

2.4 Técnicas e Materiais de Construção

Pedra

A durabilidade deste material associado ao isolamento climático que oferecia, tornavam este material o ideal para a construção, todavia, o seu custo elevado fazia controlar a sua utilização. Sendo este, um material bastante dispendioso *“quer na sua aquisição e transporte, quer na sua aplicação, a utilização da pedra na construção exigia poder económico e resultava normalmente em edifícios de alguma qualidade arquitetónica.”* (CASTILHO, 2012: 254)

No caso dos *“edifícios públicos, civis e religiosos e as casas obres eram na sua totalidade construídos em pedra, [...] o mesmo já não se sucedia com a maioria das casas correntes”*. (CASTILHO, 2012: 254) Nestas, a pedra era utilizada ao nível do solo, normalmente até ao sobrado, daí para cima eram utilizados materiais de baixo custo.

A construção em pedra, como já foi referido anteriormente, era mais dispendiosa e necessitava de mão-de-obra especializada, quando a madeira, a taipa, o tijolo e o tabique eram soluções muito mais económicas e não necessitavam de mão-de-obra especializada. A construção mista da pedra com outro material, dos anteriormente referidos nos pisos superiores permitia um controlo do isolamento da humidade junto ao solo, e um crescimento em altura acessível.

“As soluções de articulação entre os vários materiais e técnicas são no entanto variadas, podendo por vezes a pedra chegar até ao segundo sobrado, ou até mesmo ao telhado, ao nível da fachada, reservando-se os materiais menos nobres para as zonas de menor visibilidade.” (CASTILHO, 2012: 254)

Pode-se verificar na descrição do emprazamento feito a Manuel Fernandes, sapateiro, em 1624, de uma casa situada na rua da Cadeia: ”

“tem esta sala hua genela de pedra lavrada que vai para a mesma rua da Vella tem mais duas janelas de pau que vam para a rua Direita acentadas em taipa de tejolo estas casas athe ao primeiro sobrado sam de parede de pedra de alvenaria e a frontaria desde o primeiro sobrado athe o segundo para a banda que vai para a rua Vela sam de pedra de alvenaria e para a banda da rua Direita sam de tijolo.” (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2012: 254 e 255)

Na cidade de Viseu a pedra mais utilizada era o granito, sendo esta abundante nas pedreiras que rodeiam a cidade.

Nos vãos, a pedra é utilizada com finalidade de os salientar, quer pelo contraste do material, quer pelo recurso à decoração escultórica em relação ao pano murário. “ [...] *revestia-se de diversas formas podendo ir da simples moldura reta, comum a todos os estatutos sociais e cronologias, até aos ricos portais lavrados que acompanhando o gosto estético do período da sua construção vão assinalando na urbe o passar dos séculos.*” (CASTILHO, 2012: 255) Estas não estavam apenas reservadas aos escalões superiores da sociedade, surgindo também com frequência nas habitações mais modestas. Por questões práticas, as molduras graníticas, correspondiam habitualmente, ainda que nem sempre, a paredes construídas nesse mesmo material.

A partir do século XVII, mas essencialmente no século XVIII, surge outra utilização para este material, a construção de escadas nobres de edifícios com maior prestígio. Estas eram contruídas em pedra de cantaria, contrastando com as escadas de serviço do interior do edifício.

Taipa

A taipa é constituída por uma mistura de materiais, barro, palha, madeira, e por vezes cal. Esta resulta então, numa estrutura leve e fácil tanto de contruir como demolir, e contém um considerável isolamento acústico e térmico. Foi, até ao século XIX, muito utilizada nas paredes interiores, no entanto a sua utilização no exterior não teve muito êxito devido à sua permeabilidade e subsequente deterioração quando exposta à pluviosidade. No entanto, nas casas correntes, devido ao seu baixo custo e à facilidade de construção, este material era abundante, estando sempre associado à construção de beirais como medida de minimizar os danos provocados pelos temporais.

“ *...e dai pera cima tem hua sacada com hua frontaria de taipa que tem duas genelas [...] e os repartimentos destas casas sam de taipa.*” (A.D.V.F.C.Lv. *apud* CASTILHO, 2009: 202) Como se pode verificar na frase anterior, o uso da taipa era, na grande maioria, utilizado para a divisões interiores, recorrendo-se também ao uso deste para a construção de sacadas devido à sua flexibilidade e baixo peso.

Madeira

A madeira era o material mais utilizado nas edificações, não só como material de construção em si, mas também entrado na composição de outro, como a taipa e o tabique.

Não só as paredes interiores, como também as paredes exteriores dos pisos superiores empregavam este material, no entanto, devido ao seu fraco isolamento era apenas utilizado nas habitações mais humildes. Houve então, no século XVII, uma tentativa de eliminar este material, ao nível do exterior, como podemos verificar na seguinte descrição: “ *com condisam que sera obrigada dentro de dois anos do feitio deste renovar a frontaria das ditas casas a*

saber do sobrado para baixo fazellas de pedra e dahi para cima onde sam de taboado fazellas de taipa franceza”. (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2012: 257)

“O seu uso era indispensável para a construção em altura correspondendo o acrescento de um sobrado exatamente ao que a etimologia do termo sugere, o lançamento de um soalho sobre o qual era erguido um novo piso.” (CASTILHO, 2012: 258)

“Também o telhado, quer fosse colmado, quer coberto por telha, assentava numa estrutura em madeira, podendo ser interiormente de telha vã ou forrado.” (CASTILHO, 2009: 03) Nas habitações nobres o trabalho da madeira do forro interior poderia ser bastante complexo, havendo referências de tetos forrados de oitavado, como se pode verificar na seguinte descrição: *“huma salla que serve de vesitas [...] he forrada de oitavado”.* (A.D.V.F.C.Lv. apud Castilho, 2012: 258) Correspondendo possivelmente *“ [...] a tetos de maceira trabalhado octogonalmente, tetos apainelados e até pintados”.* (CASTILHO, 2012: 258)

A madeira, para além de empregar na construção propriamente dita, era ainda utilizada na construção de objetos, como portas exteriores e interiores, janelas, portadas, escadas, mobiliário e outros objetos do quotidiano.

Numa era em que o vidro era um privilégio de poucos, o isolamento das portas e janelas era essencialmente feito com o recurso da madeira, num conjunto de soluções que nem sempre chegaram até nós. *“ Exemplar disso era o recurso a gelsias, grelha de fasquias de madeira que cobria as janelas ocultando o interior da habitação da rua, [...] De igual modo as rótulas e as grades de pau surgiram como soluções aplicadas às portas e janelas.”* (CASTILHO, 2012: 258 e 259) Nos dias de hoje já não são existentes exemplares destes na cidade de Viseu.

Vidro

O vidro era um material pouco divulgado, muito dispendioso e de aplicação especializada. Na cidade de Viseu não se conhece a utilização deste material na arquitetura habitacional, somente se conhece a utilização desde

“na execução das vidraças para a Sé em 1583, trabalho executado por um vidraceiro do Porto: “ mandei fazer as vidraças da Sé e redes de arame per hum Gaspar Fernandes vidraceiro do Porto e esteve aqui por minha conta com hum filho seu quarenta e sete dias e fez me o palmo da vidraça a nove vinténs e da rede a trinte reis o que tudo com a ferragem que fez Domingos Gonçalves da Regueira fizeram de custo quarenta nove mil novecentos e quinze reis”. (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2009: 206)

Cal

A utilização da cal era indispensável devido às inúmeras utilizações que esta continha, era abundantemente utilizada no reboco das edificações, no fabrico da taipa e de argamassa. *“Este material era ainda utilizado na confeção de betume, isolante aplicado sobre cobertura de tijolo ou pedra e que resultava da mistura de cal, azeite, estopa.”* (CASTILHO, 2012: 260)

Uma referência da utilização da cal encontra-se nas obras da Sé, como podemos verificar na seguinte descrição:

“De doze carreguos de cal dez das quais custaram duzentos e noventa reis e duas e trezentos reis que Brás Rodrigues pedreiro da Sé comprou a hum homem de Repeses para retalhar a casa sobre a sacristia e de nove carros de areia para se misturar a vinte reis o carro e dez reis a hum homem que caldeou em dia e meyo.” (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2009: 205)

Tijolo

A utilização deste material era versátil servindo quer para a construção de estruturas complexas, como no caso das abóbadas do claustro da Sé, quer para a construção de paredes interiores e exteriores ou até mesmo pequenos arranjos, como podemos ver na seguinte descrição da Sé: *“de tapar hua fresta que hia da castra para dentro da Sé junto com os órgãos grandes por não claridade e dizer o tangedor que tonava os órgãos com a humidade com o tijolo que comprey o Alcada a tapou.”* (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2009: 205)

Telha

“As coberturas da cidade de Viseu, eram exclusivamente de telha, com o beiral saliente para proteger a fachada, [...]” (CASTILHO, 2009: 205) As referências documentais deste material surgem praticamente só para indicar se as habitações eram de telha vã ou forradas, a

“descrição mais pormenorizada da sua aplicação surge-nos uma vez mais nas obras da Sé, quer em 1584: “Pera reparar os telhados da Sé me comprou o Senhor Domingos Machado em Lourosa oito milheiros de telha que postos na Sé custarão sete mil e trezentos reis [...]”; Quer em 1586: “Chovia muito no corredor que vem da sancristia pera a capella de S. João mandeya telhar por cima pera o que comprey a Tomé Lopes um milheiro de telha por 1800 reis, de as carretar 20 reis. Em telhar o tal corredor e outras partes da se andaram Cristóvão Rodrigues e o Alçada quarto dias cada hum a 100 reis e hum servidor que servio quatro dias a 60 reis por dia” (A.D.V.F.C.Lv. apud CASTILHO, 2009: 205 e 206).

Capítulo 3 - Centro Histórico de Viseu:

Atualidade

3.1 Introdução

Os centros históricos das cidades portuguesas têm vários pontos semelhantes que se relacionam em quatro pontos relativos à qualidade do espaço público: Uso/Função; Acessibilidade/Mobilidade; Circulação Pedonal e a sua relação com o Automóvel e o Estacionamento; e Estado de Conservação do Edifício e dos seus espaços adjacentes.

Viseu é uma cidade com características próprias, começando na sua origem e na sua localização topográfica. Assente num monte de situação promontório, de declives marcadamente acentuados nas encostas adjacentes ao rio, por razões militares e por proximidade de vias romanas, vários povos a ocuparam, gerando uma cidade de guerra. Esta é uma cidade de geração espontânea, mediterrânea, com traços de um casco medieval, sobre uma estrutura romana, com vestígios de permanência árabe. Formalizando-se binuclear, cujo arrabalde termina junto ao rio. Construído à volta da Sé no tempo medieval, com vias intencionalmente estreitas e labirínticas, formaliza poucos espaços públicos.

3.2 Uso e Função

Na área do centro histórico de Viseu existe um universo de 370⁶ construções identificadas, onde se destacam cerca de 150 edifícios habitacionais, 11 institucionais, 10 comerciais e 200 de ocupação mista. As funções identificadas foram 5 farmácias, 29 bares, 17 restaurantes, 5 mercados, 2 bancos e uma escola de ensino secundário.

Podemos então concluir que existe um maior número de edifícios que detêm ocupação mista, isto é, a maioria do edificado nesta área possui comércio no rés-do-chão e habitação nos restantes pisos. Sendo estes, os dois usos que têm mais força no centro histórica, tratam-se então, de uma zona com grande vitalidade e de caráter misto.

⁶ Dados retirados de *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*



Fig.53 Mapa de usos

3.3 Acessibilidade e Mobilidade

Todas as funções acima referidas pressupõem movimento de pessoas e veículos, particulares e de serviços, como ambulâncias e bombeiros, que utilizam predominantemente o percurso constituído pelos dois principais eixos de acesso à Sé, a Rua do Comércio e a Rua Nunes de Carvalho.

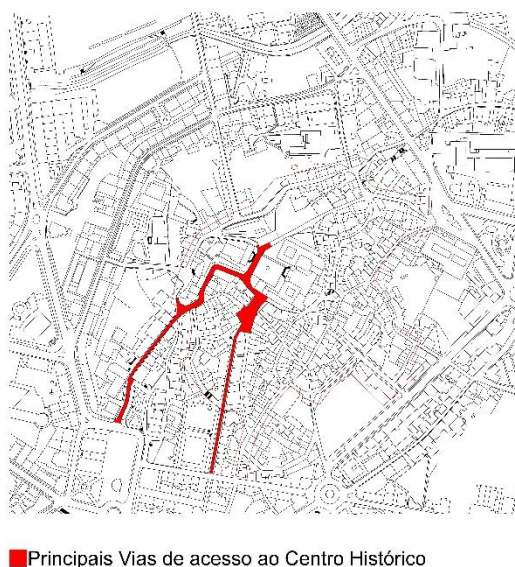


Fig.54 Eixo viário principal

A acessibilidade automóvel é fácil, embora a mobilidade seja lenta e o estacionamento quase inexistente. Este sistema de circulação assenta nos dois eixos referidos anteriormente. A circulação pedonal é a principal e tem como problema a acentuada topografia principalmente

a norte e a poente, a quase inexistência de passeios, o pavimento irregular e, devido ao estreitamento das ruas, a permanente necessidade de atenção à circulação automóvel.

Na sua maioria as ruas são estreitas e transmitem uma noção de espaço fechado, sem continuidade, que em vários momentos se desdobram em duas vias, que levam ao mesmo lugar, alargando e estreitando o seu perfil. Sendo estas estreitas e os seus beirais pronunciados oferecem proteção contra o sol e o calor no Verão e contra o vento e a chuva no inverno.

Na rua Direita é onde se verifica uma maior afluência de circulação pedonal, devido ao seu comércio e à sua ligação entre dois importantes extremos do perímetro da zona histórica, que ajudam à sua passagem, permanência e vivência.

A acessibilidade a nível de transportes públicos servindo o centro histórico é muito reduzida. Existe dois percursos de autocarro que servem esta zona, um que contorna todo o centro histórico, por vezes com alguns afastamentos, e outro que passa por dentro do centro histórico, servindo-se dos dois principais eixos (Rua do Comércio, Praça D. Duarte, Porta do Soar e Largo Major Pessoa). Existe ainda o funicular que facilita o acesso do usuário ao centro histórico fazendo a ligação do parque da Feira Franca, muito utilizado como estacionamento, à parte de trás da Igreja da Misericórdia.



Fig.55 Funicular

3.4 Circulação Automóvel e Estacionamento

O centro histórico de Viseu contém uma malha urbana maioritariamente medieval, ruas com menos de dois metros onde não existe circulação automóvel e ruas com mais dois metros e meio onde existe circulação automóvel num único sentido. Estas possuem doze pontos de entrada/saída, existindo ainda algumas mistas, isto é ruas pedonais ou condicionadas ao trânsito.

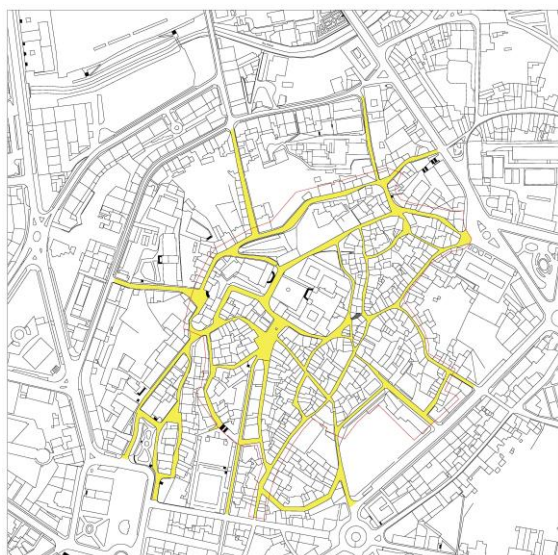


Fig.56 Vias de circulação automóvel

Observa-se que o centro histórico apresenta poucos espaços para estacionamento automóvel, tal ocorre pela história da formação da cidade com construções muito densas e ruas estreitas, o que dificulta projetar áreas de estacionamento. Ainda se pode observar que em muitos pontos do centro, os estacionamentos são espontâneos e sem qualquer tipo de regra ou definição, notando-se que as pessoas apropriam-se do espaço conforme as suas necessidades. Estes dificultam toda a circulação automóvel e de peões. O estacionamento principal faz-se nas bolsas periféricas, no parque coberto de Santa Cristina, no descoberto no largo Mouzinho de Albuquerque e num espaço improvisado junto à Rua Capitão Silva Pereira. O restante estacionamento faz-se no Adro da Sé, e em espaços adjacentes, incluindo a Praça D. Duarte e em pequenas baias e espaços remanescentes do casco histórico.

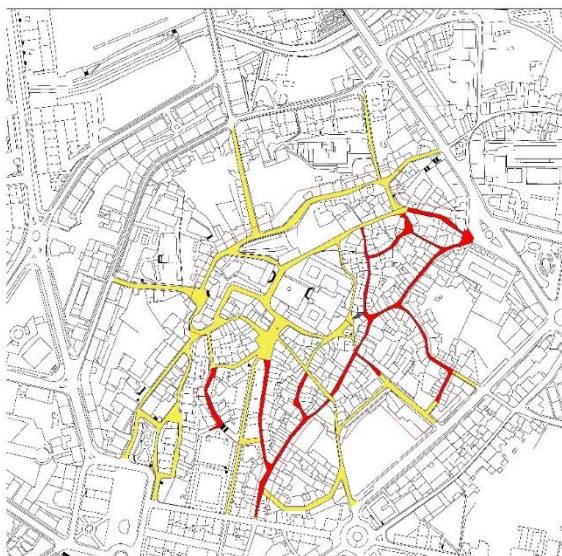


Fig.57 Vias de circulação automóvel, pedonal e condicionadas



Fig.58 Estacionamento Praça D. Duarte



Fig.59 Estacionamento Adro da Sé



Fig.60 Estacionamento no Largo da Misericórdia



Fig.61 Estacionamento no Adro Sé

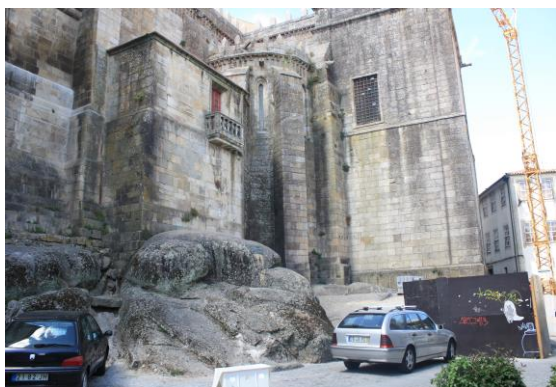


Fig.62 Estacionamento na parte posterior da Sé



Fig. 63 Estacionamento na rua D. Duarte

3.5 Estado de Conservação do Edificado

Quando se percorre o centro histórico de Viseu encaramo-nos com uma imagem da cidade que surge como uma representação de uma continuidade arquitetónica, uma construção no tempo, a cinzento e branco, onde são visíveis várias fazes de construção sobretudo nos edifícios que se desenvolveram em altura. Os vãos, portas e janelas de épocas diferentes e formas diferentes apresentam uma diversidade que transmite harmonia. Pode-se verificar um padrão construtivo, sendo na maioria edifícios com paredes de tabique de madeira ou de parede em bloco de pedra, granito, sendo estes os materiais disponíveis na época nesta região. Nos telhados predomina o uso da telha de canudo, com uma tonalidade avermelhada. Estes são de duas ou mais águas, com estrutura em madeira. As janelas mais utilizadas são as em guilhotina em que a caixilharia é em madeira e o vidro simples.

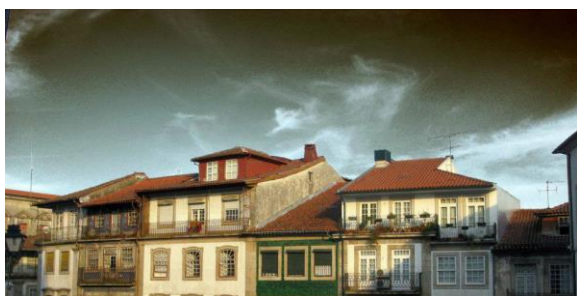


Fig.64 Imagem arquitetónica, Largo da Misericórdia

Como já foi referido anteriormente, na área do centro histórico existe um universo de cerca 370 construções identificadas. Pode-se observar que cerca de 140 dos edifícios se encontram em bom estado de conservação, cerca de 90 em razoável estado de conservação, cerca de 49 em mau estado de conservação e cerca de 20 em ruína. Cerca de 70 edifícios não foram possíveis classificar dentro destes parâmetros.⁷ A maior parte dos edifícios encontram-se em bom estado

⁷ Dados retirados de *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*

de conservação ou em razoável, o que revela uma preocupação com a preservação do património. As zonas de melhor estado de conservação como a rua Direita e a rua Escura estão relacionadas com a contante circulação pedonal e os usos comercial e habitacional. No entanto, zonas com pior estado de conservação como a rua Augusta Cruz estão relacionadas com a pouca circulação e com pouco uso dos espaços. Outra razão para este facto é a fuga da população para as periferias, que levou a falta de manutenção do edificado. A pouca população que o centro histórico detém é idosa, existindo também alguma estudantil devido à proximidade com a Escola Superior de Educação.



Fig.65 Estado de conservação

Após uma análise do centro histórico observa-se que a maioria dos edifícios tem pouca largura e desenvolvem-se em comprimento, formando-se pátios inacessíveis no interior dos seus quarteirões.

Fazendo a análise em relação ao número de pisos, observamos que 12 edifícios tem 5 pisos, cerca de 100 tem 4 pisos, cerca de 100 tem 3 pisos, cerca de 64 têm 2 pisos e cerca de 15 têm 1 piso⁸. Os restantes edifícios não foi possível identificar claramente o número de pisos, devido à topografia e aos pátios interiores, pois apresentaram duas frentes com cérceas distintas. No entanto pode-se concluir que os edifícios com 3 e 4 pisos são os que mais prevalecem no centro histórico. O rés-do-chão é, normalmente, o piso que possui um maior pé direito que os outros e o ultimo piso acaba por ser um espaço vazio, gerado pela estrutura do telhado. Pode-se também verificar que na maior parte dos edifícios existe um acrescento em placas metálicas.

⁸ Dados retirados de *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*

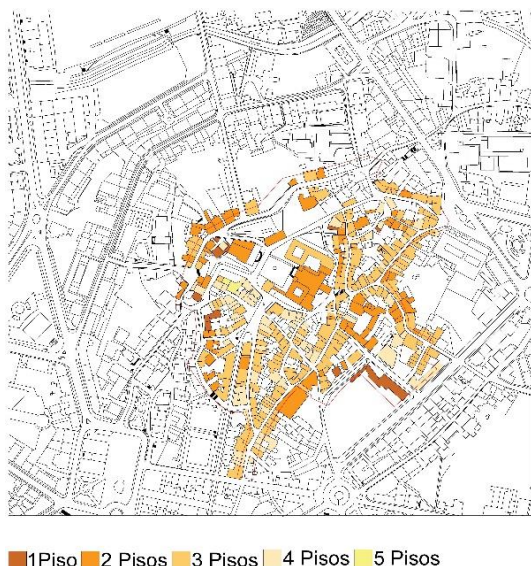


Fig.66 Número de pisos

3.6 Espaço Público

Observa-se no centro histórico uma diversidade de elementos de mobiliário urbano, como por exemplo bancos, caixotes do lixo, parquímetros, casas de banho públicas, caixas de multibanco, floreiras, paragens de autocarros, candeeiros e publicidade. Por vezes verifica-se conflito na implantação destes equipamentos com o património histórico, desvalorizando os espaços. Estes elementos poderiam ser repensados de forma a refletirem e valorizarem o contexto em que estão inseridos.



Fig.67 Conflito do mobiliário urbano na imagem urbana, Largo da Misericórdia

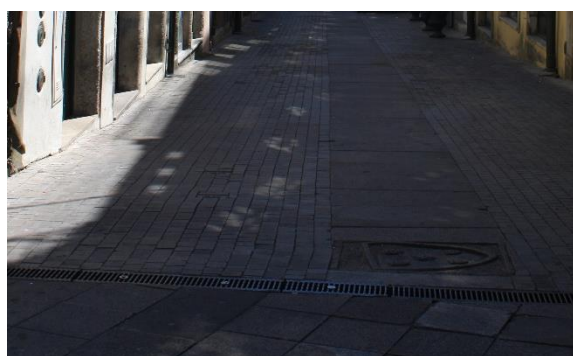


Fig.68 Diferentes pavimentos

Os pavimentos diferiam-se ao longo do centro histórico, podemos encontrar blocos em pedra lisos e rugosos, colocados de maneiras diferentes gerando uma característica diferente em cada espaço. Observamos também esta característica para diferenciar a zona de circulação automóvel e a zona de circulação pedonal. Em algumas ruas o pavimento foi reabilitado, gerando melhores condições para os moradores e visitante do local.

Existe também uma grande variedade de espaços verdes nesta área, uns públicos e outros privados. Na sua maioria encontram-se bem tratados e agradáveis, sendo visíveis também alguns degradados e quase esquecidos. Estes espaços são importantes no espaço público, embelezando-os e criando espaços de descanso e convívio, por isso é importante requalificar os espaços degradados e conservar os que estão em bom estado.



Fig.69 Espaços verdes, Largo do Miradouro **Fig.70** Falta de tratamento no espaço público, Praça D. Duarte

Podemos observar ainda uma falta de cuidado no tratamento do espaço público, principalmente em relação ao largos e praças, pois requerem melhorias para se tornarem mais qualificados e convidativos à permanência das pessoas e não só à passagem.

A circulação de pessoas nesta zona é de várias faixas etárias, desde crianças e jovens que passam por ali para visitas de estudo, jovens e adultos que transitam para ir para o trabalho e também no período noturno nos bares e restaurantes e idosos que são a maioria dos moradores.



Fig.71 Circulação pedonal, Rua Direita

Capítulo 4 - Rua Direita e Edifício nº 92 a 106

4.1 Introdução

Neste capítulo pretende-se fazer uma análise mais específica do edifício e da sua envolvente. Perceber quais as principais características da rua onde se localiza, perceber a relação entre rua/edifício, Homem/rua, Homem/edifício, de que maneira se organiza espacialmente, de que modo se habita o espaço, quais as principais atividades e o que levou ao seu estado atual de degradação e carência de vitalidade. Esta análise vêem com o objetivo de perceber o que melhorar e de que maneira o programa a propor na reabilitação pode trazer mais dinamismo e vida à rua.

Faz-se também uma análise detalhada de todo o edifício, com o objetivo de perceber a sua função durante todos estes anos, de que maneira era organizado e como funcionava, perceber qual a sua identidade e de que maneira se pode preservar no projeto de reabilitação. Pela sua localização e dimensão a sua reabilitação pode ser bastante relevante para a reformulação de todo o centro histórico chamando a população para a sua utilização e permanência.

4.2 Rua do Comércio

4.2.1 Enquadramento Histórico

Em finais do século XIX é rasgada esta artéria, ligando a Praça da Cidade a Cimo de Vila e cortando a ligação entre a Rua de Vela de S. Domingos e a Rua do Chão do Mestre. A ata da Câmara em que é tomada tal decisão é datada de 7 de Agosto de 1879 e descreve-a do seguinte modo:

“... Com o mesmo projecto foi apresentado outro para uma rua que hade ligar a praça 2 de Maio com a antiga praça pública, tendo uma travessa que, passando pela Capella de S. Dommigos, irá desembocar na Rua da Cadeia. A câmara aprovou igualmente esse projecto para ter o destino competente, e acordou em que a essa rua se desse o nome de “Rua do Commércio”. Essa rua hade ser feita em occasião oppoortuna fazendo-se desde já a travessa e a canalização das águas.”



Fig.72 Rua do Comércio, cruzamento com a Rua Formosa

A rua do Comércio é assim construída, descendo a colina da Sé, desde a Praça D. Duarte, introduzir-se nos terrenos de Cimo de Vila, um arredor antigo encostado à Quinta dos Andrades. Esta área era irregular e penhascosa, uma encosta ainda na sua rudeza natural e primitiva, com afloramentos graníticos, revestidos de tojo e giestas.

Após a abertura desta via erguem-se grandiosas e amplas construções, que subiram nas suas margem, *“com janelas largas para iluminar os salões de festas e reuniões familiares burguesas.”* (CORREIA, 1998: 24)

Em 1932, esta artéria muda de nome passando-se a designar-se Rua Dr. Luiz Ferreira, como homenagem ao antigo presidente da Câmara Dr. Luiz Ferreira de Figueiredo que a tinha mandado construir. Na ata da Câmara datada de 17 de Dezembro de 1932, pode-se verificar a aprovação desta alteração:

“Pelo Snr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

-- “Considerando que o Snr. Dr. Luiz Ferreira de Figueiredo foi largos anos presidente desta Camara, cujos negócios geriu com zêlo, honestidade e competência inexcelsíveis;

Considerando que a maioria dos grandes melhoramentos feitos em Viseu pela Camara, enquanto o mesmo Snr. Foi seu presidente, ainda hoje se impõem à admiração de todos os viseusenses;

Considerando que a Comissão Administrativa tem por obrigação realçar e perpetuar o esforço e o bairrismo de todos os cidadãos que trabalham com acerto pelo prestígio e progresso de Viseu;

Considerando, ainda, que a actual Rua do Comercio tece em tempos o nome mencionado e prestimoso viseusense;

- a) Que a actual Rua do Comercio passe a denominar-se Rua Dr. Luiz Ferreira;*
- b) Que a actual Rua da Paz passe a denominar-se Rua da Associação Comercial;*

- c) *Que esta proposta seja considerada definitivamente aprovada e que se dê conhecimento, por ofício, ao Snr. Dr. Luiz Ferreira de Figueiredo.*”

Aprovada por unanimidade.”



Fig.73 Rua do Comércio, cruzamento com a Rua Formosa

Ainda nos dias de hoje esta artéria se denomina por Rua Dr. Luiz Ferreira, no entanto é mais conhecida pelos vysienses por Rua do Comércio.

4.2.2 Morfologia Urbana

Com uma localização privilegiada, esta é uma das principais vias de acesso ao centro histórico, ligando dois dos principais pontos do centro histórico, a Rua Formosa⁹ à Praça D. Duarte. Esta enceta num cruzamento com a Rua Formosa e finda na Praça D. Duarte e divide a Rua Chão Mestre.

É uma rua com acesso automóvel que dá continuidade à Rua do Combatentes da Grande Guerra. Apesar da sua localização tem algumas condicionantes que a tornam apenas como um ponto de passagem como por exemplo a inexistência de estacionamento na rua e o escasso estacionamento nas suas redondezas, a falta de comércio e o abandono do edificado.

⁹ A Rua Formosa, tal como a Rua do Comércio, foi aberta no século XIX e é também uma rua com bastante relevância no centro histórico de Viseu, pois faz a ligação entre o Rossio (Praça da Republica) e a Santa Cristina. Esta rua é uma rua pedonal, com bastante comércio e serviços, o que a torna mais dinâmica e atrativa à população, além disso tem os principais pontos de acesso à Rua do Comércio e à Rua Direita.



Fig.74 Estacionamento inapropriado na Rua do Comércio

A imagem urbana da Rua do Comércio é relativamente boa, pois existiu uma preocupação da Câmara Municipal em manter uma boa imagem urbana das ruas do centro histórico, incentivando a melhoramentos nas fachadas dos edifícios, no entanto devido à falta de manutenção e reabilitação do restante edifício, estes começam a mostrar sinais de degradação no exterior. Contudo nestes últimos anos tem havido mais preocupação na reabilitação total dos edifícios, já havendo nesta rua alguns totalmente reabilitados. A mudança de entidades públicas para esta zona da cidade é algo importante pois é uma maneira de atraíram a população. Para esta rua está proposto pela Câmara Municipal reabilitar o edifício que faz o gaveto com a Rua Chão Mestre para as águas municipais.



Fig.75 Imagem urbana da Rua do Comércio



Fig.76 Rua do Comércio, cruzamento com a Rua Chão de Mestre

Com cerca de 210m de comprimento é uma rua bastante densa, com 23 edifícios. Destes 47,83% têm 4 pisos, 26,09% têm 3 pisos, 17,39% tem 2 pisos e 8,69% têm 1 piso. Os edifícios com 1 e 2 pisos, sendo um total de 6 edifícios, são de pequenas dimensões e incumbem ao Mercado 2 de Maio, fazendo a fronteira entre os mesmos. Os restantes são edifícios com 3 e 4 pisos são de médias/grandes dimensões, alguns com bastante qualidade arquitetónica.

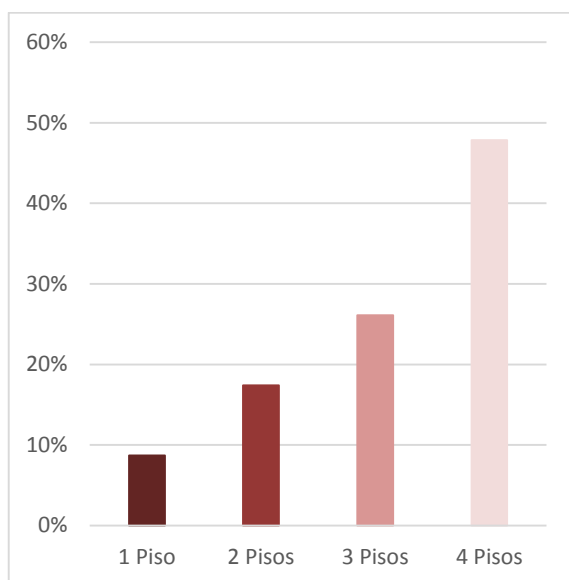


Fig.77 Percentagem do número de pisos por habitação da Rua do Comércio



Fig.78 Mapa do número de pisos da Rua do Comércio



Fig.79 Edifício do Mercado 2 de Maio que desvincula da Rua do Comércio

4.2.3 Principais atividades

Atualmente esta rua tem pouca atividade comercial e habitacional, onde a alguns dos edifícios existentes estão vazios ou parcialmente vazios principalmente devido à sua degradação. Dos 23 edifícios existentes 13% estão vazios, 13% estão parcialmente vazios, tendo o primeiro piso vazio e os restantes estão habitados ou então tendo o primeiro piso com comércio ou serviços e os restantes vazios, 39% de função mista, 31% comerciais e 4% de serviços.

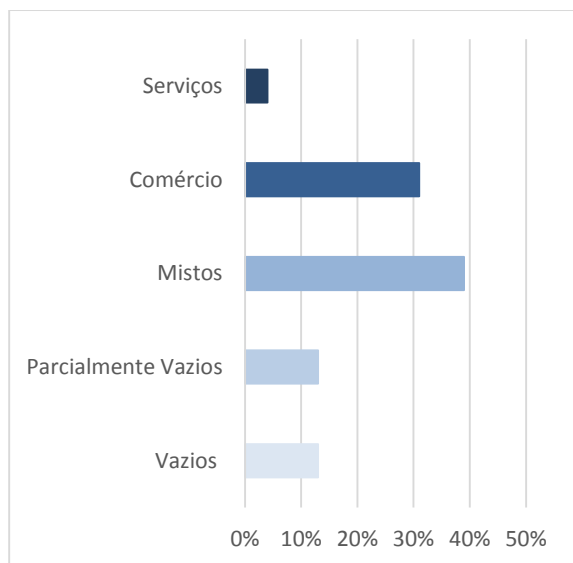


Fig.80 Percentagem das atividades principais da Rua do Comércio



Fig.81 Mapa de funções

O comércio existente na rua são duas lojas de roupa, uma ourivesaria, uma florista, três cafés e comércio tradicional, existe ainda um pequeno centro comercial Ecovil (praticamente vazio). Em relação aos serviços existentes são um banco, uma incubadora de empresas e advogados. Como referido anteriormente 6 dos edifícios incubem ao Mercado 2 de Maio, estando estes repletos de comércio. Os edifícios que abarcam habitação têm poucos inclinos, isto é, 26% dos 39% edifícios mistos contém habitação e nestes um ou dois apartamentos é que realmente estão habitados.

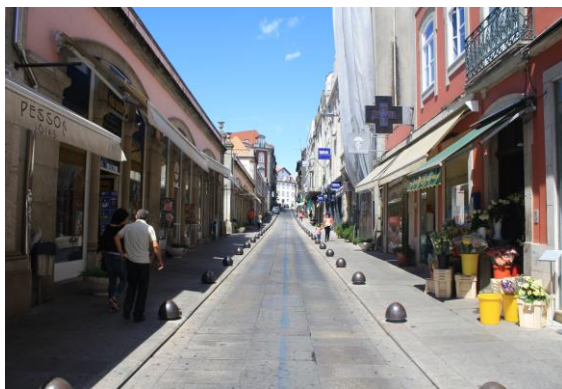


Fig. 82 Atividades na Rua do Comércio

4.3 Edifício nº 92 a 106

4.3.1 Enquadramento Histórico

Com quase dois séculos de existência, este é considerado um dos mais emblemáticos edifícios do centro histórico de Viseu. Sobre a sua história pouco se sabe, apenas que foi construído no século XIX, após a abertura da Rua do Comércio e que foi mandado contruir pelo Dr. José Marques Loureiro e que nele habitou com a sua esposa.

Dr. José Marques Loureiro (1879- 1940) foi uma figura bastante notável na cidade de Viseu nesta época, foi político, deputado, jornalista, governador civil, provedor da Misericórdia e filantropo, casou-se com Arminda de Almeida de Sousa (1879- 1923). A sua neta Maria Arminda Loureiro de Roboredo que casou com Maximiano Ribeiro Seara¹⁰ e teve dois filhos, Fernando Jorge de Loureiro de Roboredo Seara (1956-) e Isabel Maria de Loureiro de Roboredo Seara.

Este imóvel foi passando de geração em geração na família do Dr. José Marques Loureiro ficando na posse de Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara após a morte dos seus pais, acabando por vende-lo à Câmara Municipal em Março de 2015.

Pela informação recolhida, o edifício teve sempre ocupação mista de comércio e habitação.

¹⁰ Maximiano Ribeiro Seara (1919-2012) era um dos mais reputados advogados de Viseu, tendo desempenhado o cargo de consultor Jurídico da Câmara Municipal até adoecer. Era conhecido como um homem íntegro, de grande coração e pai exemplar. Empenhou-se também noutras causas, como as da Misericórdia, do Rotary Clube de Viseu ou a criação, do já extinto, Banco Agrícola e Industrial Visiense.

4.3.2 Principais Características

Localizado na Rua do Comércio, já descrita anteriormente, este edifício tem uma área de implantação de cerca de 267m², e uma área bruta de cerca de 1138m², tem cinco pisos, entre eles uma cave e um piso de águas furçadas. Da Rua do Comércio são apenas visíveis três pisos, sendo visíveis os cinco pisos na Rua D. Duarte. Construído no século XIX, desconhece-se o arquiteto que a projetou e, atualmente, a sua única ocupação é apenas no piso 0 sendo esta com uma loja comercial. Os acessos verticais são escadas em U, sendo o principal acesso localizado num núcleo independente. Os principais materiais utilizados na sua construção são a madeira, a pedra, o tabique e a telha.

Principais Características		
Localização	Rua do Comércio	
Dimensões	Área de Implantação	267m ²
	Área Bruta	1 138m ²
	Frente	21,19m
	Traseira	18,38m
	Profundidade	13,50m
Organização Interior	Tipo de Escada	Em U
	Nº de Pisos	5
	Ocupação Funcional	Comércio e Vazio Pisos Superiores (P.S.)
Elementos Construtivos	Madeira, Pedra, Tabique e Telha	
Autor do Projeto	Desconhecido	
Ano de Construção	Século XIX	

Fig.83 Principais características do edifício nº 92 a 106

Este edifício foi ainda, na quinta edição dos Jardins Efêmeros¹¹, palco do projeto Casa de Sonho. Este projeto pretendeu criar na cidade espaços infantojuvenis que agregassem os conceitos de biblioteca e de ludoteca, permitindo às crianças e jovens estimular e potenciar a imaginação.

A casa teve zonas distintas para explorar, brincar e ler, com diversas atividades, oficinas, performances e instalações, com o objetivo de potenciar a capacidade de imaginar, sonhar e explorar o ambiente.

¹¹ Teve início em Julho de 2011 e realiza-se anualmente na cidade de Viseu. Como o seu nome indica, este passa pela transformação do Centro histórico num jardim, onde são expostos e realizados trabalhos em diferentes áreas. Este projeto convoca a ideia de cidade através de práticas artísticas, científicas e culturais.

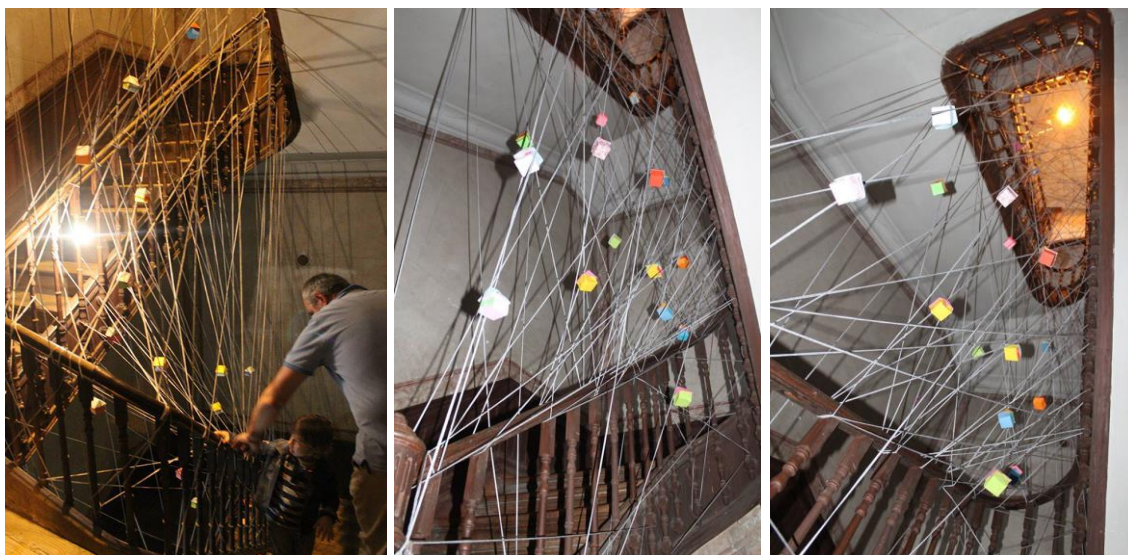


Fig.84 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho



Fig.85 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho

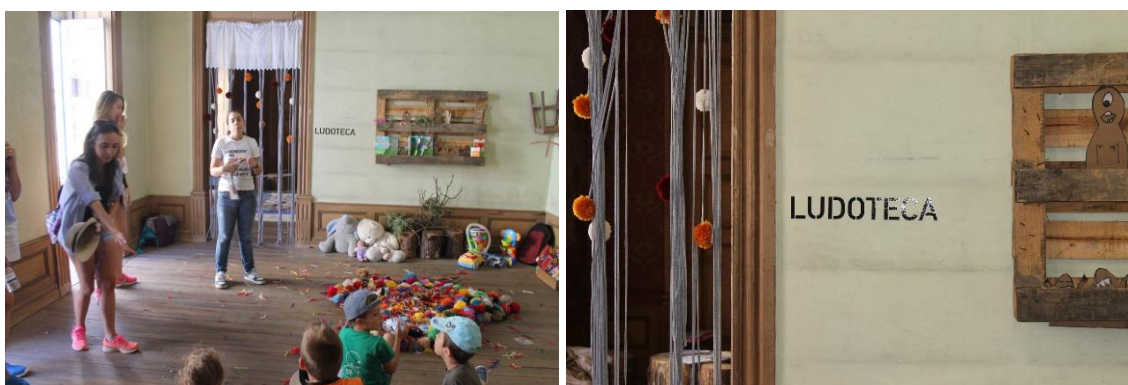


Fig.86 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho



Fig.87 Intervenção no edifício nº 92 a 106 do projeto Casa de Sonho

4.3.3 Análise da Organização Espacial

Inserido na “Zona Especial de Proteção ao Edifício do Antigo Seminário”, o espaço em questão está situado na área de Recuperação e Reconvensão Urbanística. É um edifício de médias/grandes dimensões, com um elevado valor arquitetónico, tanto pelos seus materiais utilizados como pela beleza arquitetónica. No geral este encontra-se num razoável estado de conservação, encontrando-se o chão da cozinha do piso 1 em ruína e o ultimo piso em mau estado, devido aos pássaros que se apropriaram do local e às alterações climáticas que degradaram algumas paredes e partes do revestimento da cobertura. A sua fachada principal é uma fachada bastante trabalhada, com vários pormenores em pedra no redor das janelas e portas e com vários painéis de azulejo¹² que complementam toda a sua imagem. Contém ainda varandas com gradeamento em ferro bastante trabalhado e com vários ornamentos. É uma fachada imponente, chamando atenção do observador. No entanto a sua fachada posterior é muito simples, sem qualquer elemento decorativo, de janelas simples, revestido em cal e chapa ondulada. O único elemento existente é um brasão que pelas suas pequenas dimensões passa quase de despercebido.

¹² Marcação da cimalha e das platibandas do alçado principal por frisos de ornados Arte Nova, de temática floral estilizada - encadeados de túlipas e caules em chicote, efeitos serpenteantes de grande impacto visual.



Fig. 88 Fachada principal Fig. 89 Fachada posterior



Fig. 90 Painéis de azulejos na fachada principal

Para melhor se perceber a organização espacial do edifício será feita uma análise individual para cada piso. O piso -1 é uma cave, apenas com acesso direto da Rua D. Duarte. Este tem 177m², sendo um dos pisos mais pequenos. A sua organização espacial é muito simples, contendo apenas dois compartimentos, um com 107,30m² e outro com 18,50m², sendo que estes não têm ligação interior entre eles. Segundo as plantas originais este continha um acesso vertical para o piso superior, no entanto pelo que se conseguiu apurar através das visitas feitas ao local, essa escadaria não existe atualmente, levando-nos a concluir que foram feitas algumas alterações durante a sua existência. Pelo que se conseguiu apurar este piso era destinada ao comércio, estando atualmente ao abandono.

O piso 0 tem 267m², sendo juntamente com o piso 1 o maior do edifício. O acesso a este piso é feito pela Rua do Comércio, sendo o primeiro piso visível nesta rua mas o segundo na Rua D. Duarte. É um piso amplo sem qualquer divisão. Na planta original o contém os acessos verticais que ligam ao piso -1 e ao piso 1, que atualmente já não existem como referido anteriormente. Os pequenos compartimentos adjacentes aos acessos também já não existe atualmente. Como o piso anterior este era destinado ao comércio, tendo ainda nos dias de hoje a mesma função.

Atualmente este é o único piso que ainda contém uma função sendo todo ele ocupado por uma loja de candeeiros que, no entanto está praticamente vazia, com uma pequena área de exposição e uma área de arrumos no local onde primeiramente estavam localizados os acessos verticais. Adjacente a esta área encontra-se o acesso vertical principal ao edifício. É um compartimento independente dos restantes, sendo bastante exuberante, não só pela escadaria trabalhada com vários elementos decorativos, como toda a sua envolvente que a completa.



Fig.91 Escadas principais

O acesso ao piso 1 é feito pela escadaria descrita anteriormente, saindo deste núcleo do acesso vertical, ingressa-se involuntariamente dentro de uma das três divisões voltadas para a fachada principal, estas com 28,50m², 36,50m² e 26,50m². Estas têm acesso entre elas, e são divisões exuberantes, forradas a papel de parede e com tetos trabalhados, existia aqui alguma preocupação de conforto e formosura. Anexa à primeira encontra-se um pequeno compartimento, com 12,20m², de arrumos que nos guia até ao corredor central que divide o piso em 2 partes (uma parte voltada para a fachada principal e uma segunda voltada para a fachada posterior). Nos topos deste corredor encontram-se dois pequenos compartimentos, um acesso vertical e o outro uma instalação sanitária, com 2,50m², toda revestida de cerâmica contém apenas uma sanita e um lavatório. Voltados para a fachada posterior encontram-se outras quatro divisões, com 16,10m², 16,10m², 14,40 m², e 16,50 m². Contígua à instalação sanitária, situa-se a cozinha, igualmente revestida a cerâmica e com uma chaminé. Ainda mobiliada esta encontra-se bastante degradada, tanto o seu mobiliário como o seu piso que está a ruir. As restantes divisões são de menor importância, tanto pela sua dimensão como pela falta de decoração e cuidado, sendo estes espaços secundários da habitação. Todas as divisões deste piso contém uma ou duas janelas, o que os torna mais arejados e iluminados naturalmente.



Fig.92 Cozinha - Piso 1



Fig.93 Salas principais - Piso 1

Ligeiramente mais recuado na fachada posterior que os restantes, o piso 2, com 253m², assemelha-se bastante ao piso 1 a nível de organização espacial. Saindo do núcleo principal de acesso vertical, encontra-se um pequeno corredor que nos guia ao acesso vertical para o piso de águas furçadas e sequeitamente ao corredor central, que como no piso anterior, o divide 2 partes. Pode-se também ainda aceder à primeira das quatro divisões voltadas para a fachada principal, estas com 23,30m², 16,30m², 27,60m², 20,80 m². Estas divisões ao contrário das do piso anterior são bastante simples sem qualquer exuberância, as três primeiras têm ainda acesso entre elas. No lado oposto existem igualmente quatro divisões, com 17,50m², 21,50m², 20,40m² e 17,70m². Ao contrário do piso inferior a cozinha encontra-se no lado oposto, no entanto é igualmente revertida a cerâmica, contendo também uma chaminé e ainda uma pequena área de arrumos, e acesso direto ao compartimento adjacente. As restantes são como os anteriores, divisões secundárias, sem qualquer tipo de decoração ou cuidado. Existe ainda uma instalação sanitária, no mesmo seguimento da do piso inferior, também revestida a cerâmica, no entanto esta para além da sanita e do lavatório contém também uma banheira. Todos estes compartimentos contém também uma ou duas janelas.



Fig.94 Corredor - Piso 2



Fig.95 Sala secundária - Piso 2



Fig.96 Cozinha - Piso 2



Fig.97 Sala secundária - Piso 2

Acedido por uma escadaria de pequenas dimensões, este é o ultimo piso deste edifício, sendo este de águas furtadas. Com 174m² é o piso mais pequeno de edifício. Com uma área de “receção”, com 19,60m², ligada ao acesso vertical, segue-se um corredor que como os pisos inferiores o divide em dois. No lado voltado para a fachada posterior contém quatro divisões, com 20,50m², 20,30m², 20,40m² e 25,30m². A divisão situada no fundo do corredor possui uma instalação sanitária, contendo apenas uma sanita. Esta divisão pelo mobiliário encontrado deveria ser uma cozinha secundária. Esta divisão e as duas adjacentes possuem uma janela cada uma. Do outro lado do corredor encontra-se uma divisão, com 33,60m², destinada a arrumação, como também o pequeno compartimento, com 8m² que se encontra paralelo ao acesso vertical.



Fig.98 Acesso vertical - Piso 3



Fig.99 Corredor - Piso 3



Fig.100 Sala - Piso 3



Fig.101 Janela - Piso 3



Fig.102 Instalação Sanitária - Piso 3



Fig.103 Mobiliário - Piso 3

4.3.4 Materiais Existentes

Como já referido anteriormente os principais materiais utilizados na construção são a madeira, a pedra, o tabique e a telha.

Toda a estrutura do edifício é feita em madeira, apoiando-se nas paredes de pedra exteriores. A estrutura detém apenas três pilares existentes no piso 0, o que nos leva a concluir que as paredes interiores são essenciais na estrutura como suporte e que todo o peso é distribuído para as paredes exteriores. No caso da estrutura dos pavimentos é organizada de maneira muito simples, colocando os vigamentos principais paralelamente, com um afastamento que pode variar devido a inúmeros fatores, podendo variar entre os 0,20m a 0,40m. A altura dos perfis dos vigamentos depende dos vão a vencer, das distâncias entre vigas, da espécie de madeira utilizada e das cargas em jogo. No caso em que se impõe vãos maiores, como na construção nobre, o pavimento poderá ser ainda organizado de maneira mais complexa, criando um ou mais alinhamentos das vigas principais. A ligação do pavimento com as paredes de apoio é feita através do encaixe das vigas de madeira em aberturas dispostas nas paredes em posição e com a dimensão conveniente. No caso de paredes de alvenaria de pedra irregular, contém uma base de pedra com face superior aparelhada e horizontal, esta evita uma concentração indesejável de compressões na alvenaria, recorrendo a um elemento repartidor ou distribuidor de cargas.

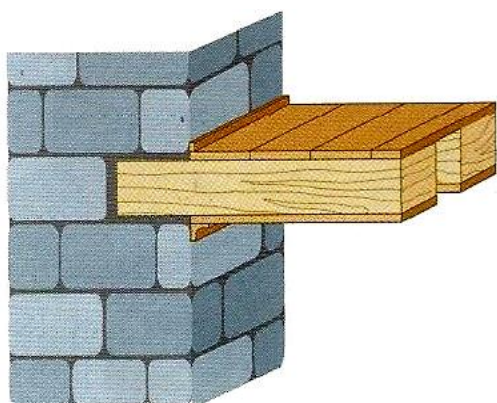


Fig.104 Esquema do apoio da viga de madeira na parede de alvenaria de pedra

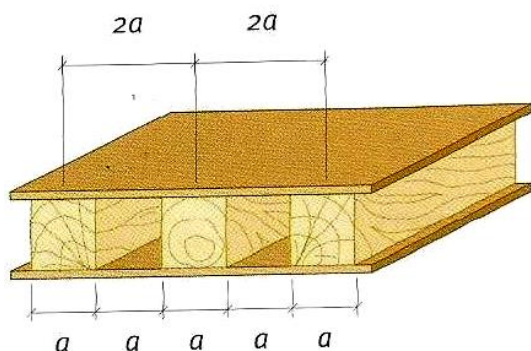


Fig.105 Esquema estrutural de um pavimento em madeira

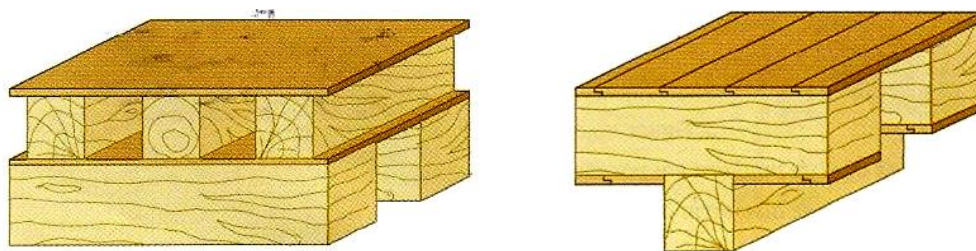


Fig. 106 Esquema de pavimento de vãos múltiplos com vigas de madeira

A estrutura das coberturas é organizada por um conjunto de vigas dispostas paralelamente, vencendo com peças simples os vãos disponíveis.

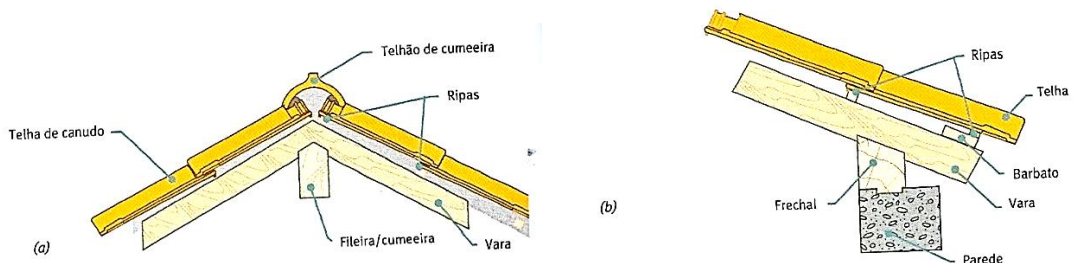


Fig. 107 Esquema da composição da estrutura da cobertura

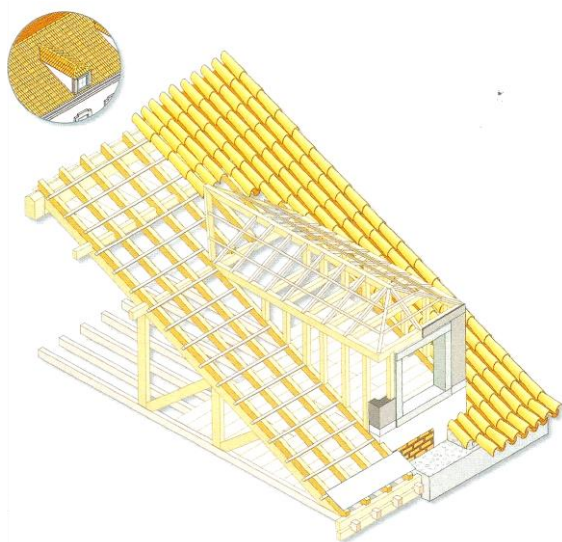


Fig. 108 Esquema da composição do telhado em zona trapeira

A estrutura das escadas é constituída por vigas de madeira que se apoiam, através de samblagens apropriadas, complementados por pregagens nas vigas dos pisos, que para esse efeito são reforçadas. Nesta zona é interrompido o ritmo das vigas de pavimento, apertando-se o seu espaçamento.

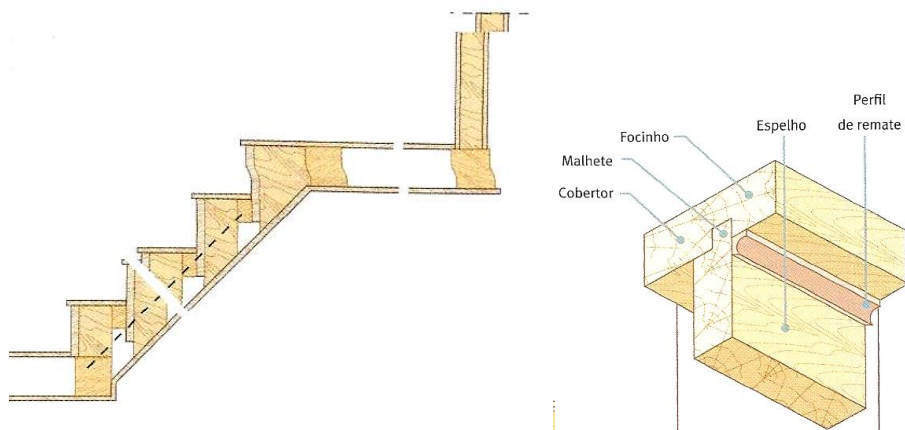


Fig.109 Esquema do pormenor da estrutura da escada e detalhe do degrau



Fig.110 Estrutura da cobertura e do pavimento

As paredes exteriores são de pedra até ao piso 2 na fachada principal e nas fachadas laterais, e até ao piso 1 na fachada posterior, sendo as restantes em tabique. Todas as paredes de pedra estão rebocadas com cal, havendo ainda na fachada principal apontamentos de painéis de azulejos, como referido anteriormente, as de tabique têm o revestimento de chapa ondulada. A largura excessiva das paredes de pedra é derivado a esta se tornar mais pesada, logo a compressão daí resultante funciona como uma força estabilizadora, equilibrando as forças horizontais deslizantes e derrubantes, como por exemplo, a impulsos de terra, a elementos estruturais como arcos, a ventos, a sismos, entre outras. Outra razão é que quanto mais largas são, menor é o risco de instabilidade por curvatura, e ainda que o aumento da largura da parede corresponde a um aumento do núcleo central, o que do ponto de vista da resistência dos materiais, significa dizer que aumenta a capacidade da parede suportar forças e derrubamento, sem que corra risco de fendilhação do material.



Fig.111 Pormenor dos painéis de azulejos na fachada principal

As paredes interiores desempenham uma função estrutural de relevo, já que a própria arquitetura dos edifícios, a organização dos espaços e as limitações estruturais dos materiais disponíveis na altura, fazem com que se mobilize a capacidade da resistência da maioria das paredes. As paredes que não recebem diretamente cargas verticais têm também um papel importante no travamento geral das estruturas, fazendo-se através destas a interligação entre paredes, pavimentos e cobertura. Estas são todas em tabique¹³ rebocadas com cal, excetuando as cozinhas e as casas de banho que são revestidas em cerâmica. Algumas salas, as principais, têm também as paredes forradas a papel de parede, de forma a dar-lhes mais relevância no edifício. Os pisos são em madeira, excetuando as cozinhas e as casas de banho que são em cerâmica. Os tetos do piso -1 e 1 são todos rebocados com cal, estes são lisos sem nenhum elemento decorativo. No piso 1 os tetos são em ripado de madeira excetuando as duas primeiras salas principais e o corredor que são rebocados com cal. Estes tetos são trabalhados com elementos decorativos. O teto da terceira sala principal também era bastante trabalho, no entanto é em madeira. No piso 2 e 3 os tetos são em ripado de madeira, excetuando os corredores do piso 2 que são rebocados a cal, também com alguns elementos decorativos.

¹³ Os tabiques em madeira são obtidos pela pregagem de um fasquiado sobre tábuas colocadas ao alto, ou inclinadas, em espinha, sendo o conjunto revestido, em ambas as faces, com barro ou com rebocos de argamassa em cal.

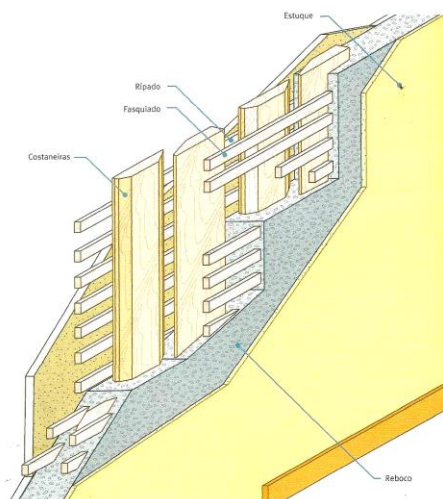


Fig.112 Esquema da parede em tabique de prancha ao alto, usando peças costaneiras com reboco sobre fasquiado ou ripado de madeira

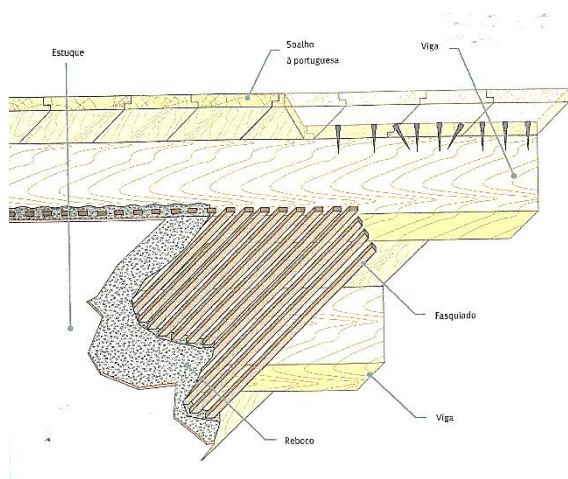


Fig.113 Esquema de representação de pavimento com vigas de madeira revestidas superiormente com soalho de madeira pregado e teto com reboco sobre fasquio igualmente pregado às vigas.



Fig.114 Pormenor construtivo das paredes interiores



Fig. 115 Revestimento da parede interior da sala principal do piso 1 e do teto da sala principal adjacente

A cobertura têm duas águas, de telha vermelha apoiada numa estrutura em madeira com o beiral saliente. A sua inclinação é derivada ao local onde o edifício está localizado e ao facto do sótão ser habitável. No teto existe ainda uma estrutura horizontal, idêntica à da cobertura, que suporta o forro do teto. Estas barras horizontais são interligadas com as barras inclinadas, dispendo de alguns elementos complanares, constituindo assim uma simples asna de madeira.



Fig. 116 Estrutura e revestimento da cobertura

As escadas são todas em madeira, sendo que as paredes que torneiam a escadaria principal têm um rodapé em madeira e superiormente a esse rodapé, as paredes são pintadas com uma técnica denominada de **trompe l'oeil**¹⁴ a imitar o mármore. Com dimensões generosas, esta desempenha não só um papel importante na comunicação e ligação entre pisos mas também como elemento decorativo, com uma expressão marcante. As restantes são de menores dimensões e desempenham um papel secundário no edifício. Os tetos dos acessos verticais são também revestidos em cal.

¹⁴ Trompe l'oeil provém de uma expressão de língua francesa que significa “enganar o olho”, é técnica artística com truques para criar uma ilusão de ótica.



Fig.117 Pormenor dos materiais utilizados nas escadas

As portas exteriores são em ferro, e as portas interiores são em madeira, ambas com duas folhas. As janelas são em madeira, com vidro simples quadriculado. A grande maioria das janelas são de duas folhas, existindo janelas fixas no piso 0 e janelas deslizantes verticais (guilhotina) no piso 2. A grande maioria das portas e janelas são bastante trabalhadas com bastantes ornamentos.

A cantaria desempenha uma função estrutural, localizando-se a pedra emparelhada nas zonas mais importantes do edifício. Desempenha também uma função decorativa, marcando a qualidade arquitetónica e o poderio económico dos seus proprietários. Estas são em pedra e foram aplicadas como remate das construções de alvenaria em pedra, integrando-se nestas e constituindo um elemento nobre de reforço.



Fig.118 Pormenor das portas e janelas

Ao nível de método construtivo e materiais utilizados, este edifício tem todas as características de uma casa nobre daquela época.

Capítulo 5 - Proposta de Reabilitação do Edifício nº 92 a 106 na Rua do Comércio

5.1 Introdução

Neste capítulo desenvolve-se a memória descritiva do projeto, onde é apresentada a proposta e o conceito e onde são descritas passo a passo e justificadas todas as ações tomadas desde da organização do espaço, aos pormenores construtivos.

Após as análises anteriormente efetuadas ao centro histórico, deparamo-nos com uma área que durante quase toda a sua existência era a cidade propriamente dita, onde todas as atividades da população eram realizadas somente neste local, no entanto sofreu várias alterações durante os séculos, crescendo em toda a sua periferia e o que era antes toda a cidade passa a ser um pequeno núcleo dentro dela. Estas alterações criaram uma fuga da população para as periferias à procura de melhores condições e mais conforto, o que levou à praticamente total desertificação do que é atualmente o centro histórico. Nestes últimos anos começou a haver uma tentativa de inverter esta situação através da reabilitação do seu edificado, no entanto a população que ainda lá habita é maioritariamente idosa. Através desta análise, conclui-se que o programa a propor para a reabilitação deve ser de interesse geral, polivalente e dinamizador, dirigido à população mais idosa, pois esta é a maioritária nesta área e são pessoas que quando se aposentam tem necessidade de continuar a ter uma vida ativa e se sentirem úteis e também estar dirigido à população mais jovem, de forma a contribuir para a sua formação pessoal e a incentiva-la a habitar este local.

5.2 Proposta

Após estas observações, concluiu-se que o programa indicado necessitaria estar ligado com as artes, pois estas tem uma grande importância na formação cultural e social. É uma forma de o ser humano expressar as suas emoções, histórias, cultura, através de alguns valores estéticos como a beleza, harmonia e equilíbrio. Ela traduz as experiências da vida, além de ser um veículo de informação. A arte pode ser representada através de várias formas, como na música, na escultura, na pintura, no cinema, na dança, entre outras. Após o seu surgimento, há milhões de anos, esta foi evoluindo e ocupando um importantíssimo espaço na sociedade, sendo atualmente praticamente indispensável nas nossas vidas.

A proposta de reabilitação passa então, pela criação de um centro de excelência nas áreas da criatividade, invocação, desenvolvimento e artes, um espaço multifuncional, dedicado à atividade cultural e artística, que tem como principais objetivos:

- Criar momentos lúdicos, educativos, recreativos e culturais para que se potencie a capacidade imaginativa e criativa, contribuindo para o desenvolvimento educativo, cultural e social da comunidade em contextos não formais.
- Apoiar a inserção de jovens e idosos no mundo das artes, proporcionando experiências em vários campos.
- Criar uma ponte dinamizadora entre as escolas, os lares e as artes.
- Proporcionar meios e estratégias de suporte do desenvolvimento relacionados com as artes.
- Ser polo dinamizador do centro histórico, potencializando a sua capacidade de atração e turismo, recuperando esta área fundamental da cidade.

5.3 Conceito

O principal conceito do projeto é a relação entre o antigo e o novo, criando interiores desconfigurados, isto é, criar um conjunto de espaços contruídos pontualmente, em pontos de ligação entre salas e com conexão com áreas de circulação. Estes espaços serão numa fase vazios, que aludem ao tema global e que se constituem como espaços de pausa no percurso, em ponto rodais, funcionando como ponto de observação. Neste caso as áreas desconfiguradas representam o novo, através das suas formas, alturas e materiais utilizados. Procura-se com a construção destes vazios que o observador tenha diferentes experiências através da sua percepção, onde viva o acontecimento sem na realidade estar dentro dele.

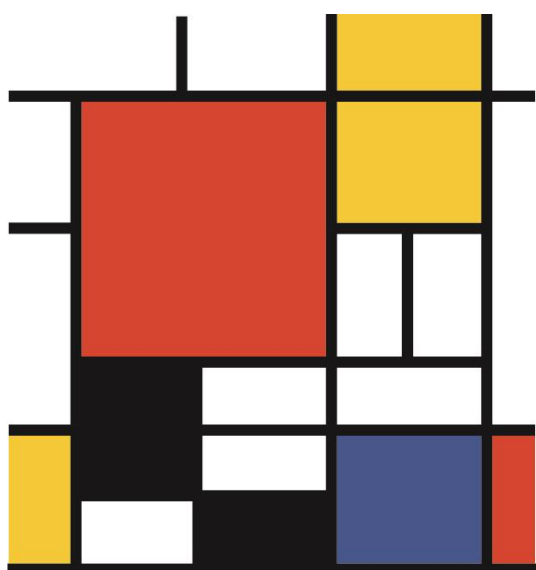


Fig.119 Quadro inspirador para o conceito de Piet Mondrian

Pretende-se que a luz destes vazios seja uma luz indireta que para além dos diferentes materiais utilizados na sua construção, a luz os diferencie, e os marque dos restantes espaços, sendo um dos suportes que informam das transições de um núcleo para os outros.

Para além destes vazios, existem ainda aberturas nas paredes divisórias das salas que fazem ligação entre elas. Estas poderão estar abertas ou fechadas através de um sistema de **brise de soleil** em ripado de madeira, funcionaram como uma espécie de labirinto complementando os vazios. As salas poderão, então funcionar como uma só ou individualmente.

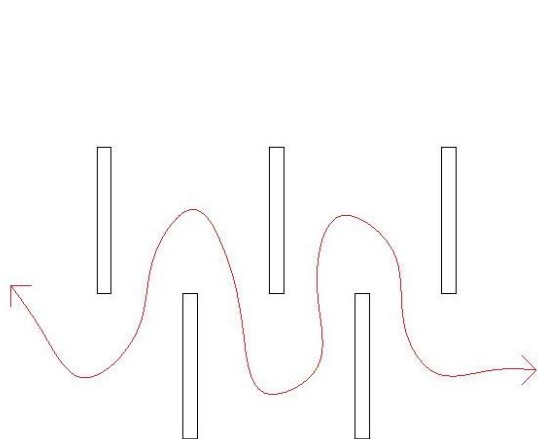


Fig. 120 Esquema de fluxos

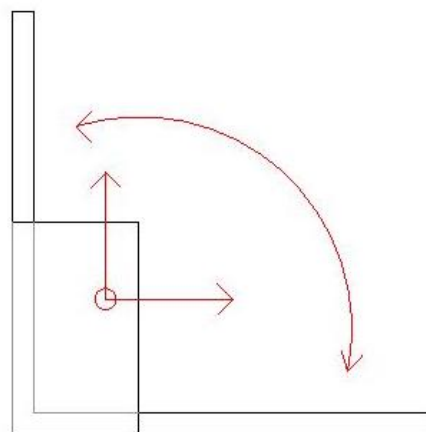


Fig. 121 Esquema de observação dos fluxos

A organização dos fluxos pretende o resgate do seu protagonismo e o restabelecimento da sua importância como o espaço de permeabilidade, das trocas e da visão do belo.

Com o objetivo de demolir o mínimo de paredes possível, estes espaços serão como volumes geométricos que perfuram as paredes, sendo ainda visível no topo a existência da parede original. Pretendendo-se que através do branco, do preto, da transparência, dos jogos de luz, relação de alturas e do existente o próprio espaço seja uma obra de arte.

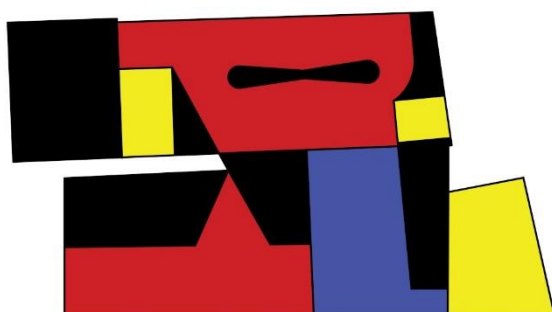


Fig. 122 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 0

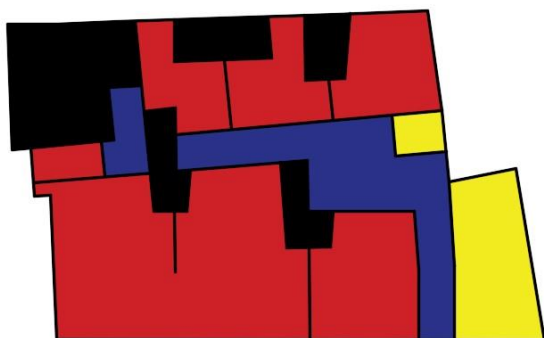


Fig. 123 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 1

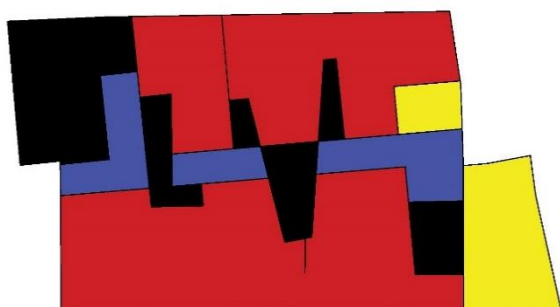


Fig. 124 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 2

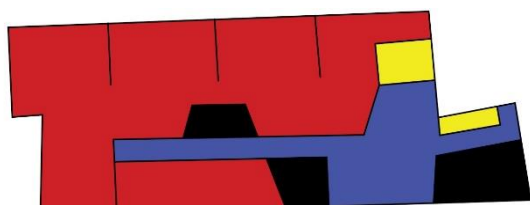


Fig. 125 Esquema do conceito inspirado em Piet Mondrian - Piso 3

5.4 Programa

O programa previsto define um conceito claro e os objetivos que se pretendem alcançar com esta reabilitação, elencando uma série de valências e espaços que constituem um programa funcional.

Nele estão incluídas salas de workshops, incubadora de ideias, salas de dança e teatro, salas de ensaios de música mais gravadora e sala de edição, snack-bar com espaço de leitura e internet e um salão nobre, além das instalações sanitárias, receção e acessos verticais.

As salas de workshops são multifuncionais, isto é, o programa propõem que haja uma vasta lista de atividades que nelas podem ser realizadas, como por exemplo, pintura, escultura, desenho,

ilustração, leitura, croché, entre outros. Este leque variadíssimo de atividades é vantajoso pois atrai mais pessoas, visto haver uma escolha mais alargada que agrada a toda a população.

A incubadora de ideias é composta por ateliês emergentes de apoio à criatividade, contruídos por espaços de trabalho, de vocação artística, destinados a qualquer tipo de pessoas que, em diversas áreas de atividade artística, pretendam desenvolver projetos de caráter temporário.

As salas de dança e teatro são salas com o objetivo de promover a atividade física, ajudando a coordenação motora, no desenvolvimento cognitivo, na comunicação entre as pessoas e na saúde orgânica e mental.

As salas dedicadas à música, têm um importante papel na sociedade, fazendo parte do nosso dia-a-dia. Esta parte do programa têm o objetivo de promover pequenas bandas e pequenos cantores, dando-lhes a oportunidade de ensaiarem e gravarem a um custo menor, e ainda propagar a música a toda a população.

O salão nobre é um espaço multifuncional, de criação de galeria de arte, espaço de exposição, salas de debates, encontros temáticos, entre outros, uma área que possa complementar todo o programa.

5.5 Estratégia de Reabilitação Funcional

A estratégia passa por preservar a integridade volumétrica do edifício pré-existente, sublimar a natureza e a força volumétrica, preservando e respeitando os valores culturais, históricos e estéticos do existente e as premissas básicas do projeto original, na manutenção do sua integridade e do seu desenho, que resolve engenhosamente em um único volume. Através de novos elementos, novas formas, novos materiais e técnicas criar uma ligação entre o antigo e o novo, realçando todo o seu existente e plenitude. Esta ligação entre o antigo e o novo cria ao observador uma nova experiência durante todo o seu percurso, cada espaço terá uma nova imagem, uma nova sensação.

5.6 Descrição do projeto

Os acessos verticais serão três escadas e um elevador. Duas das escadas já existiam previamente, a terceira foi projetada no local onde no projeto original já existia uma. O elevador foi projetado no local onde existia também umas escadas, aproveitando a caixa de escadas para fazer a caixa de elevador. O acesso principal é a escadaria que funciona num núcleo independentemente, esta dá acesso do piso 0 ao piso 2. É imponente pelos seus elementos decorativos que serão mantidos como os originais. A segunda escadaria dá acesso do piso -1 ao piso 0, é uma escadaria nova, no entanto será toda projetada em madeira de modo a se integrar com as restantes.

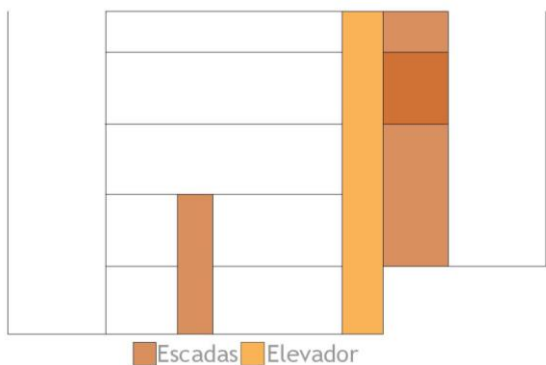


Fig.126 Esquema dos acessos verticais

Esta última escada é essencial para criar uma ligação no edifício entre as duas ruas, esta ligação é muito importante porque aumentará os fluxos no edifício. Contíguo a esta e integrando o conceito de espaços desconfigurados, delineou-se uma abertura, em que o ripado em madeira do gradeamento da escadaria terá continuidade para esta abertura, contornando-a. A terceira escada dá acesso do piso 2 ao piso 3, manterá as suas características originais de madeira, sendo apenas alterado o gradeamento pelo mesmo ripado de madeira da anterior.

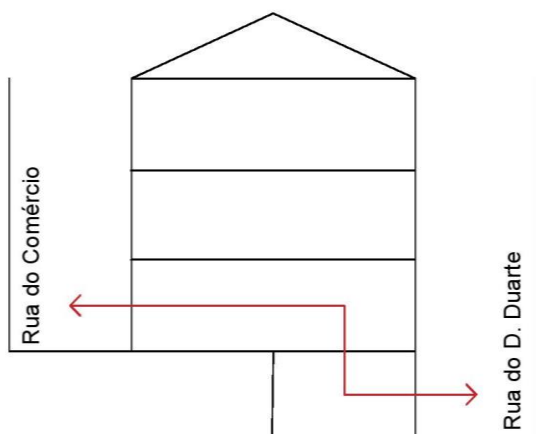


Fig.127 Esquema da ligação da Rua do Comércio com a Rua D. Duarte

O piso -1 contém um salão nobre, umas instalações sanitárias femininas e masculinas, uma área técnica, que tem acesso interior e acesso exterior para facilitar em caso de problema e para poder existir uma melhor ventilação do espaço, e uma rega, é a sala mais pequena e está destinada para o auxílio dos eventos realizados no salão nobre.

No piso 0 contém a receção, com acesso direto ao núcleo das escadas. Estando este núcleo assente numa cota mais baixa que a receção, esta ligação é feita por três degraus. O restante piso é devoto ao snack-bar, neste está inserido a copa, com instalação sanitária e cacifos para os funcionários, uma zona de refeições voltada para a Rua do Comércio, uma zona de leitura e internet voltada para a Rua D. Duarte, sendo este um espaço mais calmo e tranquilo. No espaço

de leitura existe uma estante inserida na organização do espaço, onde a intenção é que haja troca de livros por parte da população. Existem ainda instalações sanitárias femininas e masculinas.

No Piso 1, ao sair do núcleo das escadas ingressa-se num corredor que dá acesso a um hall de receção e conseqüentemente ao corredor central que divide o piso em 2 áreas. No fundo desse corredor encontra-se uma pequena sala de arrumos. No seu lado direito encontram-se as instalações sanitárias femininas e masculinas. Estas estão localizadas na antiga cozinha de modo a facilitar a passagem de toda a canalização necessária. Adjacente a esta encontram-se três compartimentos referentes á incubadora de ideias. Esta engloba dois volumes de vidro que penetram nas paredes divisórias. Estes volumes funcionaram como pequenas salas de trabalho individual, ou até mesmo um ponto de descanso. Do outro lado do corredor encontram-se três salas de workshops, estão serão organizadas conforme as atividades lá realizadas. Todas têm lavatórios, podendo ser necessário em alguma atividade. Duas das salas têm ligação entre elas, podendo funcionar como uma só ou individualmente através do sistema **brise de soleil** em ripado de madeira. Os vazios localizam-se na ligação do corredor com as salas de workshops, nas suas paredes divisórias, sendo que um deles têm continuidade para uma das salas da incubadora de ideias, que faz ligação com o corredor de acesso às instalações sanitárias. Todos os elementos inseridos têm diferentes materiais, formas, tamanhos e alturas de maneira a criar diferentes espaços, com diferentes características e sensações.

No piso 2, semelhante ao piso 1, ao se sair no núcleo de escadas ingressa-se num corredor que no dará acesso a um hall de receção, que nos dá acesso às escadas de acesso ao piso 3 e ao corredor central. As instalações sanitárias femininas e masculinas localizam-se no mesmo alinhamento das instalações sanitárias do piso de baixo. Adjacentes a estas encontram-se três salas de workshops, que como já referido anteriormente, serão organizadas conforme as atividades lá realizadas. Duas salas têm acesso entre elas, podendo funcionar em conjunto ou em separado, através do sistema já referido anteriormente. Do outro lado do corredor situam-se três salas dedicadas à dança e ao teatro. Estas três salas têm acesso entre as elas, podendo funcionar as três juntas, individualmente ou então duas a duas. O sistema utilizado será o mesmo já descrito anteriormente. Os vazios encontram-se na ligação do corredor com as paredes divisórias dos compartimentos, criando uma ligação de continuidade entre os dois lados do corredor. Todos os elementos inseridos têm diferentes materiais, formas, tamanhos e alturas de modo a criar dinamismo quando se percorre o espaço.

No piso 3, ao subir as escadas acede-se a uma sala de convívio aberta, com uma zona de descanso e uma zona de computadores. No lado direito encontra-se a sala de mistura e adjacente a essa encontrasse as salas de gravação, com acesso entre elas. Estas ainda contém um volume em vidro que penetra nelas vindo do corredor, este é um compartimento especial para o vocalista, sendo necessária aquando a sua gravação. Este será também em vidro para o corredor de maneira a se poder ter a perceção que ali acontece. Do outro lado do corredor

encontra-se a sala de produção sendo somente uma sala com computadores, onde toda a informação das gravações é tratada. No fundo do corredor encontra-se a sala de ensaios. Esta por ventura pode também ter acesso às salas de gravação através do sistema **brise de soleil**. Como os restantes pisos os elementos inseridos têm diferentes materiais, formas, tamanhos e alturas.

Visualmente as fachadas manter-se-ão iguais, existindo apenas algumas pequenas alteração, como as janelas e cor das fachadas. Estas serão para melhoria das condições térmicas e acústicas do edifício.

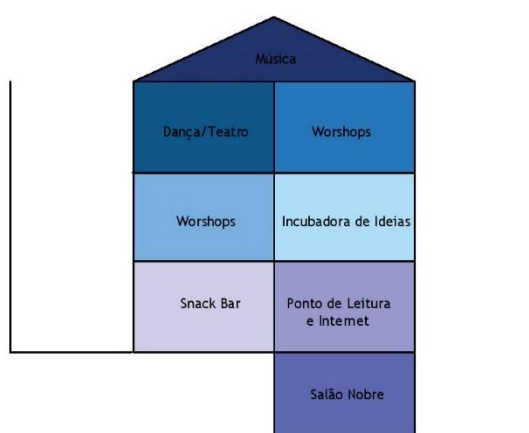


Fig.128 Esquema funcional da proposta

5.7 Soluções Construtivas

5.7.1 Estrutura

A intervenção na estrutura de madeira de pavimentos, visando a sua preservação, implica um conjunto de medidas de reparação e reforço. Entre as várias soluções, foi pensada como melhor solução a colocação de novas vigas, fixadas às existentes, selecionando o material e a sua geometria, de modo a obter como resultado final o controlo pretendido da deformação do pavimento. As novas vigas também são em madeira, com a altura igual às existentes, podendo variar a largura conforme as necessidades. No caso de deterioração associadas a ataques de fungos e insetos, a solução a aplicar será a remoção da zona danificada, fazendo-se a substituição por uma prótese do mesmo material. A ligação entre a viga existente e o novo elemento será feita através de elementos metálicos auxiliares, sendo estes auxiliados pelas vigas anteriormente descritas. Será necessário também fazer um tratamento para preservar a madeira.¹⁵

¹⁵ APPLETON, 2011: 211 a 221

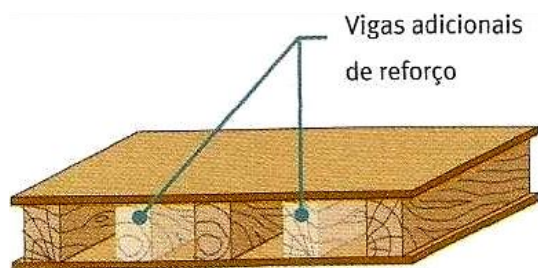


Fig. 129 Esquema de reforço de resistência de pavimento com novas vigas de madeira

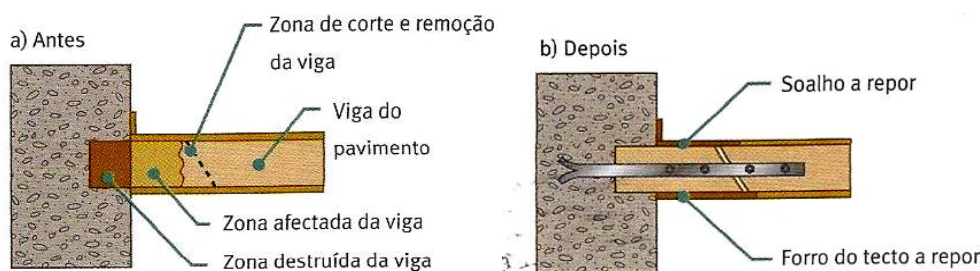


Fig. 130 Esquema de substituição do troço de viga de madeira de um pavimento

Relativamente à estrutura da cobertura são válidas as considerações que foram expostas anteriormente. As coberturas estão em constante deterioração devido à exposição à chuva, à perda de estanquidade, a deformação excessiva, e à deterioração de elementos estruturais e não estruturais, incluindo os sistemas de drenagens de águas pluviais. Neste caso de estrutura de madeira na cobertura, a principal deterioração na madeira é provocada por fungos e insetos. A solução passa pela substituição ou reconstituição das zonas degradadas, utilizando o mesmo procedimento anteriormente descrito na reparação dos pavimentos. Nas zonas a reparar ou a reconstruir serão reforçadas com elementos metálicos de ligação, complementando as ligações pregadas. As chapas de aço deverão ser devidamente tratadas de modo a que fique assegurada a proteção contra a corrosão e serão pregadas ou aparafusadas à madeira. A forma com se faz a ligação com as paredes é também bastante importante. Os apoios das asnas nas paredes serão dotados de peças especiais, constituindo berços de chapa de aço em que descansam as peças de madeira. Será também necessário, como já referido anteriormente, fazer um tratamento para preservar a madeira.¹⁶

¹⁶ APPLETON, 2011: 224 a 227

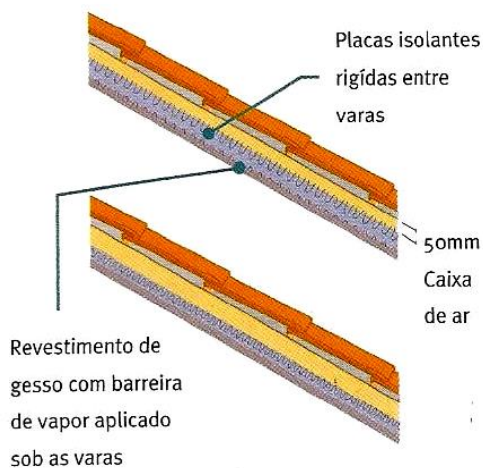


Fig.131 Esquema de reforço de isolamento térmico de coberturas ao nível dos forros

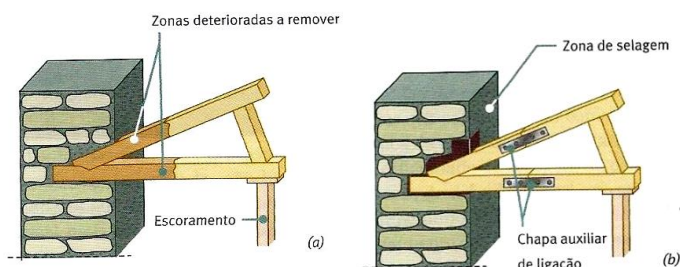


Fig.132 Esquema de substituição do apoio da asna de madeira

5.7.2 Paredes Exteriores

As paredes exteriores, como já descrito anteriormente, são de pedra até o piso três na fachada principal e nas fachadas laterais e até ao piso dois na fachada posterior, sendo as restantes em tabique. Nas paredes de pedra não será feita qualquer alteração, serão apenas rebocadas em cal de maneira a manter o original. No seu exterior serão pintadas num tom alaranjado e no interior de branco. No que diz respeito às paredes em tabique será acrescentado um isolamento térmico e acústico pelo interior¹⁷, seguidamente revestidas a gesso cartonado, mantendo a cor branca no interior. No exterior, de modo a manter a aparência original, as paredes em tabique serão revestidas com chapa ondulada.

5.7.3 Paredes Interiores

As paredes divisórias interiores são todas em tabique, neste caso é necessários proceder à remoção dos rebocos afetados por fendilhações e degradações e verificar a existência de eventuais ruturas dos elementos de madeira ou das suas interligações. Sequentemente a sua

¹⁷ Informação sobre a aplicação deste material no ponto “Melhorias das Condições Térmicas e Acústicas”

reparação constituirá na aplicação de uma camada de argamassa de cal e areia, destinada a recobrir o fasquiado da madeira, seguida da aplicação de uma rede de aço distendido galvanizado, destinada a absorver e distribuir as forças originadas pela retração das argamassas. Sendo a madeira o principal material utilizado nestes elementos, problemas como água infiltrada, fungos e insetos será real. Neste caso a solução passará pela substituição dos elementos danificados, pela técnica de colocação de uma prótese de material igual ou semelhante no local da zona afetada. Após esta reparação será aplicado isolamento térmico e acústico¹⁸ seguidamente revestido de gesso cartonado em ambas as faces. O gesso cartonado além da facilidade de colocação de instalações elétricas e outras no seu interior, fácil de transportar e de montar, é ainda leve, não sobrecarregando a estrutura.¹⁹ As paredes serão todas de cor branca, excetuando as instalações sanitárias que serão revestidas em cerâmica de cor preta. A escolha desta cor vêm com a intenção de diferenciar o novo do antigo, contrastando com o existente. As paredes dos vazios serão em vidro duplo liso.

5.7.4 Pavimentos

A solução optada para os pavimentos será a colocação de isolamento térmico e acústico²⁰ entre as vigas de madeira da estrutura, com a manutenção do revestimento de madeira existente, devidamente tratado e envernizado. No caso da madeira degradada será substituída pela madeira removida que se encontrar em boas condições, no caso de não haver, será substituída por madeira nova o mais semelhante possível ao existente. Os pavimentos das instalações sanitárias serão em cerâmica de cor preta como referido anteriormente. Os pisos dos vazios serão em linóleo a imitar o mármore. A escolha deste material é derivada ao fato de ser um material leve, não sobrecarregando a estrutura. Ambos os pavimentos serão assentes sobre a madeira existente. A recepção e o salão nobre serão revestidos a granito, com o objetivo de possuírem mais relevância.

5.7.5 Cobertura

A cobertura será mantida igual à existente, apenas será aplicado o isolamento acústico e térmico²¹. As telhas serão mantidas as mesmas substituindo-se as que estiverem degradadas.

¹⁸ Informação sobre a aplicação deste material no ponto “Melhorias das Condições Térmicas e Acústicas do Edifício”

¹⁹ APPLETON, 2011: 293 e 294

²⁰ Informação sobre a aplicação deste material no ponto “Melhorias das Condições Térmicas e Acústicas do Edifício”

²¹ Informação sobre a aplicação deste material no ponto “Melhorias das Condições Térmicas e Acústicas do Edifício”

5.7.6 Acessos Verticais

Existem no projeto quatro acessos verticais, três escadas e um elevador. A solução optada para as escadas foi manter as suas características originais, recuperando apenas o que está degradado, e no caso de ser necessário substituir por peças mais idênticas possíveis. No caso das escadas novas, a solução optada é de a contruir em madeira, de modo a manter as características originais e o mais semelhante possível com as existentes. O gradeamento destas será em ripado de madeira, este irá até ao chão, criando efeitos de luz, com as luzes colocadas nas laterais das escadas.

O elevador instalado contém um sistema Gen2® Flex²² ideal para edifícios reabilitadas, pois neste tipo de edifícios cada centímetro conta, e este tipo de elevador está desenhado para proporcionar uma solução altamente eficiente, contendo as seguintes vantagens:

- Não contém casa de máquinas, logo obtém-se mais espaço;
- Contém uma configuração cantilever, sendo apenas necessária uma parede de apoio;
- Com a possibilidade de instalação do contrapeso ao lado ou atrás na caixa, permite largura e/ou profundidade reduzida como de 620mm, que permite a instalação de uma caixa muito mais pequena;
- Como a máquina é fixada nas guias, as cargas são transferidas para baixo, para o poço, reduzindo as tensões no edifício. Isto permite que o este sistema seja instalado em caixas com diferentes tipos de paredes, tais como tijolo, betão ou aço com painéis metálicos ou de vidro.
- Este sistema pode ser instalado no interior ou no exterior do edifício.



Fig. 133 Esquema do elevador com sistema Gen2® Flex

²² Informação sobre este elevador em otis.com/site/pt/pages/Gen2Flex1.aspx?menuID=2

5.7.7 Melhorias das condições Térmicas e Acústicas

A solução optada para as melhorias do conforto térmico, no caso das paredes exteriores, foi a aplicação de isolamento térmico pelo interior. Este apresenta as seguintes características essenciais:

- A sua aplicação não é afetada pelas condições climáticas;
- O acesso às superfícies a tratar é fácil;
- Não tem qualquer efeito na aparência exterior do edifício;
- É simples de aplicar e mais económica.

A solução optada consiste em aplicar à face da parede painéis isolantes, de gesso cartonado, sobre o qual foi previamente inserido uma camada de isolamento térmico. O isolamento utilizado será o poliestireno extrudido de alta densidade.

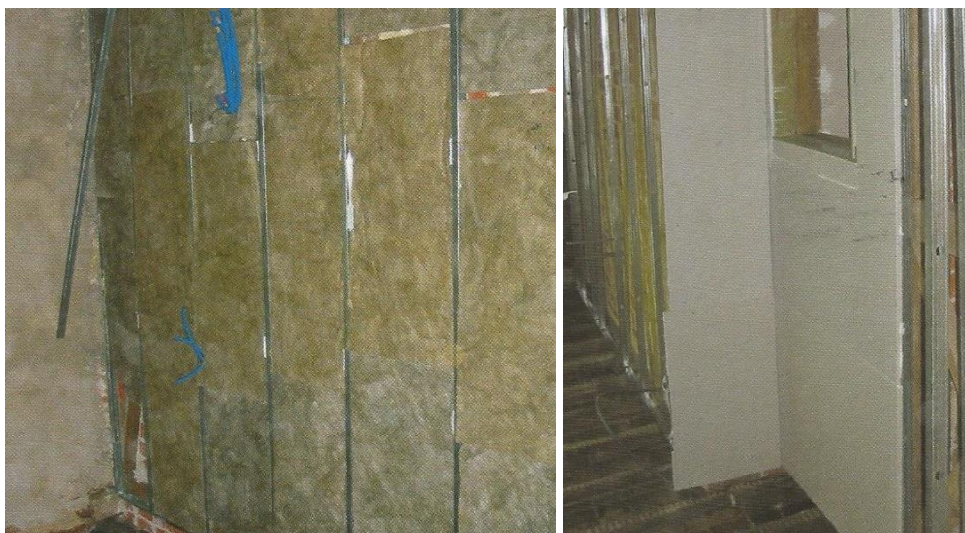


Fig. 134 Representação da inclusão de absorvente acústico e térmico, sequeamente a aplicação de gesso cartonado

No caso de coberturas a solução optada será a inserção de placas rígidas ao nível da cobertura. Esta é a solução ideal para este caso, por existe um aproveitamento do sótão, isto é um sótão habitável. Neste caso, as placas são colocadas entre as varas da estrutura da cobertura, evitando-se o seu deslizamento, contento ainda uma caixa-de-ar entre a face superior do isolamento e a face inferior do ripado da cobertura de modo a minimizar o efeito de condensação. Estas placas serão revestidas inferiormente por placas de gesso cartonado.



Fig.135 Representação da inclusão de absorvente acústico e térmico entre as vigas de madeira da cobertura

No caso dos pavimentos a solução a optar será semelhante ao caso das coberturas, será a inserção de placas rígidas ao nível do teto entre as vigas de madeira da estrutura. Estas serão então revestidas com gesso cartonado no teto. O isolamento utilizado, tanto para os pavimentos como para a cobertura será placas de poliestireno expandido.²³



Fig.136 Representação da inclusão de absorvente acústico e térmico entre as vigas de madeira do pavimento

As melhorias das melhorias acústicas foi optado para o pavimento a colocação de uma tela acústica, simultaneamente com o isolamento térmico. Foi também optado pela colocação de tetos falsos, que além de fortalecerem as melhorias acústicas, facilitam na colocação e passagem da iluminação e de toda a tubagem necessária para o bom funcionamento do edifício.²⁴No caso das paredes interiores o isolamento a solução optada constitui em aplicar à face das paredes existentes painéis isolantes, de gesso cartonado, sobre o qual foi previamente inserido uma camada de isolamento acústico. No caso de paredes interiores novas, a solução optada será a execução das mesmas em placas de gesso cartonado com isolamento acústico no interior. O isolamento utilizado será a lã de rocha.

²³ APPLETON, 2011: 248 e 258

²⁴ APPLETON, 2011: 263 e 270



Fig.137 Representação da aplicação de teto falso suspenso

5.7.8 Risco Contra Incêndio

No que se refere às medidas a tomar para reduzir o risco de deflagração dos incêndios, salienta-se a inserção de instalações elétricas e de gás mais modernas, como a criação de uma área técnica, devidamente ventilada e com acesso direto ao exterior para albergar todas as instalações de maquinaria e de materiais inflamáveis e combustíveis.²⁵

5.7.9 Porta e Janelas

As portas exteriores são em ferro e serão mantidas as mesmas, fazendo-lhe apenas um tratamento necessário. As portas interiores são em madeira, sendo também mantidas as mesmas fazendo apenas um tratamento para preservar a madeira, e enverniza-las.

Os rodapés existentes serão todos removidos, expeto os rodapés das escadas principais, pois além de bastante degradados, são todos de formas, feitios e tamanhos diferentes não dando uma clareza ao espaço.

No que diz respeito às janelas serão todas substituídas por novas janelas também em madeira para manter a mesma linguagem das anteriores, no entanto terão mais isolamento acústico e térmico, sendo estas com vidro duplo. Estas novas janelas serão mais contemporâneas sem o quadriculado das originais, de modo a criar também na fachada uma ligação entre o antigo e o novo, dando mais realce aos restantes elementos decorativos. Os corrimões das varandas manter-se-ão os mesmos, sendo limpos, se necessário soldar alguma peça solta e voltar a metalizar e pintar.

²⁵ APPLETON, 2011: 227 e 237

Desenhos Técnicos

Conclusão

O centro histórico de Viseu é em grande medida fruto do seu traçado medieval orgânico, alcandorado à sombra do poder eclesiástico e recolhido no interior das muralhas de D. Afonso V, que definem os seus limites.

Do século XVI chegam até aos dias de hoje, edifícios, de vãos trabalhados, marcando a ancestralidade das ruas. Ocorrendo o grande desenvolvimento da cidade nos séculos XVI, XVII e XVIII, tendo até aos séculos anteriores estagnado o seu crescimento. De facto só no século XIX a cidade sente necessidade de grandes expansões programadas ultrapassando os terreiros medievais e cortando assim com a tradição do crescimento orgânico da cidade. Assinala-se nesta época grandes avenidas e a destruição de importantes troços da muralha na tentativa de fundir a cidade nova com a velha.

No século XX a cidade continua a crescer com uma configuração radiocêntrica mantendo o casco antigo como sua centralidade, um centro religioso, cultural e em parte comercial.

O centro histórico de Viseu é assim considerado um património em risco de se perder. Mais do que edifícios imponentes, presencia-se uma densa malha urbana que encontra o seu valor na coerência do seu conjunto, necessitando de ser salvaguardada. Sendo então necessário conhecer e dar a conhecer a sua identidade e especificidade.

Através da análise conclui-se que este é um espaço de uso misto, prevalecendo a habitação, o comércio e o turismo. A mobilidade, a acessibilidade e a circulação pedonal e automóvel apresentam problemas de condicionamento. O estado de conservação do edificado e dos pavimentos é coerente, no entanto, os vãos, portas e janelas apresentam problemas de conservação e requalificação. A qualidade urbana e visual do espaço público é muito dependente da qualidade destes factos preponderantes e da sua coesão global

Este estudo remete para um centro histórico que possa abrigar diferentes funções e pessoas, que possa crescer de forma ordenada e a sofrer alterações que o conserve sem descaracterizá-lo, isto é, que guardem as características históricas, materiais e estruturas existentes.

É importante tomar medidas como o estímulo e cooperação reabilitação, resolução dos problemas de estacionamento e circulação, equipamentos, dinamização do comércio, requalificação dos espaços verdes, sensibilização da população, impulsionando a defesa e reabilitação da zona e ma melhoria do nível de vida, social e económica de toda a população, concebendo uma melhor acessibilidade e uma maior qualificação do espaço.

A proposta de reabilitação do edifício nº92 a 106 visa numa tentativa de contribuir para a reabilitação do centro histórico, através de um programa dinâmico e cativante, aberto a toda a população, tendo mais atenção às crianças/jovens e idosos. Este gere um novo conceito de habitabilidade no centro histórico, com novas atividades não existentes nesta área.

As soluções encontradas são o resultado do estudo do geral (Centro Histórico de Viseu) ao particular (Rua do Comércio/edifício nº 92 a 106), o que permitiu projetar em conformidade com as necessidades e potencialidades da área de estudo, contribuindo para a visão de um espaço pensado para a cidade e para os seus habitantes, sempre com a preocupação de manter a sua integridade tanto histórica como arquitetónica.

A nível construtivo foram consideradas as soluções existentes, reabilitando o mais degradado mantendo a sua plenitude. Nos elementos construtivos acrescentados, houve o esforço de interferirem o mínimo possível com as existentes, interligando-se com estas sem os danificar ou alterar.

A reabilitação de edifícios antigos não foi desde sempre tomada como importante na sociedade, no entanto atualmente, é-lhe dada a importância necessária para que seja objeto de inúmeros estudos, presenciando-se a uma crescente importância na manutenção e reabilitação de construções existentes, trazendo inúmeras vantagens económicas, sociais, ambientais e culturais. Ao reabilitar um edifício mantêm-se referências fundamentais para a caracterização do país, bem como um significativo recurso económico, dada a crescente importância do turismo cultural, uma vez que a demolição dos mesmos contribuiria para uma descaracterização e desvalorização, perdendo-se um conjunto de referências sobre a nossa identidade.

Bibliografia

ALMEIDA, Alexandre; FORMOLO, Jeremias; SANTOS, Lúcia Fernandes; LOURENÇO, Rafaela. *Levantamento e Análise do Centro Histórico de Viseu*. Viseu, 2010. Câmara Municipal de Viseu

ALVES, Joana Dione Faria. *Tese de Mestrado: Reabilitação de Centros Históricos*. Coimbra, 2007. [s.d.]

APPLETON, João. *Reabilitação de Edifícios Antigos, Patologias e Tecnologias de Intervenção*. Amadora, 2011. Editora Orion.

APPLETON, João. *Reabilitação de Edifícios Antigo e Sustentabilidade*. Évora, 2010. Disponível em: www.neecue.uevora.pt/Documentos/VI-ENEEC/ENEEC%20reabilita%C3%A7%C3%A3o/Jo%C3%A3o%20Appleton%20-%206.%C2%BA%20Encontro%20Nacional%20de%20Estudantes%20engenharia%20Civil.pdf,
acedido em: 18 de Julho de 2015

Ata da Sessão Ordinária da Comissão Administração da Câmara Municipal de Viseu. Viseu, 7 de Agosto de 1879

Ata da Sessão Ordinária da Comissão Administração da Câmara Municipal de Viseu. Viseu, 17 de Dezembro de 1932

CABRITA, António Manuel Reis, e outros. *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Disponível em: cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico,
acedido em: 20 de Abril de 2015

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos. *Tese de Doutoramento: A cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII: Arquitectura e Urbanismo*. Porto, 2012. [s.d.]

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos. *Beira Alta - O Centro Histórico de Viseu*. Viseu, 2004. EDEN Gráfico.

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos. *Geografia do Quotidiano - A Cidade de Viseu no Século XVI*. Viseu, 2009. Tipografia Viseense.

CRUZ, Júlio. *Viseu-Cidade de Afonso Henriques*. Viseu, 2009. Editora AVIS

Guia de Portugal III - Beira II - Beira Baixa e Beira Alta. Lisboa, 1994. Fundação Calouste Gulbenkian

ISIDRO, Sónia. *Beira Alta - A Cerâmica de Revestimento Exterior na Cidade de Viseu. Séculos XIX e XX*. Viseu, 2004. EDEN Gráfico.

MARQUES, Jorge Adolfo M. *Beira Alta - Viseu: Território e Administração nos inícios do século XVI*. Viseu, 2013. EDEN Gráfico.

NEVES, José Manuel das. *Arquitectura Ibérica, N.º 5 Reabilitação*. Casal de Cambra, 2004. Editora Caleidoscópico.

NEVES, José Manuel das. *Arquitectura Ibérica, N.º 19 Reabilitação*. Casal de Cambra, 2007. Editora Caleidoscópico.

NEVES, José Manuel das. *Arquitectura Ibérica, N.º 24 Recuperar*. Casal de Cambra, 2008. Editora Caleidoscópico.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. *Tese de Mestrado: Centros Históricos: Evolução de Paradigmas e Desafios Futuros*. Lisboa, 2010. [s.d.]

TUDELLA, José. *Beira Alta - Evolução de Viseu numa Visão Histórico-Urbanística*. Viseu, 1988. Arquivo Provincial.

VALE, Alexandre de Lucena e. *Beira Alta - Viseu Antigo: Apostilas e Rectificações Históricas*. Viseu, 1974. Arquivo Provincial.

VALE, Alexandre de Lucena e. *Beira Alta - Viseu Antigo*. Viseu, 1948. Arquivo Provincial.

VALE, Alexandre de Lucena e. *Beira Alta - Viseu Antigo*. Viseu, 1949. Arquivo Provincial.

VALE, Alexandre de Lucena e. *Beira Alta - Viseu Antigo*. Viseu, 1959. Arquivo Provincial.

VAZ, João L. Inês. *Beira Alta - Viseu Génese e Evolução de um Espaço Urbano: Viseu das Origens à Ocupação Árabe*. Viseu, 2009. Arquivo Provincial.

UISEU NOVO SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana. *O Centro Histórico de Viseu*. Viseu, 2011. Câmara Municipal de Viseu

Vídeos

Cidade de Viseu: 2500 Anos de História. Disponível em: portocanal.sapo.pt/noticia/67039,
acedido em: 23 de Agosto de 2015.

Muralha Romana | Viseu. Disponível em: viseunow.pt/programa.php?id=42,
acedido em: 25 de Agosto de 2015

Praça da República | Paços do Município. Disponível em:
www.facebook.com/viseucomz/videos/423397764407183,
acedido em: 29 de Agosto de 2015

Porta dos Cavaleiros da Muralha Afonsina. Disponível em:
www.facebook.com/viseucomz/videos/391844794229147,
acedido em: 29 de Agosto de 2015

Praça de Camões. Disponível em: www.facebook.com/viseucomz/videos/392311987515761,
acedido em: 29 de Agosto de 2015

Sé. Disponível em: www.facebook.com/viseucomz/videos/444609612285998,
acedido em: 29 de Agosto de 2015

Viseu 1930 - Parte 1. Disponível em:
www.facebook.com/photo.php?v=800526616632113&set=vb.217486088269505&type=2&theater,
acedido em: 29 de Agosto de 2015

Viseu 1930 - Parte 2. Disponível em:
www.facebook.com/photo.php?v=800533326631442&set=vb.217486088269505&type=2&theater,
acedido em: 29 de Agosto de 2015

Viseu 1930 - Parte 3. Disponível em:
www.facebook.com/viseucomz/videos/800537559964352,
acedido em: 29 de Agosto de 2015